



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JEANE DE LIMA SILVA

**EVASÃO E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE SUBSEQUENTE:
o caso do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Avançado Manacapuru**

**Manaus – AM
2021**

JEANE DE LIMA SILVA

**EVASÃO E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE SUBSEQUENTE:
o caso do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Avançado Manacapuru**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e memórias em Educação profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo.

Manaus – AM

2021

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

S586e Silva, Jeane de Lima.

Evasão e ações de permanência e êxito na educação profissional técnica de nível médio na modalidade subsequente: o caso do Instituto Federal do Amazonas - Campus Avançado Manacapuru / Jeane de Lima Silva. – Manaus, 2021.

139 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2021.

Orientadora: Profª. Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Evasão escolar. 3. Permanência – êxito. I. Azevedo, Rosa Oliveira Marins. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013

JEANE DE LIMA SILVA

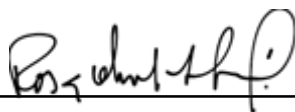
**EVASÃO E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE SUBSEQUENTE:
o caso do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Avançado Manacapuru**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Manaus Centro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e memórias em Educação profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 15/12/2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM



Prof. Dr. Ailton Gonçalves Reis
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM



Prof. Dr. Marco Aurélio Nicolato Peixoto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

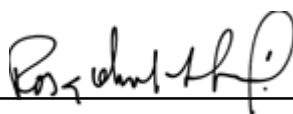
JEANE DE LIMA SILVA

PROTOCOLO OPERACIONAL PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO - POPE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *Campus* Manaus Centro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 15/12/2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM



Prof. Dr. Ailton Gonçalves Reis
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM



Prof. Dr. Marco Aurélio Nicolato Peixoto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

A Deus, por me proporcionar chegar até aqui, pois a caminhada foi longa e árdua.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por me surpreender sempre, abrindo vários caminhos, colocando pessoas maravilhosas em minha vida e por me agradecer com fé, alegria, e esperança em todo o percurso desta breve jornada.

À minha orientadora professora Rosa Oliveira Marins Azevedo, por toda paciência e persistência para que não ficássemos pelo caminho, sempre respeitando nossos limites e nos encorajando. Entre suas qualidades como pessoa e professora, está a calma em nos conduzir quando nossa cabeça não sabia bem para onde estava indo, nossas ideias embaralhadas e ela com sua voz calma e firme nos orientava pelo caminho a ser percorrido naquele momento, sem que atropelássemos etapas. Apesar da distância, posso dizer que a senhora sempre esteve em meus pensamentos, eu sempre pensando no que escrever para lhe entregar e as vezes nada vinha a mente para a escrita. Passamos momentos difíceis na pandemia, tempos difíceis em que pensamos em desistir, mas aqui chegamos e por essas e outras coisas o meu muito, muito obrigada.

A todos os professores do PROFEPT pelo conhecimento compartilhado.

À coordenação do curso, prof. Cirlande, por toda gentileza e boa vontade em ajudar.

À profa. Deuzilene, muito próxima de todos os alunos, e enquanto coordenadora do programa sempre buscou nos aproximar da pesquisa.

Aos colegas de mestrado, apesar do pouco tempo compartilhado, separados pela pandemia, mas juntos nas aulas remotas, pelos aprendizados e pela amizade.

Um agradecimento particular ao presidente de nossa turma Efraim que sempre nos auxiliava em nossas dúvidas, pelas bagunças na turma e por sempre manter a união mesmo que distantes.

À gestão do IFAM e ao *Campus* Avançado Manacapuru, por possibilitar que a pesquisa fosse realizada, autorizando meu afastamento para estudo e dando todas as condições necessárias para sua realização.

Aos alunos, servidores e professores do *Campus* Avançado Manacapuru, por tornarem possível esta pesquisa.

Aos colegas Assistentes Sociais do IFAM que aceitaram participar da avaliação do produto desta pesquisa.

A minha família nuclear, por toda base emocional e de caráter.

Ao meu querido esposo Rodrigo, por sempre estar ao meu lado mesmo quando eu estava com raiva por não conseguir terminar uma tarefa, indo dormir tarde perturbando seu sono, mas você sempre leal comigo, me ajudando e me levando palavras de conforto.

Aos meus filhos de quatro patas Moro e Nala, meu conforto ver suas carinhas felizes e seus rabinhos abanando quando chego em casa cansada.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se concretizasse, MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Este estudo apresenta resultados de uma pesquisa que se propôs a investigar sobre os fatores que têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru e que produto educacional poderia ser elaborado a fim de colaborar para a permanência e êxito dos alunos. O período investigado foi de 2015 (primeira turma ofertada no *campus*) a 2019 (última divulgação de dados disponíveis, no período pesquisado). Parte-se do pressuposto de que as medidas a serem adotadas para assegurar a conclusão dos cursos técnicos subsequentes precisam considerar as especificidades de cada contexto regional e dos perfis dos sujeitos atendidos – por isso a análise do caso específico no *Campus* Avançado Manacapuru, pertencente a Rede Federal de Educação, localizado no Estado do Amazonas, a oitenta quilômetros da capital Manaus. Participaram da pesquisa quinze alunos evadidos, cinco professores, cinco servidores da equipe técnico-pedagógica e o gestor do *campus*. Para desenvolver a pesquisa utilizamos como estratégia o estudo de caso porque ele proporciona a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, no caso o *campus* investigado. Os resultados da pesquisa, a partir da espiral de análise de dados, proposta por Creswel (2014), apontaram que os fatores que têm levado os alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru à evasão, são: saída dos alunos para cursar nível superior; problemas pessoais/familiares; dificuldade para conciliar estudo e trabalho; distância do *campus*; desestímulo com o curso escolhido; horário dos cursos subsequentes (oferecido apenas no turno da noite); falta de afinidade com o curso escolhido; e metodologia do professor. Tendo em vista tais fatores, especificamente os do campo pedagógico, foi elaborado um produto educacional, intitulado Protocolo Operacional para Permanência e Êxito - POPE, que tem como objetivo contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente. Tal produto foi avaliado por doze membros de um grupo de pesquisa e por uma comissão *ad hoc*, composta por cinco assistentes sociais dos *campi* do interior do IFAM.

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica de Nível Médio; permanência e êxito; evasão; cursos técnicos subsequentes.

ABSTRACT

The present work presents the results of a research that aimed to investigate the factors that have led students to drop out of school from the subsequent modality of the Advanced Campus Manacapuru and what educational product could be developed in order to contribute to the permanence and success of the students. The topic is being discussed since the developments that accompany the expansion of the EPT Network (Professional and Technological Education), including the dropout and retention rates. This work assumes that the measures to be adopted to ensure the completion of subsequent technical courses need to consider the specifics of each regional context and the profiles of the subjects served - that is why the analysis of the specific case in the Advanced Campus Manacapuru belonging to the Federal Network of Education, located in the State of Amazonas, 80 kilometers from the capital Manaus. Fifteen dropout students, 05 professors, 05 technical-administrative servers and the campus manager participated in the research. To develop the research, we used the case study method because it allows to investigate a contemporary phenomenon within its real context, in this case the investigated campus. The research results, based on the data analysis spiral proposed by Creswel (2014), pointed out that the factors that have led students from the subsequent modality of the Manacapuru Advanced Campus to dropout are: attending higher education; the feeling of discouragement with the course, due to different aspects, and financial difficulties for not having a professional occupation; sick leave and new job; insecurity and personal difficulties; lack of identification with the area; lack of flexibility in working hours; learning difficulties. In view of these factors, an educational product was created, entitled Operational Protocol for Permanence and Success - POPE, which aims to contribute to the permanence and success of students. This product was evaluated by twelve members of the research group and by an ad hoc committee composed of five social workers from the IFAM countryside campuses.

Keywords: Technical Professional Education of Secondary Level; permanence and success; dropout; subsequent technical courses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de Ensino.....	19
Figura 2 - Etapas do estudo de caso.....	42
Figura 3 - Entrada do <i>Campus</i> Avançado Manacapuru.	45
Figura 4 - Taxa de evasão no IFAM.	53
Figura 5 - Taxa de evasão nas modalidades de curso do <i>Campus</i> Avançado Manacapuru.	54
Figura 6 - Situação de matrícula <i>Campus</i> Avançado Manacapuru em 2019.	55
Figura 7 - Ciclo da espiral da análise de dados.....	63
Figura 8 - Visão da parte I do POPE.	100
Figura 9 - Visão da parte II do POPE.	100
Figura 10 - Visão da parte III do POPE.	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de aprovados, reprovados e evadidos - 2019.....	47
Gráfico 2 - Renda média mensal dos alunos evadidos.	70
Gráfico 3 - Respostas dos alunos quanto aos motivos da evasão.	75
Gráfico 4 - Respostas dos alunos quanto a permanência no <i>Campus Avançado</i> Manacapuru.	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Benefícios estudantis concedidos pelos Institutos Federais.	33
Quadro 2 - Síntese das causas da evasão/sugestões de ações de permanência e êxito.....	37
Quadro 3 - Dissertações na BDTD - Termos “Permanência e Êxito” + “Subsequente”.	39
Quadro 4 - Publicações na Scielo – Termos “Permanência e Êxito” e “Evasão”.....	40
Quadro 5 - Total de Alunos por Curso/2019 - <i>Campus</i> Avançado de Manacapuru...	45
Quadro 6 - Comparativo dos cursos ofertados - Alunos aprovados, reprovados e evadidos.....	46
Quadro 7 - Cronograma do planejado para a execução do estudo de caso.	50
Quadro 8 - Cronograma para entrevista com os alunos evadidos.....	59
Quadro 9 - Cronograma para entrevista com os servidores do <i>campus</i>	60
Quadro 10 - Categorias após a organização dos dados.	66
Quadro 11 - Comparativo dos fatores de evasão no curso subsequente.....	77
Quadro 12 - Consolidado fatores de evasão informados pelos participantes.	93
Quadro 13 - Consolidado fatores de permanência informados pelos participantes ..	97
Quadro 14 - Objetivo e breve justificativa das ações do POPE.....	101
Quadro 15 - Membros do grupo de pesquisa Geprofet/escolaridade.....	103
Quadro 16 - Assistentes Sociais IFAM 2021.	104
Quadro 17 - Assistentes Sociais avaliadores do POPE.	106
Quadro 18 - Questões para responder sim ou não e acrescentar sugestão.	106
Quadro 19 - Avaliação para cada ação do POPE.	108
Quadro 20 - POPE como era/como ficou após a avaliação.	118

LISTA DE ABREVIATURA

ALE - Aluno Evadido.

AS - Assistente Social.

CAE – Coordenação de Assistência ao Educando.

CEFET - Centro de Estudo Federal Tecnológico.

CRA - Coordenação de Registro Acadêmico.

DEPE - Departamento Pedagógico

EAD - Espiral da Análise de Dados.

EAD - Ensino a Distância.

EPT - Educação Profissional Técnica.

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

GEPROFET - Grupo de Pesquisa, certificado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

IFAM - Instituto Federal do Amazonas.

IFET - Instituto Federal de Educação Tecnológicas.

MEC - Ministério da Educação.

PPC - Projetos Pedagógicos de Cursos.

POPE - Protocolo Operacional para Permanência e Êxito

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil.

PNP - Plataforma Nilo Peçanha.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos.

PROFEPT- Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

PROFS - Professores subsequente

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

SAE - Serviço de Atendimento ao Estudante.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SERVEP - Servidores equipe técnico-pedagógica.

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.

TCU - Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EVASÃO NA EPTNM E AS AÇÕES PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS INSTITUTOS FEDERAIS	17
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA RFEPCT	17
2.1.1 Evasão na EPTNM dos Institutos Federais	21
2.1.2 Evasão nos Cursos da Modalidade Subsequente	25
2.1.3 Ações para Permanência e Êxito nos Institutos Federais	30
2.2 PESQUISAS CORRELATAS	38
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	41
3.1 ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVER A PESQUISA	41
3.2 PLANEJAMENTO DO ESTUDO DE CASO	43
3.2.1 Local de Realização da Pesquisa e seu Contexto	44
3.2.2 Participantes da Pesquisa	48
3.2.3 Ações planejadas	49
3.3 EXECUÇÃO DO ESTUDO DE CASO	51
3.3.1 Momento I – Análise Documental.....	51
3.3.2 Momento II – Entrevista com os alunos evadidos	58
3.3.3 Momento III – Entrevista com servidores do <i>campus</i>	60
4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO	63
4.1 INTERPRETAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS DADOS	67
4.1.1 Análise do momento I – Análise documental.....	67
4.1.2 Análise do Momento II - Entrevista com alunos evadidos	69
4.1.3 Análise do Momento III - Entrevista com servidores do <i>campus</i>	78
4.2 SÍNTESE DAS ANÁLISES	90
4.2.1 Fatores mais associados à evasão	91
4.2.2 Fatores mais associados à Permanência e Êxito	94
5 O PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA.....	99
5.1 SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	99
5.1.1 Estrutura e organização do POPE	100

5.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	102
5.2.1 Planejamento e execução da avaliação do POPE	103
5.3 RESULTADO DA AVALIAÇÃO	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com os alunos evadidos.....	130
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os Professores.....	131
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a equipe técnico-pedagógica	132
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o diretor do <i>campus</i>	133
APÊNDICE E – Formulário de Avaliação do Produto Educacional	134
APÊNDICE F – Produto Educacional da Pesquisa	136

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi expandir a presença da rede em todo o território nacional, bem como a ampliação de vagas com a diversificação das ofertas de ensino. Isso foi importante para a inserção de diversos profissionais na Rede Federal, dentre eles o Assistente Social. O Serviço Social é uma profissão que viabiliza os direitos sociais dos usuários, por meio de programas e políticas sociais. Os profissionais que estão na área de educação são desafiados cotidianamente a propor estratégias que sejam capazes de fomentar mudanças para a permanência dos discentes além do acesso às políticas educacionais (PEREIRA; ALMEIDA, 2014).

Nesse contexto, fomos convocados, em 2016, a partir da aprovação em concurso público, para atuar como Assistente Social no Instituto Federal de Educação do Amazonas - *Campus* Avançado Manacapuru, buscando, conforme Alves (2010), auxiliar nas ações de melhoria na qualidade do ensino, agindo em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para a promoção do ingresso, a permanência e êxito dos alunos.

No âmbito do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil, e guardando relação com a reorientação pedagógica da Instituição, as ações do Assistente Social, constituem-se, dentre outras, de três ações, que entendemos serem principais: a) dar apoio às atividades pedagógicas, prioritariamente ao corpo discente, oferecendo suporte para a permanência e a continuidade dos estudos, com vistas ao êxito escolar; b) identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais e econômicas, que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito; c) promover a articulação entre a política de educação e as demais políticas setoriais para que sejam asseguradas as condições de acesso, permanência e sucesso escolar. (IFAM, 2020).

No IFAM, as atividades do *Campus* Avançado Manacapuru, tiveram início em 2014, fazendo parte da 3ª fase da Expansão da RFEPT. No referido ano, no segundo semestre, foi ofertado o Curso Técnico de Administração e Informática. O *campus* atuou com aulas de nivelamento no período de novembro e dezembro de 2014, até

que em abril de 2015 se iniciaram as aulas para um contingente de 160 alunos e quatro turmas, divididas em duas de Técnico de Nível Médio em Informática e duas turmas de Técnico de Nível Médio em Administração na forma subsequente¹.

No período citado, atuavam no *campus* 8 professores, 1 pedagogo, 1 bibliotecário, 1 administrador e 2 assistentes administrativos, provenientes do então recente concurso de 2014. Nos anos seguintes, novos servidores foram lotados. Atualmente, além dos servidores citados, temos, 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 1 Nutricionista, 1 Técnico em Informática, 2 Assistentes de Alunos e atuais 26 professores, totalizando 38 profissionais no *campus*.

Nesse curto tempo de atuação na Rede Federal, apenas quatro anos, trabalhamos diretamente na ampliação do acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº7.234 em julho de 2010 (BRASIL, 2010), sendo esta uma das ações efetivadas pelo Ministério da Educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência na educação pública federal. Porém, as peculiaridades de cada *campus* desafiam a instituição a buscar novas estratégias para um ensino de qualidade e garantir condições para a permanência e êxito dos discentes.

Dentre esses desafios, no *Campus* Avançado Manacapuru, na Assistência Social, temos nos deparado com um grande número de alunos evadidos, principalmente, na modalidade subsequente. Essa situação, inquietou-nos, sobremaneira, e começamos a pensar em meios para conhecer melhor as causas de evasão, entendendo que isso nos levaria, ou poderia contribuir, a encontrar caminhos para colaborar para que outros alunos permanecessem no curso e tivessem êxito.

O ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, em 2019, representa uma oportunidade ímpar, em particular, por ser profissional e exigir um produto educacional, dando-nos a oportunidade de ampliar o olhar sobre a questão e propor soluções.

¹ Refere-se a alunos que já tenham concluído o ensino médio, mas desejam se qualificar profissionalmente e obter o diploma de nível técnico (PAIVA, 2013).

Dado esse contexto, o que se apresentou para nós como problema de pesquisa, ficou assim elaborado: quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru e que produto educacional pode ser elaborado a fim de colaborar para a permanência e êxito dos alunos? O período investigado foi de 2015 (primeira turma ofertada no *campus*) a 2019 (última divulgação de dados disponíveis, no período pesquisado).

Em vista do problema, tivemos como objetivo geral: investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru, visando à elaboração de um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos.

A partir do objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) discutir os conceitos de evasão e permanência e êxitos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM em sua relação com os cursos da modalidade subsequente, b) construir um percurso metodológico para identificação dos fatores que têm levado à evasão escolar de alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru; c) analisar os fatores que têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru; d) construir um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru.

Em vista do problema e objetivos, utilizamos para conduzir a pesquisa o estudo de caso, como estratégia, porque ele proporciona investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, sendo indicado principalmente, de acordo com Yin (2001), quando os limites entre o fenômeno e o contexto não se encontram claramente definidos, como é o caso desta pesquisa.

Dentro do estudo de caso, as técnicas e instrumentos de produção de dados foram as entrevistas com alunos evadidos, professores e servidores da equipe técnico-pedagógica, onde foi possível gravar em áudio e vídeo para transcrição posterior. Para a análise dos dados, foi utilizada a Espiral da Análise de Dados (EAD), a partir de Creswell (2014).

Tendo como base a natureza do programa e a linha de pesquisa " Organização e memórias em Educação profissional e Tecnológica ", o presente estudo, ao investigar os principais fatores que contribuíram para a Evasão Escolar no *Campus* Avançado Manacapuru dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM na modalidade subsequente, encontrou subsídios para elaborar o produto

educacional, intitulado Protocolo Operacional para Permanência e Êxito - POPE, que tem como objetivo contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente. Tal produto foi avaliado por doze membros do grupo de pesquisa Geprofet² e por uma comissão *ad hoc* composta por cinco assistentes sociais dos *campi* do interior do IFAM.

Para a sua apresentação, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, a saber: o primeiro, trata da evasão na EPTNM e as ações para permanência e êxito nos institutos federais; o segundo, apresenta a construção do percurso metodológico para identificação dos fatores da evasão escolar de alunos da EPTNM da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru; o terceiro, analisa os fatores que têm levado à evasão escolar dos alunos da EPTNM na modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru e, por fim, o quarto capítulo, trata do produto educacional e do percurso metodológico para a sua avaliação.

Assim, esperamos que o processo e o resultado de nossa investigação colaborem para que assistentes sociais, gestores e/ou outros profissionais da Rede Federal problematizem e busquem as próprias respostas, em suas instituições de ensino, para os problemas da evasão e caminhos para permanência e êxito dos alunos da EPTNM.

² Geprofet – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Processos Formativos de Professores no Ensino Tecnológico -, certificado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Do grupo, nas reuniões específicas coordenadas pela profa. Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo, participam uma professora do PPGET (Programa de Pós-graduação em Ensino Tecnológico) e do PROFEPT (Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica), alunos e egressos do PPGET e do PROFEPT orientados pelas professoras.

2 EVASÃO NA EPTNM E AS AÇÕES PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Este capítulo tem como objetivo discutir a evasão na EPTNM, em particular na modalidade subsequente, e as ações para permanência e êxito nos institutos federais. Porém antes de iniciarmos tal discussão, faremos uma breve abordagem sobre a educação profissional na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPECT para chegarmos a discussão da Evasão nessa Rede e as ações implementadas para a permanência e êxito dos alunos.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA RFEPECT

A educação profissional no Brasil passou por várias mudanças, sob diferentes governos. Foi introduzida pela primeira vez no início do século 20, parcialmente como um esforço para trazer mais pessoas para a força de trabalho. A educação profissional se tornou proeminente do ensino brasileiro em 1971, quando o governo militar promulgou uma nova lei educacional que exigia que todas as escolas secundárias (atual nível médio) mudassem seus currículos para incorporar o treinamento profissional - uma tentativa de racionalizar o ensino e vinculá-lo mais diretamente à industrialização e às necessidades do mercado de trabalho (JARDIM, 2016).

Essa mudança foi revogada na década de 1990 e o ensino secundário acadêmico e o profissional foram separados por faixas etárias. Mais recentemente, precisamente, no final de 2018, o governo brasileiro exigiu novamente a inclusão de disciplinas profissionais em todos os currículos escolares, cuja implementação deve ocorrer até 2022. No entanto, apesar dessa mudança, programas apenas de ensino profissional, continuam a existir no Brasil, a maioria deles oferecidos por escolas públicas e privadas, supervisionadas pelos governos estaduais (LÜSCHER; DORE, 2011). Essas escolas oferecem programas em dois níveis diferentes: básico e médio.

Desde 2008, o MEC publica um “catálogo nacional de programas técnicos” que define os regulamentos do programa e os resultados de aprendizagem das especializações de disciplinas profissionais disponíveis. O catálogo mais recente de 2016 inclui 227 tipos de programas agrupados em 13 amplas áreas de especialização, incluindo tecnologia de comunicação, recursos naturais (agricultura etc.), tecnologia

industrial, campos relacionados à saúde, turismo e hospitalidade e especializações militares.

Os Institutos Federais trazem consigo uma nova concepção de Educação Profissional e Tecnológica que abre novas perspectivas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, combinando três fatores: Formação científica - disciplinas de Ciências Naturais; Formação Humanística - disciplinas de formação geral; e Formação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2010).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPTNM (BRASIL, 2012)³, tínhamos que a sua finalidade, posta no artigo 5º: “[...] proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais”.

Os Institutos Federais têm a obrigação ainda de garantir um percentual mínimo de 50% de suas vagas para oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada⁴.

A RFEPT precisa assegurar um percentual mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008).

Inicialmente foram criados 38, Instituto Federal de Educação Tecnológicas - IFETs em todo o Brasil. Vale ressaltar que eles têm como objetivo aumentar a oferta de vagas da rede federal de ensino em regiões com reduzido índice de atendimento, assim como ampliar o desenvolvimento econômico e social dessas localidades. Como princípio, em sua proposta político-pedagógica, os IFETs devem ofertar: educação básica, educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias; programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu; assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores. Eles se igualam às universidades federais no que diz respeito ao seu funcionamento, às suas pesquisas e às suas ações de extensão. Também possuem apoio de programas ministeriais e autonomia no

³ Quando iniciamos esta pesquisa, a resolução em vigor era a 6/2012 (BRASIL, 2012). No entanto, tal resolução foi revogada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021).

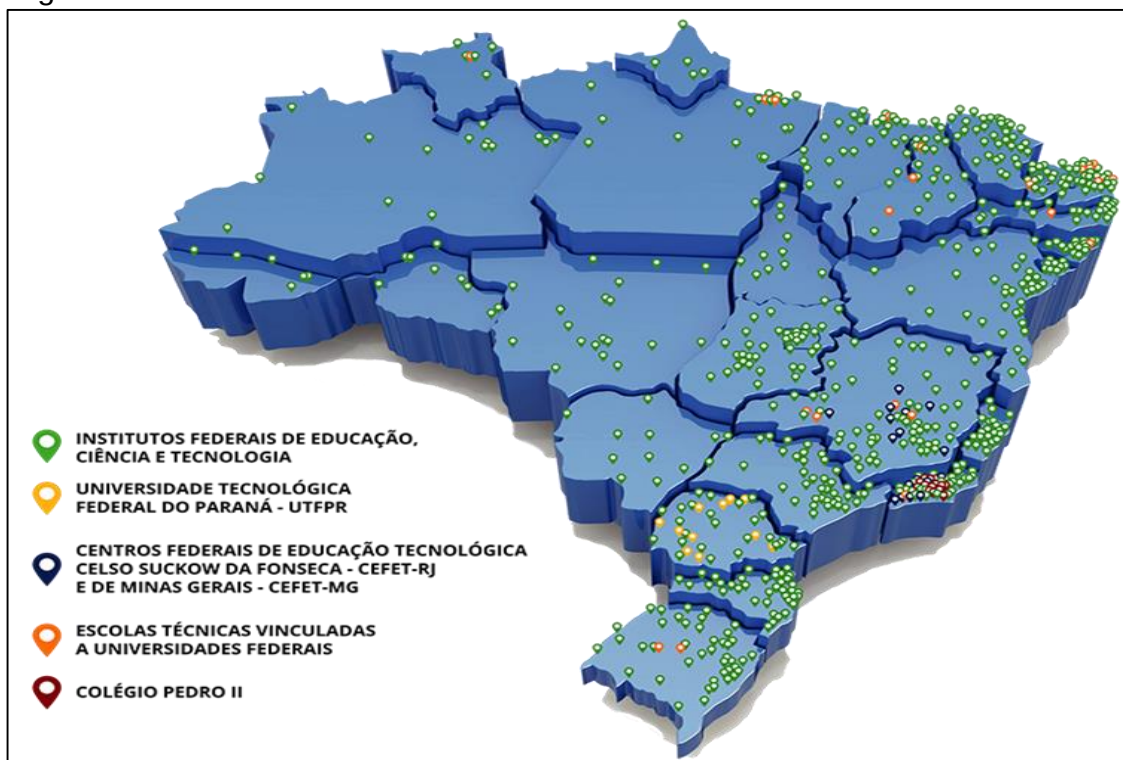
⁴ A forma integrada é ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica. (BRASIL, 2021).

gerenciamento dos custos, na alteração da matriz de oferta dos cursos, no registro de diplomas e na certificação das competências profissionais (ANDRADE; CRUZ, 2017, p. 49).

Com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, no final de 2008, surge entre os educadores debates sobre a educação em todo o Brasil, visto que o surgimento dessas instituições contribuiu significativamente para a valorização da educação nas instituições públicas e para a construção de uma nação soberana e democrática. Por esse motivo, foi investido fortemente na criação dos Institutos Federais, com a finalidade de buscar o ensino profissional de excelência para a sociedade e integrar, ao setor produtivo, esses profissionais (PACHECO, 2012).

O Brasil possuía no ano de 2019 mais de 661 unidades, como mostra na Figura 1, sendo estas ligadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

Figura 1 - Unidades de Ensino.



Fonte: Brasil (2019).

Da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica temos a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que antes da Lei nº 11.184/2005 era conhecida como Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, os Centro Federal de Educação Tecnológica, atualmente existem apenas dois deles em funcionamento no Brasil, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca no Rio de Janeiro.

Também temos integrada à rede as Escolas técnicas vinculadas, que são escolas vinculadas a estrutura das universidades federais e ofertam cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada, em suas respectivas áreas de atuação. Temos ainda o Colégio Pedro II, em funcionamento desde 1837, que atua na oferta de ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, licenciaturas e pós-graduação, e também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2019).

Considerando as discussões até aqui, é possível inferir que as chances de acesso a qualificação profissional são limitadas tanto pela política educacional quanto por fatores envolvendo o desempenho dos alunos no ensino obrigatório. Para aqueles que conseguem superar todos os obstáculos e se matricular em um curso profissional, ainda há o desafio de superar condições que nem sempre favorecem sua continuidade na escola.

Os gargalos pelos quais os alunos são retidos no fluxo escolar entre ensino médio e educação profissional, no entanto, não constituíram um obstáculo à política de extensão da educação profissional pública, e isso foi implementado pelo governo federal na década passada. O número total de matrículas cresceu 46% em todo o Brasil, de 2013 a 2019, em todos os sistemas de ensino (federal, estadual, municipal e privado). No mesmo período, houve expansão de 26,7% no total de número de escolas. Na rede federal, onde o maior investimento da política pública ocorre, houve um crescimento acentuado no número de matrículas e nas escolas inscrições em todo o ensino técnico cresceram 9% no mesmo período. Nesse conjunto de sistemas, a participação da rede federal nas matrículas é de 22,6% e representam 10,1% do total na educação profissional. (BRASIL, 2016, 2019).

Como vimos, o número de matriculas aumentou, no entanto, o número de alunos que não concluem seus cursos também cresceu. Então, pensar ações para a permanência e êxito requer conhecer os motivos pelos quais os alunos deixam de

frequentar a escola, para que possamos propor alternativas de enfrentamento às condições que interferem nos processos educacionais, na efetivação da educação como um direito e elemento fundamental na formação dos sujeitos para o exercício da cidadania.

Assim, na sequência, abordaremos sobre aspectos específicos da evasão na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no contexto dos Institutos Federais e em sua relação na modalidade Subsequente.

2.1.1 Evasão na EPTNM dos Institutos Federais

Após essa breve discussão sobre a RFEPCT, passaremos a tratar a evasão dentro dessa rede. Para tanto, foi realizada uma busca na literatura acerca da temática. As definições encontradas para evasão nem sempre trazem conceitos convergentes, fazendo-nos posicionar quanto ao conceito assumido neste trabalho, como veremos mais a frente.

Em 1996 uma comissão intitulada Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (COMISSÃO, 1996), designada pelo MEC, deliberou que há o reconhecimento da não unanimidade em relação ao conceito de evasão. A comissão, na intenção de esclarecer o objeto de estudo, optou por caracterizar evasão distinguindo evasão de curso, da instituição e do sistema:

- 1) evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- 2) evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado;
- 3) evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

Assim, a Comissão define evasão como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem e evadido o aluno que deixou o curso sem concluí-lo, e dos argumentos que justificam a escolha diz respeito à “inexistência, em nível nacional, de conjunto de dados relativos ao destino dos evadidos dos diferentes cursos” (COMISSÃO, 1996, p. 20).

Acerca do tema, Dore e Luscher (2011) esclarecem que

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno.

As autoras, colocam que a evasão escolar tem sido associada a diversas situações relacionadas à retenção e à repetência além da saída do aluno da instituição e do sistema de ensino pela não conclusão de um curso ou seu abandono. A Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras considera a evasão escolar como uma saída definitiva do aluno não somente da instituição, mas também do sistema e do nível de ensino, o que, neste ponto, os conceitos parecem semelhantes.

Johann (2012, p. 65) aponta um dado importante em que a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, em que o aluno não renova:

[...] o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

O termo evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010), corroboram que significa o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade.

Vemos assim, que a discussão em torno do conceito de evasão apresenta abordagens diversas. A evasão escolar não se compreende como fato isolado dos demais níveis de escolarização. Ela faz parte de instituições públicas e privadas, perpassando pelo ensino fundamental, médio, superior, assim como na educação de jovens e adultos, educação à distância e de educação profissional.

Assim, pela adequação aos objetivos propostos, o conceito de evasão que assumimos neste estudo será o da Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, que considera a evasão como “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (COMISSÃO, 1996, p. 20).

O abandono da escola no ensino médio ou na educação profissional tem a ver com um grau maior ou menor de democracia no acesso a esse nível de educação

entre a população. Em muitos países, sobretudo na Europa, o acesso ao ensino médio ou secundário é virtualmente universal, embora não seja obrigatório.

Nesse sentido, o fato de esse nível de ensino não ser obrigatório tem consequências significativas para o fenômeno da taxa de evasão e levou alguns pesquisadores a distinguir três aspectos conceituais para investigar por que os alunos abandonam a escola, a saber: 1) o nível educacional em que isso acontece, como ensino obrigatório, ensino médio ou superior; 2) tipos diferentes de abandono escolar, como não conclusão, retorno, não conclusão definitiva, entre outros; 3) as razões por trás do abandono escolar, como escolher outra escola, ir trabalhar, falta de motivação para continuar estudando, problemas na escola e problemas pessoais ou sociais (JARDIM, 2016).

Assim, entendemos conforme Johann (2012, p. 70-1), que

A evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar. A combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar.

Nesse ponto, Pacheco (2012) aponta que, encontrar maneiras de reduzir o abandono escolar tem sido um desafio. Daí a necessidade de esforços federais para reduzir o abandono escolar na EPTNM.

Ainda conforme o autor, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio reconheceu a importância de reduzir a taxa de evasão escolar, especificando o ensino médio como um dos indicadores de desempenho para estudantes que participam da educação profissional.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010), normalmente, a maioria dos cursos que os alunos fazem até chegar ao ensino médio são de assuntos acadêmicos convencionais. Isso pode ser frustrante para os alunos que não têm bom desempenho nos cursos acadêmicos ou para estudantes que não veem a relevância desses cursos para as atividades que desejam seguir depois de concluir o ensino médio. Essa frustração pode fazer com que esses alunos se desapeguem da escola, o que poderia resultar no abandono escolar.

Silva Filho (2018), menciona que existe uma clara necessidade de reduzir as altas taxas de evasão na educação profissional (cerca de 50%). O EPTNM prepara os estudantes para a entrada imediata no mercado de trabalho como trabalhadores qualificados; como tal, a educação tende a atrair estudantes que preferem a

aprendizagem não acadêmica. Do ponto de vista de um curso de vida, o abandono é visto como o culminar de um longo processo de desligamento da escola e está associado a um fraco desempenho acadêmico e condições socioeconômicas adversas; fatores que podem ser difíceis de modificar. Intervenções estruturais direcionadas aos processos sociais que ocorrem na escola oferecem uma maneira promissora de aumentar a conclusão da educação.

Ainda no grupo social, estudos mostram que a comunidade e o grupo de pares também desempenham um papel importante no processo de evasão. Esse vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais, presente na análise do fenômeno do abandono escolar, leva à explicação de que abandonar a escola é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento pelo aluno da vida escolar. Abandonar a escola é apenas o estágio final do processo (LÜSCHER; DORE, 2011; JARDIM, 2016).

A complexidade da evasão escolar requer soluções que envolvam a participação de uma série de fatores, tais como o monitoramento dos alunos faltantes, acompanhamento das famílias dos alunos, fomento à concessão de bolsas de estudo e de pesquisa, entre outros. Estudos, a exemplo de Lüscher e Dore (2011) e Jardim (2016), propõem a prevenção como a abordagem mais adequada, a partir da identificação precoce do problema e acompanhamento individual.

Os dois últimos estudos citados, identificaram três fatores principais para encontrar respostas para o problema de evasão escolar e o desenvolvimento de mecanismos adequados para preveni-lo: 1) sistema educacional, que deve fornecer opção à população que deseja ou tem necessidade de retornar à escola; 2) instituições escolares, que devem buscar soluções para problemas dentro de suas competências; e 3) sistema de produção, que deve incentivar os jovens a retomar seu processo educacional.

Embora esses fatores apontados, dado o leque de situações que podem ser levadas em consideração no processo que envolve as causas da evasão escolar, estudos como de Almeida; Barbosa (2010) e Favoretto (2016) apontam que há ainda muitas lacunas sobre o assunto.

Como mencionado no início deste capítulo, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio constitui-se em um dos três cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme apresentado na Resolução nº 1 (BRASIL, 2021), e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada ou subsequente ao Ensino Médio. Na sua

forma articulada é possível a oferta de maneira integrada ou concomitante ao Ensino Médio. E na forma subsequente, destina-se aos egressos desta última etapa da Educação Básica. Sobre essa modalidade subsequente, objeto de estudo desta pesquisa, veremos a seguir como vem ocorrendo a evasão nos Institutos Federais.

2.1.2 Evasão nos Cursos da Modalidade Subsequente

Os cursos da modalidade subsequente foram inseridos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDB, com a Lei Federal nº 11.741 de 16 de julho de 2008, na seção IV A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A alteração insere alunos que já tenham concluído o ensino médio, mas desejam se qualificar profissionalmente e obter o diploma de nível técnico (PAIVA, 2013).

Assim, para um melhor entendimento, vejamos está como está estruturada a educação profissional técnica de nível médio, sendo os cursos técnicos desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, assim caracterizadas:

- I - integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;
- II - concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;
- III - concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; e
- IV - subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (BRASIL, 2021 – art. 16).

Para aqueles alunos que conseguem superar todos os obstáculos e se matricular na EPTNM, ainda há o desafio de superar condições que nem sempre favorecem sua continuidade na escola.

Os gargalos pelos quais os alunos são retidos no fluxo escolar, não constituíram um obstáculo à política de extensão da educação profissional pública, e isso foi implementado pelo governo federal na década passada. O número total de matrículas cresceu 46% em todo o Brasil, de 2013 a 2019, em todos os sistemas de ensino (federal, estadual, municipal e privado). (BRASIL, 2016, 2019).

No mesmo período, houve expansão de 26,7% no total de número de escolas. Na rede federal, onde o maior investimento da política pública ocorreu, houve um crescimento acentuado no número de matrículas (BRASIL, 2016, 2019).

Inscrições em todo o ensino técnico cresceu 9% no mesmo período. Nesse conjunto de sistemas, a participação da rede federal nas matrículas é de 22,6% e representam 10,1% do total na educação profissional.

Há que se pontuar, conforme pesquisas realizadas por Silva Filho (2018), que estudos a respeito da evasão e permanência em Cursos em Nível Técnico Subsequente ao Ensino Médio ainda são escassos. Isso ainda pode estar relacionado, conforme apresentado há mais de uma década, por Machado (2009, p. 3).

[...] ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou. E se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em um desses dois termos se mostra um problema.

Narciso (2015, p. 31) reforça o pensamento supracitado, destacando em sua pesquisa sobre evasão nos Institutos Federais e defende que existem poucos estudos sistematizados sobre a evasão nos cursos técnicos, especialmente da modalidade subsequente dos Institutos Federais:

[...] precisamente onze dissertações e uma tese, segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais números devem ser considerados ínfimos diante da expansão da Rede Federal de Educação Profissional que contabiliza mais de 562 (quinhentos e sessenta e dois) *Campi* em todo o Brasil, gerando mais de um milhão e cem mil vagas. Diante de toda a trajetória de mais de cem anos da Educação profissional, a evasão tem sido um fenômeno persistente.

Em estudo realizado por Souza (2013), constatou-se que a maioria dos alunos do Curso Subsequente de Redes de Computadores escolheu o curso aleatoriamente, sem conhecimento prévio sobre sua natureza, desencadeando, posteriormente, a evasão escolar.

Já no estudo de Figueiredo e Salles (2017), realizado em um curso técnico do CEFET/RJ, unidade Petrópolis, os resultados da pesquisa apontaram causas de evasão da modalidade subsequente relacionadas às seguintes categorias: lacunas na escolha do curso; fatores escolares; dificuldades pessoais; influência de amigos; oportunidades e desinteresse institucional e/ou governamental.

O estudo dos autores mencionados revela ainda que alguns evadidos relataram se sentirem aflitos quanto aos obstáculos que enfrentariam a partir da conclusão do primeiro período. Esse sentimento provinha dos relatos de seus amigos que cursavam a modalidade subsequente e expressavam-se, constantemente, a respeito das dificuldades por eles vivenciadas.

Silva Filho (2018) investigou as possíveis causas da evasão e permanência do aluno-trabalhador na educação profissional em Nível Médio Subsequente no IFAP/Santana – Amapá. Os resultados da pesquisa revelaram que as causas agem em várias frentes, podendo estar presentes na vida do aluno-trabalhador que, sem o apoio de uma política pública educacional efetiva, pode ser conduzido para fora do ambiente escolar. Podemos inferir que as causas que agem tanto na permanência quanto na evasão escolar são bastante complexas e de difícil compreensão; sua interpretação é polissêmica e multifacetada, dificultando ainda a sua análise.

O trabalho de Campos e Santana (2013), sob o título de “Fatores e Motivos da Evasão Escolar no Curso Técnico Subsequente de Manutenção e Suporte em Informática do IFS – *Campus Itabaiana*”, aponta que a maioria dos alunos evadidos pontua a incompatibilidade de conciliar os horários de estudo com o trabalho, como a causa de seu afastamento da sala de aula. Com essas informações, pretende-se definir estratégias e ações para enfrentar o problema, possibilitando a redução do índice de evasão no curso mencionado.

Figueiredo e Sales (2017) propõem que o abandono da escola seja considerado um processo institucional e relacional no qual a escola e o aluno constroem a decisão de deixar a escola. Eles argumentam que o abandono é desdobrado por um conjunto de experiências, interações e processos entre o aluno e os educadores, colegas e as lógicas da educação, levando ao crescente desespero, resignação, desesperança e, em alguns casos, convites mais ou menos tácitos da escola para sair.

Silva Filho (2018) menciona que o fato de a taxa de evasão ser tão alta nos cursos na modalidade subsequente precisa ser analisado com base em políticas públicas que busquem privilegiar explicitamente a formação profissional como meio de integrar jovens no mercado de trabalho, e coloca novamente as considerações no contexto da política educacional brasileira, pois organiza escolas de nível médio e as de qualificação profissional. A política educacional atual para a educação profissional, deve traçar estratégias para expansão, levar em consideração a taxa de evasão e as

suas principais causas, de modo a evitar correr o risco de tomar decisões equivocadas e onerosas.

Além dos fatores individuais, a identificação e análise de fatores dentro da escola que afetam a taxa de evasão escolar não pode ser ignorada na implementação e avaliação de políticas públicas para o ensino técnico, em qualquer nível - federal, estadual ou municipal.

Essa diversidade de fatores ao ser considerada na definição de áreas ou eixos tecnológicos é decisiva para a oferta de cursos técnicos. Esta é outra questão que pode se configurar interessante e requerer também um aprofundamento específico, o que evidencia o quão complexo e desafiador pode ser a investigação dos fatores que levam à evasão escolar.

Examinando as razões pelas quais os alunos abandonam os estudos na EPTNM, Jardim (2016) discute ainda os seguintes correlatos de risco educacional: estrutura familiar e pobreza, raça e etnia, residência, deslocamento econômico e gênero. Os indicadores de risco educacional, de acordo com o autor, são frequência dos alunos, taxas de continuidade escolar, desempenho acadêmico, envolvimento nas atividades escolares, comportamento dos alunos, atitudes em relação à escola, necessidade de emprego, natureza do apoio familiar, envolvimento em atividades extraescolares, e envolvimento com o sistema de justiça juvenil. Isso não significa, no entanto, que o abandono seja apenas um problema minoritário ou urbano.

Castro (2017) analisou as razões do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, nas turmas 2013.1 e 2014.1, cuja origem de criação remonta ao Decreto n. 2.208/1997, no qual se estabeleceu a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. De acordo com os dados produzidos, os resultados mostram que os fatores concernentes à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados com aspectos tanto externos quanto internos à instituição, corroborando o aporte teórico utilizado. Os fatores externos mais recorrentes foram dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho, falta de tempo para se dedicar aos estudos, ingresso em outro curso, dificuldades em planejar a própria vida e estabelecer metas pessoais, dificuldades financeiras e de recursos para transporte escolar, dentre outros. Já os fatores internos consistiam em: didática ineficiente dos professores, dificuldades tanto de lidar com a metodologia dos professores quanto de aprender os conteúdos ensinados por eles, complexidade dos

conteúdos, excesso de atividade em sala de aula, pouco acervo de livros na biblioteca relacionados ao curso, despreparo dos professores, dentre outros.

Para Jardim (2016), as causas da taxa de evasão são essenciais para encontrar soluções para o problema, especialmente quando se trata da modalidade subsequente. Contudo, as possíveis causas para o abandono são extremamente difíceis de identificar porque, como outros processos ligados ao desempenho escolar, o fenômeno é influenciado por um conjunto de fatores que envolvem o aluno e sua família, bem como a escola e a comunidade onde eles vivem.

Podemos entender, das pesquisas apresentadas, que é necessário associar a um estudo sobre taxa de evasão escolar na EPTNM na modalidade Subsequente, fatores institucionais e individuais que podem afetar as decisões dos alunos sobre a permanência na escola ou desistir antes de concluir um curso. Faz-se necessário ainda levar em consideração desde o tipo de integração do aluno até o mais amplo contexto social, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e educacionais, as escolhas, aspirações e possibilidades individuais do aluno.

Mediação entre as condições gerais presentes no contexto social e as condições apresentadas pelos alunos durante sua escolaridade também são realizadas pela instituição de ensino. Do ponto de vista social e individual, a escola representa um elemento fundamental com oportunidade de enfrentar e superar as restrições do contexto, em face dos desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir perspectivas mais amplas de integração e participação na vida social. No entanto, isso requer que os alunos permaneçam na escola. Em nossa realidade, de igual modo ao que Castro (2017) menciona, as condições do acesso e permanência dos alunos na escola e, sobretudo, na educação profissional e tecnológica, são amplamente definidas pela política educacional para essa modalidade de ensino.

Portanto, faz-se necessário que se busquem alternativas e ações que possam minimizar a evasão escolar na modalidade subsequente e que estas logrem êxito ao que se propõem. As ações governamentais, os projetos e as pesquisas aqui discutidas demonstram que é possível implementar ações que foquem na permanência dos discentes bem como em seu êxito educacional nos institutos federais. Tendo tratado da evasão na EPTNM e na modalidade subsequente, trataremos a seguir dessas ações de permanência e êxitos nos Institutos Federais.

2.1.3 Ações para Permanência e Êxito nos Institutos Federais

A Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito social assim como a saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, entre outros. Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para a cidadania e na qualificação para o trabalho. Entretanto, apenas admitir a educação como direito fundamental não é suficiente. É necessário concretizar e promover ações que permitam a garantia desse direito.

Silva Filho (2007) mostrou em seu estudo que, com a expansão da Rede Federal e a ampliação de vagas, as atividades de permanência e êxito dos discentes têm sido motivo de preocupação, uma vez que a comparação entre o quantitativo de alunos ingressantes e dos alunos que concluíram o curso apresenta assimetria, e o alto índice de evasão em todos os níveis de sua atuação repercute em desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos.

A questão que implica na permanência e êxito dos estudantes nos Institutos Federais foi discutida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 506/2013, que atribui aos IFs a criação de mecanismos de atendimento e de enfrentamento aos fatores que favorecem e que causam a evasão escolar:

ACÓRDÃO Nº 506/2013 - TCU, após Auditoria Operacional, realizada com vistas a avaliar as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, recomenda à SETEC/MEC: 9.1.1. institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios do PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de Assistência Estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos *campi*; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores (BRASIL, 2013).

Desde essa recomendação, os Institutos Federais têm trabalhado em políticas de permanência e êxito que levem um acompanhamento mais efetivo junto aos discentes. Não basta apenas o recurso em dinheiro ao aluno, mas também saber os motivos e causas de sua permanência ou não. Assim, em 2015, por meio da Nota

Técnica n 282/SETEC/MEC de 09 de julho de 2015, cada Instituto Federal foi determinado a criar comissões de trabalho a fim de desenvolver seus Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e êxito dos estudantes. Esses planos deveriam contemplar o diagnóstico das causas de evasão e retenção e implementação de políticas e ações de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes.

O art. 205 da Constituição Federal discorre que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A Constituição, confiou à educação, portanto, a importante missão de formação da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e sua inserção no mercado de trabalho. Em seu art. 206, estabeleceu princípios que devem conduzir o ensino:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas, (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal, (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020). Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O inciso I, do artigo 206, indica o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um princípio diretamente relacionado ao êxito escolar. O princípio foi também regrado fora da Constituição Federal, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente, no caput do art. 53 que preceitua que é assegurada a toda criança e adolescente a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O direito à educação teria pouca ou nenhuma valia se não houvesse, por parte do legislador, a sensibilidade de cercá-lo de efetividade. Daí ter-se garantido, ou assegurado, o acesso e a permanência na escola, que podem ser perfeitamente identificados como expressões do direito constitucional à educação. Por isso, fez-se necessário investir em ações de permanência e êxito dos alunos nos institutos federais não somente por imposição legal, mas também porque os Institutos Federais estão comprometidos com o embate aos vários fatores que contribuem para a desistência do estudante à vida acadêmica.

Ressaltamos que já havia previsão normativa de ações de assistência estudantil antes do Acórdão nº 506/2013 do TCU, regulamentadas no Decreto 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Assim, dentre as ações realizadas pelos institutos federais para permanência e êxito dos alunos nos cursos técnicos, destacam-se as ações de assistência estudantil que visam sanar as necessidades enfrentadas pelos alunos tanto de ordem social como de ordem acadêmica. As equipes multidisciplinares são fundamentais para a implementação das ações do PNAES, principalmente as ações universais relacionadas à prevenção da evasão, à saúde, ao acompanhamento acadêmico, à cultura, dentre outros, e sua ausência pode fragilizar a implementação e a execução dessas ações.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Além disso:

Art. 3º [...] § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IF.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. Outras instituições priorizam os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante, é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente. Assim, destaca-se os principais benefícios estudantis concedidos pelos institutos federais, ilustrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Benefícios Estudantis Concedidos pelos Institutos Federais.

Tipo de Benefício	Benefício	Nº de institutos que possuem o benefício
Benefícios Sociais	Moradia	29
	Transporte	30
	Alimentação	28
	Creche	12
	Material didático/escolar	19
	Uniforme	8
	Auxílio complementar ou emergencial	11
	Bolsa estudantil	22
Benefícios Universais	Atenção à saúde	27
	Inclusão Digital	10
	Cultura/Arte/Esporte/Lazer	23
	Apoio ao estudante com necessidades especiais	0

Benefícios Acadêmicos	Apoio pedagógico	16
	Visitas técnicas/Participação em eventos	16
	Apoio a entidades estudantis	9

Fonte: Taufick (2014).

Outra ação que ajuda a manter os alunos motivados e podem colaborar para a permanência e êxito, é o incentivo à pesquisa científica, por meio de bolsas remuneradas, destacando-se o PIBIC-Jr - programa institucional dos IF's, em parceria com o CNPQ, que tem como objetivo ajudar o aluno a se desenvolver na pesquisa científica e tecnológica. É ofertado aos alunos dos cursos técnicos e possui um valor em torno de duzentos reais (R\$ 200,00) (IFAM, 2018).

Em relação ao acompanhamento desses alunos, a obtenção de dados de frequência e aproveitamento acadêmico tem sido um dos principais limites no cotidiano das equipes multiprofissionais e do profissional Assistente Social. Estes dados, inclusive, não se destinam somente às equipes multiprofissionais que trabalham com programas e/ou projetos institucionais ligados à permanência e/ou à prevenção da evasão, mas constitui um direito que os estudantes e as famílias possuem, qual seja o conhecimento de relatórios de frequência atualizados.

Especificamente na instituição de pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, a política de permanência e êxito estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM é realizada por meio do Plano Estratégico de Ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes (IFAM, 2016). Tal plano tem como principal missão a promoção com excelência à educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No diagnóstico do Plano Estratégico de Ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes do IFAM de 2016 foram verificadas várias causas para a retenção e evasão de estudantes. Dentre essas causas pode-se citar na retenção: “as dificuldades para conciliar trabalho e estudo; falta de base no ensino médio; excesso de atividades extraclasse; forma de avaliação”; e para a evasão pode-se citar: “mudança de domicílio para outras cidades; dificuldade financeira; residência em local distante; falta de identificação com o curso; o ingresso na instituição sem o prévio

conhecimento das rotinas de estudo e do curso escolhido”, dentre muitos outros. (IFAM, 2016, p. 40).

Diante dessas dificuldades, o plano estratégico promove medidas para a redução da evasão de estudantes e as propostas de intervenção apresentam diversas sugestões de ação em várias áreas ligadas ao indissociável tripé do ensino, da pesquisa e da extensão (IFAM, 2016, p. 48), tais como:

- Reuniões pedagógicas para trabalhar a questão da relação de tempo para aplicação de trabalhos práticos em sala de aula, reduzindo o problema do estudo fora de sala de aula;
- Reuniões com alunos para identificar os motivos das faltas e realizar recuperação dos conteúdos;
- Reuniões com a Coordenação do curso e professores para abordagem mais didática no ensino envolvendo reforços que propiciem o aumento do raciocínio lógico, do uso da matemática em situações práticas e da produção textual;
- Trabalhar o nivelamento através de atividades, cursos e projetos de Extensão comunidade, para garantir ingressos com bases mais sólidas;
- Garantir o acesso ao acervo atualizado e disponível para toda a comunidade acadêmica;
- Desenvolver nos discentes a concepção do ensino técnico profissionalizante.

Considerando ainda o aprimoramento ou a ampliação das ações em execução nos *campi*, o Plano Estratégico de Ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes do IFAM visa promover a redução da retenção e evasão em todos os níveis e modalidades de ensino. O programa também desenvolve medidas para a redução da evasão de estudantes IFAM (2016, p. 51), como:

- Demonstrar e incentivar a permanência na cidade, articulando a importância do profissional da área no desenvolvimento do município;
- Garantir estágios e participação em projetos;
- Articulação com organizações representativas de classe, empresas, câmara de dirigentes lojistas e órgãos públicos para garantir adequações de horários para trabalhadores-discentes;
- Articulação e fortalecimento dos programas integrais e de assistência estudantil;
- Diagnóstico da vocação profissional através de testes vocacionais;
- Acompanhamento por uma equipe de "Saúde" do *campus* para os alunos e familiares que estejam com problemas de saúde;
- Qualificação do Corpo Docente (capacitação metodológica) – Seminários de Planejamento Pedagógico.

Assim, o Plano Estratégico de Ações para o acesso, permanência e êxito dos discentes do IFAM é bem extenso e apresenta uma série de medidas para o fomento da assistência estudantil conforme preconiza o PNAES. Sua contribuição para a permanência e êxito dos discentes não é apenas necessário, mas de relevante

importância tendo em vista as dificuldades e desafios da própria instituição para garantir o acesso ao ensino.

Apesar das dificuldades com relação a implementação e execução das ações de assistência estudantil, em especial a falta de recursos financeiros para ampliar o número de bolsas e de alunos “cobertos” pela política, é inegável a sua relevância dentro da EPTNM assim como a importância de um profissional que identifique as necessidades desses alunos como o Assistente Social, que trabalha os aspectos socioemocionais junto aos alunos bem como na viabilização de igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e a conclusão com êxito dos alunos numa perspectiva de autonomia, direitos e cidadania.

Outras recomendações envolvem ainda a inclusão de conteúdo focado nas habilidades sociais e relacionais dos alunos, pois o sucesso profissional e acadêmico se baseia, pelo menos em parte, nesses tipos de habilidades. Nessa linha, Narciso (2015) aponta o uso de atividades interativas, como grupos de discussão ou outras atividades que ajudem a melhorar as habilidades comunicativas que, por sua vez, podem levar ao aumento das habilidades de resolução de problemas. Dessa forma, destaca-se a importância das competências culturais gerais, bem como o conhecimento prévio dos alunos no processo de aprendizagem.

Cravo (2012), pontua outro conjunto de recomendações, que trata do benefício de promover a aprendizagem prática ou aplicada, como o uso de experiências de campo ou recursos audiovisuais para estimular os alunos. Da mesma forma, seria útil fomentar o trabalho em equipe e a colaboração entre os professores de diferentes currículos profissionais e acadêmicos, a fim de desenvolver práticas comuns de ensino nas quais os alunos possam aplicar conhecimentos teóricos e práticos.

Também encontramos na literatura um conjunto de recomendações que destacam as vantagens de enfatizar o manejo de aspectos socioemocionais. Às vezes, estes eram sugeridos como sendo ainda mais importantes que os acadêmicos. Isso envolveria professores dando mais apoio emocional aos alunos e dando atenção extra aos fatores associados ao risco de abandono escolar, compensando, de alguma forma, possíveis deficiências em outras áreas. Mais especificamente, recomenda-se que professores e orientadores passem mais tempo com os alunos, ouvindo e prestando mais atenção às suas experiências escolares e familiares. Por fim, envolve melhorar a qualidade das relações professor-aluno e construir um ambiente que incentive processos de apoio e aprendizado e que envolva emocional e

intelectualmente os alunos em seus ambientes acadêmicos (CRAVO, 2012; ARAÚJO; SANTOS, 2012; MEIRA, 2015).

Essas sugestões demonstram a necessidade de um acompanhamento mais efetivo da unidade escolar, além do que “[...] o aluno precisa ser observado e escutado de forma intensa” (FAVORETO, 2016, p. 85). Há a necessidade de um olhar mais aguçado, possível da compreensão que o educando é um sujeito complexo, onde causas cognitivas, psicoemocionais, socioculturais, econômicas e políticas fazem parte do seu cotidiano escolar (BRASIL, 2006). Nesse aspecto, Frigotto (1989, p. 200) afirma que “[...] é preciso instrumentalizar o aluno de maneira que ele possa lutar contra as adversidades que a vida lhe impõe, referente às relações econômicas e históricas”.

Outra série de propostas concentra-se nos benefícios de trabalhar na variedade de fatores cognitivos e atitudinais que os alunos possuem. Para tanto, recomenda-se que os professores desenvolvam várias estratégias para motivar os alunos, a fim de ajudá-los a superar os desafios acadêmicos que enfrentam, além de fornecer a eles experiências que estimulem sua autoestima e suas expectativas profissionais e acadêmicas, como estudantes com objetivos profissionais e expectativas para o futuro, pois devem desenvolver atitudes necessárias para serem bem-sucedidos e mais envolvidos em seus próprios processos de aprendizagem (MEIRA, 2015; NARCISO, 2015).

Tendo em vista os fatos apresentados até aqui, elaboramos o Quadro 2 com a síntese das causas de evasão e possíveis sugestões para permanência e êxito dos alunos.

Quadro 2 - Síntese das Causas da Evasão/Sugestões de Ações de Permanência e Êxito.

Causas de evasão	Sugestões de ações de permanência e êxito
Dificuldades de aprendizagem	Educação baseada em competências e o ensino individualizado
Falta de habilidade social e relacional	Atividades interativas, como grupos de discussão ou outras atividades
Aprendizagem prática ou aplicada	Experiências de campo ou recursos audiovisuais
Aspectos socioemocionais	Melhoria da qualidade das relações professor-aluno
Variedade de fatores cognitivos e atitudinais	Estimular a autoestima e suas expectativas profissionais e acadêmicas

Fonte: Elaboração própria, com base na literatura utilizada nesta seção (2020).

É necessário que a equipe reconheça que todos fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Suas ações e reações serão fruto de um trabalho realizado em conjunto com um único objetivo: garantir a permanência do aluno e seu êxito escolar, com uma educação de qualidade voltada para a promoção desse aluno enquanto sujeito inserido na sociedade.

Para conhecer as pesquisas já realizadas com o nosso objeto de pesquisa, realizamos uma breve revisão de literatura, a partir de pesquisa em duas bibliotecas digitais de dissertações e teses e na base de dados SciELO, conforme apresentado na próxima seção

2.2 PESQUISAS CORRELATAS

Considerando o objetivo desta pesquisa que é investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus Avançado Manacapuru*, visando à elaboração de um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos, realizamos uma revisão de literatura em sites, periódicos e plataformas *online* com a finalidade de ter uma visão ampliada do objeto de estudo, por meio das pesquisas que já trataram da temática em questão.

Em relação ao levantamento de trabalhos já publicados e com base nos objetivos desta pesquisa, utilizamos os termos ou palavras-chave de pesquisa “Evasão”, “Educação profissional técnica de nível médio”, “Permanência e êxito” e “Subsequente” e como base para a pesquisa visitamos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e pesquisa na *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). As palavras foram utilizadas de modo individual ou combinadas conforme apresentaremos a seguir.

Em pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando os termos “Evasão” e “subsequente”, foram encontrados 34 resultados da pesquisa dentre eles trabalhos já referenciados por nós como Gugelmin (2015), Silva Filho (2018) Jardim (2016). No entanto, desses 34 trabalhos apenas 16 trabalhos realmente traziam discussões acerca da evasão no ensino subsequente pois os outros traziam, por exemplo, pesquisas acerca da evasão em cursos superiores e licenciaturas e implantação de cursos subsequentes em determinado *Campus* ou cidade.

Quando a pesquisa na BDTD é feita com os termos “permanência e êxito” + “subsequente” os resultados são menores ainda: foram encontrados apenas 5 trabalhos, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Dissertações na BDTD - Termos “Permanência e Êxito” + “Subsequente”.

TÍTULO	AUTOR
1. Permanência e Evasão na Educação a Distância: uma análise dos cursos subsequentes do IFSULDEMINAS <i>Campus</i> Muzambinho.	Gomes (2016).
2. O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar.	Silveira (2017).
3. Permanência e êxito na passagem pelo ensino médio integrado: implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar.	Zibenberg (2016).
4. Aprendizagem baseada em empreendedorismo: uma proposta para melhoria do ensino profissional técnico de nível médio no IFPA.	Almeida (2019).
5. As sementes que não germinaram: um estudo de caso sobre evasão escolar.	Silva (2018).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Como podemos observar, todas as dissertações listadas na pesquisa com os temas “permanência e êxito” e “subsequente” são muito recentes, datando do ano de 2016 até 2019, abordando a evasão nos Institutos Federais, a permanência e êxito. Há, inclusive, a pesquisa de Silva (2018) que também se utilizou do estudo de caso para abordar a evasão escolar.

Em pesquisa na *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), ao utilizarmos os termos “evasão” + “educação profissional técnica de nível médio”, a pesquisa nos traz apenas 1 resultado: o artigo de 2011 intitulado “Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais”, das autoras Rosemary Dore e Ana Zuleima Lüscher.

Pesquisando “evasão” e “permanência e êxito” também na plataforma SciELO, o site retorna 4 (quatro) trabalhos, todos desenvolvidos na educação superior, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Publicações na Scielo – Termos “Permanência e Êxito” e “Evasão”.

TÍTULO	AUTOR
1. Evasão Escolar no Ensino Superior: Análise Quantitativa no Curso de Licenciatura em Física do IFPA <i>Campus Bragança</i> .	Moura, Mandarino e Silva (2020).
2. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior.	Anache e Cavalcante (2018).
3. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários.	Andrade e Teixeira, (2017).
4. Relación entre la lecto-escritura, el desempeño académico y la deserción estudiantil.	Uribe-Enciso e Carrillo-García (2014).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Colocando-se todos os termos “evasão” + “educação profissional técnica de nível médio” + “permanência e êxito” + “subsequente”, a biblioteca não retorna nenhum documento para essa pesquisa.

Em vista do exposto até aqui, podemos inferir que as causas que agem na evasão escolar do aluno estão em várias frentes, tanto em sua vida pessoal quanto nas situações enfrentadas na escola. Essas causas, em vista de estar tão presentes na vida do aluno, deixa-o em situação tão difícil que sem o devido apoio de uma política pública educacional efetiva, o que lhe resta é a evasão.

Que fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus Avançado Manacapuru*? Para responder a essa questão elaboramos o percurso metodológico apresentado a seguir.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo, que apresenta o percurso metodológico utilizado para a identificação dos fatores que têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru, está organizado em quatro seções: estratégia utilizada para desenvolver a pesquisa; local da pesquisa; participantes da pesquisa; tarefas para desenvolver o estudo de caso.

3.1 ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVER A PESQUISA

Considerando o contexto da pesquisa, o problema e as perguntas que orientaram a pesquisa, utilizamos como estratégia para o seu desenvolvimento o estudo de caso, por considerá-lo adequado à natureza e à complexidade do problema em questão, permitindo a identificação das motivações e eventos que caracterizam o processo de evasão dos alunos dos cursos técnicos subsequentes no *Campus* Avançado Manacapuru.

O estudo de caso, de acordo com Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo em profundidade, analisando-o em detalhes e com base em várias fontes de dados, sendo indicado principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não se encontram claramente definidos (YIN, 2001).

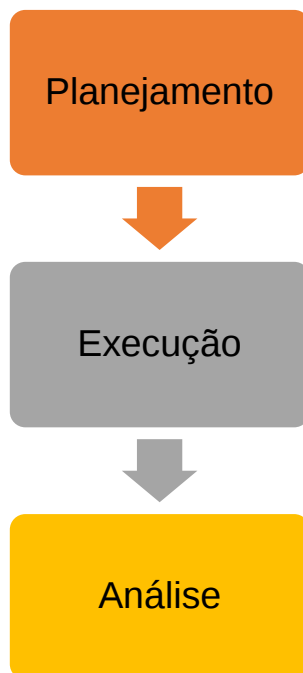
Ainda de acordo com o autor, os estudos de caso são uma investigação aprofundada de um indivíduo, grupo, período ou evento em particular. Eles abrangem uma variedade de ferramentas de pesquisa para investigar os princípios subjacentes de uma ocorrência dentro de um contexto da vida real.

Definir o caso (unidade de análise ou objeto do estudo) e delimitar o caso pode ser difícil, pois muitos pontos de interesse e variáveis se cruzam e se sobrepõem na pesquisa de estudo de caso. Recomenda-se o desenvolvimento de perguntas e / ou proposições de pesquisa para selecionar o caso, identificar o foco e refinar os limites para estabelecer efetivamente esses elementos no desenho da pesquisa. Limitar o caso é essencial para focar, enquadrar e gerenciar a coleta e análise de dados. Isso envolve ser seletivo e específico na identificação dos parâmetros do caso, incluindo o

(s) participante (s), local e / ou processo a ser explorado, e estabelecer o prazo para a investigação do caso (YIN, 2001).

As etapas do estudo de caso, considerando as abordagens de Yin (2001) e Jedlitschka e Pfahl (2005), são: Planejamento, Execução e Análise, cuja apresentação consta na Figura 2.

Figura 2 - Etapas do estudo de caso.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Yin (2001).

Conforme os autores, todas as etapas do estudo de caso, assim como os materiais utilizados durante o estudo, precisam ser descritas, tendo em vista a conformidade dos participantes e como garantia que vão seguir as instruções dadas. Vejamos, a seguir, o que demanda cada etapa do estudo de caso, conforme representação na Figura 2, considerando o que dizem Yin (2001) e Jedlitschka e Pfahl (2005).

Planejamento - É a etapa de organizar como vai ocorrer o estudo de caso. Informações sobre o local da pesquisa, participantes, técnicas e instrumentos para coletar os dados precisam ser descritas, bem como as tarefas a serem executadas pelos participantes.

Além dessas informações, no planejamento, devem ser descritos o que exatamente acontecerá aos participantes do momento em que chegam para realizar

a tarefa ao momento em que partem. As informações contidas no planejamento podem ser apresentadas em subseções apropriadas para facilitar a leitura.

Execução – É a etapa de descrever cada passo na produção da pesquisa, a partir das tarefas planejadas. O cronograma geral das tarefas a serem executadas (que está no planejamento) precisa ser descrito, bem como quanto tempo os participantes foram convidados a executar a tarefa.

Um dos pontos mais importantes é descrever se houve algum desvio entre o que foi planejado (também conhecido como protocolo) e o que foi executado, mostrando como o desvio foi tratado. Isso conta para todos os aspectos do que foi planejado.

Análise – É a etapa de apresentar a análise e interpretação dos dados coletados com a ajuda de informações descritivas apropriadas. A preparação do conjunto de dados deve ser discutida, mostrando como os dados foram reunidos para fazer a análise. Deve ser dada ênfase, especial, às restrições que dificultaram a aplicação de um método de análise, mostrando os desvios resultantes com relação ao plano original (por exemplo, uma técnica diferente foi usada devido a restrições do conjunto de dados).

Optamos por realizar um estudo de caso único, tendo em vista que, até o presente momento, não fora feita uma pesquisa institucional acerca da evasão no *Campus Avançado Manacapuru*, tendo por objetivo investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do referido *campus*, visando à elaboração de um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos.

Assim, a pesquisa atende a um dos critérios definidos como desejáveis para o estudo e que, segundo Yin (2001), é uma das razões que justificam a escolha de um caso único: a singularidade de uma situação ou fenômeno. Outra razão seria a oportunidade de revelar um caso que ainda não foi estudado ou, ainda, representa uma chance de aprofundar o seu estudo, o que não seria possível em uma estratégia com múltiplos casos.

3.2 PLANEJAMENTO DO ESTUDO DE CASO

Nesta seção apresentamos o planejamento do estudo de caso, que compreende o local de desenvolvimento da pesquisa; os participantes, que são alunos

evadidos, mas também servidores do *campus* (professores, equipe técnico-pedagógica e diretor); as ações planejadas para executar o estudo de caso, bem como as técnicas e instrumentos para coletar os dados.

3.2.1 Local de Realização da Pesquisa e seu Contexto

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAM - *Campus* Avançado Manacapuru. O período investigado foi de 2015 (primeira turma ofertada no *campus*) a 2019 (última divulgação de dados disponíveis, no período pesquisado).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Manacapuru “é um município brasileiro do Estado do Amazonas pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localizado ao sul de Manaus, capital do estado e distanciando, desta, cerca de 84 quilômetros” (IFAM, 2015, p. 4). O censo de 2012 registrou cerca de 86.985 habitantes no município de Manacapuru sendo o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas.

O *Campus* Avançado Manacapuru está em atividade desde o ano de 2014, através da Portaria Nº 1.074, de 30 de dezembro. Segundo dados do Relatório de Gestão do IFAM de 2018, tendo como base o ano de 2017, cerca de 298 discentes estavam matriculados e frequentando os cursos. Já no ano de 2018, esse número subiu para 474 alunos, contando com 43 servidores, entre docentes e técnicos-administrativos. Um *campus* avançado tem, dentre os seus objetivos:

Promover educação profissional com qualidade e excelência, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando formar profissionais para atuar nos diversos setores da economia com responsabilidade socioambiental para o desenvolvimento da Mesorregião do Centro Amazonense. Nessa perspectiva, prepara-se para articular conhecimentos científicos, tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais às necessidades educacionais, culturais, econômicas e sociais das comunidades do entorno está inserido, considerando as características e vocações da região (IFAM, 2015, p. 5).

Na Figura 3, é possível observar a entrada da atual sede do *Campus* Avançado Manacapuru, localizado na Rodovia Manuel Urbano, Km 77, Bairro Morada do Sol, Manacapuru, Amazonas.

Figura 3 - Entrada do *Campus Avançado* Manacapuru.



Fonte: <https://www.acritica.com/channels/interior/news/ministro-da-educacao-inaugura-predio-reformado-do-campus-avancado-manacapuru-do-ifam>

O *campus* iniciou as atividades em 2014, em um prédio provisório no centro de Manacapuru, e as atividades com os alunos funcionando em duas escolas no município. Em julho de 2017, o prédio definitivo passou a funcionar para as aulas e atividades administrativas, o que contribuiu para a expansão dos cursos ofertados e aumento de matrículas.

Conforme dados informados pelo Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE) e pelo Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPEX) do *campus*, até o ano de 2019, havia 268 alunos nos diversos cursos oferecidos nas modalidades Integrado, Subsequente e PROEJA, como demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 - Total de alunos por curso/2019 - *Campus Avançado* de Manacapuru.

Modalidade	Integrado			Subsequente			Proeja
Curso	Técnico em administração	Técnico em informática	Técnico em recurso pesqueiro	Técnico em administração	Técnico em informática para internet	Técnico em secretariado	Técnico em vendas
Total de Alunos	31	59	72	29	23	39	15

Fonte: Elaborado a partir de informações oferecidas pelo DEPEX/SAE (2019).

Os dados foram informados pela equipe técnico-pedagógica do *campus*, acessados diretamente no setor do Serviço de Assistência ao Educando (SAE). Os números do Quadro 5 consideram o total de alunos das turmas da modalidade Integrado sejam do primeiro, segundo e terceiro anos do ensino médio, num total de 8 turmas. As turmas na modalidade subsequente, diferentemente da modalidade integrado, são organizadas por módulos onde cada módulo tem duração de 1 semestre e atualmente todos os cursos na modalidade subsequente têm duração de 4 módulos ou 2 anos.

Todas as turmas na modalidade subsequente estavam no 3º módulo do curso, sendo uma turma de cada curso, num total de 3 turmas. O PROEJA em Vendas possui duas turmas, uma no 1º ano e outra no 2º ano. Os cursos apresentados foram instituídos com a finalidade de atender à população, promovendo uma educação de excelência, por meio do desenvolvimento sustentável da Amazônia (IFAM, 2016).

Solicitamos informações acerca do quantitativo de aprovados, reprovados e alunos evadidos de todos os cursos em 2019 onde consideramos a totalidade por modalidade de ensino. As informações colhidas resultaram no Quadro 6, onde a taxa de reprovados e evadidos na modalidade subsequente supera as demais modalidades (Integrado e Proeja).

Quadro 6 - Comparativo dos cursos ofertados - alunos aprovados, reprovados e evadidos.

Resultado de todos os cursos - 2019							
Modalidade	Total de alunos	Aprovados		Reprovados		Evadidos	
Quantidade	-	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Integrado	162	156	96%	3	2%	3	2%
Subsequente	92	61	67%	9	10%	21	23%
Proeja	15	14	93%	1	7%	-	-
Total	268	231	86	13	5%	24	9%

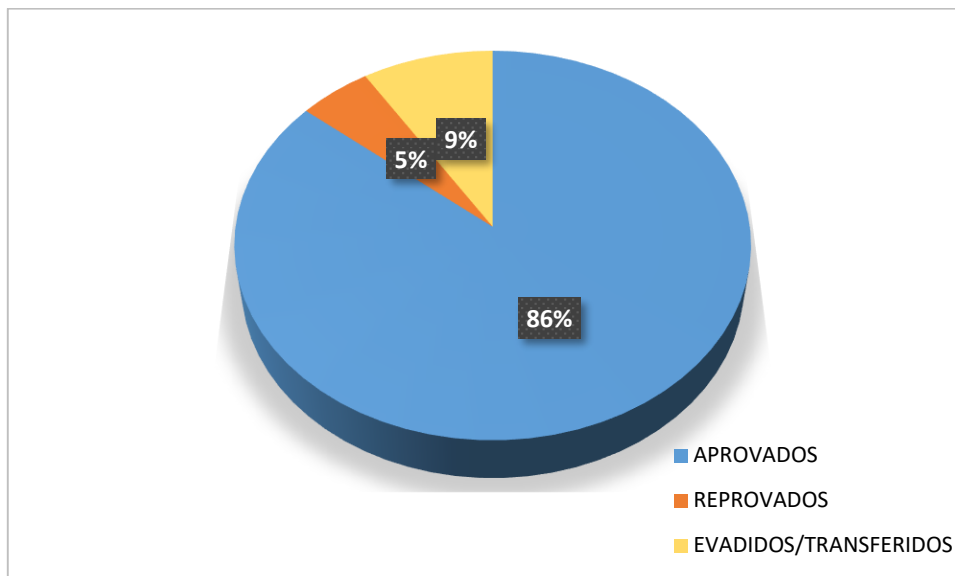
Fonte: Setor de Assistência ao Educando - *Campus Avançado Manacapuru* - DEPEX/SAE.

Em síntese, verificamos que a porcentagem de alunos evadidos na modalidade subsequente (23%) é quase três vezes maior que o quantitativo total de evadidos no

ano de 2019 (9%), sendo esse dado também muito superior ao quantitativo de alunos evadidos na modalidade integrado com apenas 2%.

O Gráfico 1, a seguir, revela o quantitativo total de alunos aprovados, reprovados e evadidos no ano 2019, mostrando um percentual de 9% de alunos evadidos nesse ano.

Gráfico 1 - Número de aprovados, reprovados e evadidos - 2019.



Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo Setor de Assistência ao Educando do *Campus* Avançado Manacapuru - DEPEX/SAE.

Importante pontuarmos que o quantitativo maior de alunos reprovados também está na modalidade subsequente com 10% dos alunos. Assim, reprovados e evadidos no *Campus* Avançado Manacapuru concentram-se na modalidade subsequente, mostrando a importância de um trabalho articulado para esses estudantes.

Considerando os dados apresentados pelo Setor de Assistência ao Educando do *Campus* Avançado Manacapuru - DEPEX/SAE, podemos constituir o seguinte diagnóstico sobre a evasão no *campus*, em vista do que apresentamos até aqui:

1. O número geral de evasão, somando-se todos os cursos e todos os formatos de cursos técnicos, correspondem a 34% da quantidade de alunos que ingressaram no período em análise.
2. Entre os cursos de educação técnica na modalidade Integrada e a modalidade Subsequente, a evasão ocorreu com mais intensidade nos cursos técnicos subsequentes.
3. O quantitativo maior de alunos reprovados está na modalidade subsequente.

Em 2019, dos 91 alunos da modalidade Subsequente com matrícula ativa, 21 evadiram-se no último módulo de conclusão do curso. Assim, vemos que esse quantitativo equivale a 23% dos alunos, número 7 vezes maior se comparado ao mesmo dado de alunos evadidos do ensino Integrado de apenas 2%

Ao identificarmos os maiores índices de evasão nos cursos da modalidade Subsequente, delimitamos essa pesquisa a fim de investigar os principais fatores que contribuem para a Evasão Escolar no *Campus* Avançado Manacapuru dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM na modalidade subsequente, a fim de elaborar um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos.

3.2.2 Participantes da Pesquisa

Participaram da pesquisa, alunos evadidos, professores, equipe técnico-pedagógica e diretor do *campus*.

Os alunos participantes foram aqueles desde as primeiras turmas do *campus* (2014.2) até as últimas turmas em que há o registro de evasão (2019.2). Os dados de 2020 não foram considerados por ser o ano em curso e em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid -19), esses dados não estavam registrados para acesso e análise.

A busca pelos alunos evadidos foi feita pelas listagens na Coordenação de Registro Acadêmico e no setor pedagógico do *campus*. De posse do quantitativos de alunos, solicitamos dados como telefones e endereço para contato. Priorizamos o contato telefônico via mensagens de texto instantâneas, para o convite de participação na pesquisa. Participaram da pesquisa 15 alunos evadidos.

A escolha dos professores participantes obedeceu ao critério de ministrarem aulas nos cursos subsequentes. Cinco professores participaram da pesquisa: dois de língua portuguesa, um de língua estrangeira, um de administração e um de informática. Vale ressaltar que os professores foram aqueles cujos alunos com dificuldades e pensando em desistir do curso, geralmente, primeiro entravam em contato, pois, de modo geral, eram eles que informavam a desistência dos alunos.

Quanto à equipe técnico-pedagógica, ela é composta atualmente por sete servidores, sendo: uma pedagoga, um técnico de assuntos educacionais, um nutricionista, um psicólogo, um bibliotecário, um técnico de laboratório e um assistente social. Essa equipe lida com os aspectos socioeducacionais e psicossociais do aluno.

A equipe trabalha visando a permanência e êxito dos alunos e, geralmente, possui informação sobre os motivos de evasão. Desse modo, a participação da equipe técnico-pedagógica fez-se importante para também saber como lidam com as dificuldades encontradas, as ações planejadas para viabilizar a permanência e o êxito dos estudantes.

Os cinco servidores da equipe técnico-pedagógica que aceitaram participar da pesquisa foram: o bibliotecário, o nutricionista, o técnico de laboratório, o técnico em assuntos educacionais (com formação em pedagogia) e o psicólogo.

Por fim, o diretor do *campus*, que contribuiu trazendo informações relevantes sobre a evasão e quais tem sido as ações de gestão para promover a permanência e êxito dos alunos. Buscamos conhecer as dificuldades encontradas, bem como as projeções futuras da gestão frente a evasão e permanência dos alunos.

Uma vez conhecido o local em que foi desenvolvido o estudo de caso, bem como os participantes que dela fizeram parte, passamos então a apresentar o que foi planejado para a execução do estudo de caso.

3.2.3 Ações planejadas

Na sequência explicitamos o que foi planejado para a execução do estudo de caso, a saber: Momento I - análise documental; Momento II - entrevista com alunos evadidos; Momento III - entrevista com servidores do *campus* onde a pesquisa será realizada.

Momento I – Análise Documental

A realização da análise documental foi feita para ocorrer da seguinte forma:

- a) levantamento de dados na plataforma Nilo Peçanha sobre o quantitativo de estudantes evadidos entre os anos de 2014 a 2019 nos cursos subsequentes no *Campus Avançado Manacapuru*;
- b) levantamento no SISTEC sobre o quantitativo de estudantes evadidos entre os anos de 2014 a 2019 nos cursos subsequentes no *Campus Avançado Manacapuru*;
- c) levantamento de dados nos relatórios produzidos pela equipe técnico-pedagógica, quanto aos possíveis fatores que levaram à evasão.

Momento II – Entrevista com os alunos evadidos

Para a realização da entrevista com os alunos evadidos, foi planejado fazer, junto ao Departamento de Pesquisa, Ensino e Extensão e à Coordenação de Registro Acadêmico, a busca pelo contato de telefone ou e-mail dos alunos evadidos; contato com os alunos evadidos, por telefone e/ou e-mail, para apresentar a pesquisa e convidar para participação e, no caso de aceite, marcar dia e horário para a entrevista; Entrevista com os alunos evadidos, seguindo o que consta no Apêndice – A.

Momento III – Entrevista com servidores do *campus*:

Para a realização da entrevista com os servidores do *campus*, planejamos realizar contato por telefone e/ou e-mail para apresentar a pesquisa e fazer o convite para a participação e, no caso de aceite, agendar dia e horário, sendo:

a) com professores que ministram aulas nos cursos subsequentes, seguindo o que consta no Apêndice B;

b) com a equipe técnico-pedagógica – bibliotecário, nutricionista, técnico de laboratório, técnico em assuntos educacionais e o psicólogo, seguindo o que consta no Apêndice C;

c) com o diretor do *campus*, seguindo o que consta no Apêndice D.

No Quadro 7 foi apresentado um cronograma do planejado para a execução do estudo de caso.

Quadro 7 - Cronograma do planejado para a execução do estudo de caso.

Momento	Tarefas	Período
I Análise documental	a) Levantamento de dados na Plataforma Nilo Peçanha	Nov. 2020
	b) Levantamento de dados no SISTEC	Nov. 2020
	c) Levantamento de dados nos relatórios da equipe técnico-pedagógica	Nov. 2020
II Entrevista com os alunos evadidos	a) Busca do contato dos alunos evadidos	Dez. 2020
	b) Contato com os alunos evadidos	Dez. 2020
	c) Entrevista com os alunos evadidos	Jan. 2021
III Entrevista com os servidores do <i>campus</i>	a) Entrevista com professores dos cursos subsequentes	Fev. 2021
	b) Entrevista com a equipe técnico-pedagógica	Fev. 2021
	c) Entrevista diretor do <i>campus</i>	Mar. 2021

Fonte: Elaboração própria (2020).

Uma vez apresentado o planejamento do estudo de caso nos três momentos, conforme disposto no quadro 7, vejamos então a execução do estudo de caso.

3.3 EXECUÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Para o estudo de caso executado, a partir do planejamento nos três momentos e suas respectivas tarefas, conforme o quadro 7, apresentado anteriormente, utilizamos as seguintes técnicas para a coleta de dados: no Momento I, análise documental; nos Momentos II e III, entrevistas que foram feitas pela plataforma online *Google Meet*, devido a situação da Pandemia - Covid-19.

A análise documental é uma técnica que, de acordo com Richardson *et al.* (1999), consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstâncias do que se quer investigar. Tais operações buscam esclarecer o conteúdo exposto nos documentos escolhidos para a pesquisa, de forma que contextualize os assuntos visando a responder aos objetivos propostos.

Já a entrevista, como técnica central desta pesquisa, fez-se necessária em virtude de possibilitar conhecer a visão dos entrevistados sobre a problemática de estudo. Para Marconi e Lakatos (2008, p. 92) “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação [...]”. ”

A seguir apresentamos como ocorreu a execução do estudo de caso, conforme o que foi planejado nos três momentos.

3.3.1 Momento I – Análise Documental

Neste primeiro momento para investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru, recorreremos aos dados do IFAM disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha - PNP, também planejamos a busca no SISTEC e aos relatórios da equipe técnico-pedagógica, conforme apresentamos abaixo.

3.3.1.1 Levantamento de dados na Plataforma Nilo Peçanha

O levantamento de dados documentais acerca das taxas de evasão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC está

disponível para consulta na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)⁵. Essa plataforma foi iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e destina-se à coleta, tratamento e publicação de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

Segundo o site do Ministério da Educação, a PNP nasce da necessidade da constituição de um banco de dados convergente com as características da educação profissional e tecnológica, no qual estejam reunidas as informações necessárias para o monitoramento dos indicadores de gestão definidos pela SETEC/MEC, em conjunto com os órgãos de controle.

A plataforma apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente, técnico-administrativo, além das taxas de evasão e matrículas das instituições federais de ensino. Na Figura 4, vemos a taxa de evasão no IFAM (ano base 2019), com destaque para o *Campus Avançado Manacapuru*:

⁵ Endereço para acessar a plataforma: <http://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>.

Figura 4 - Taxa de evasão no IFAM.

Instituição 5.1a	Unidade de Ensino 5.1a ☐	Total geral
IFAM	Campus Avançado Irandu..	1,2%
	Campus Avançado Manac..	38,3%
	Campus Coari	9,3%
	Campus Eirunepé	6,9%
	Campus Humaitá	3,3%
	Campus Itacoatiara	27,1%
	Campus Lábrea	20,0%
	Campus Manaus Centro	6,4%
	Campus Manaus Distrito I..	13,4%
	Campus Manaus Zona Les..	3,9%
	Campus Maués	29,7%
	Campus Parintins	16,8%
	Campus Presidente Figuei..	13,6%
	Campus São Gabriel da Ca..	27,7%
	Campus Tabatinga	10,8%
	Campus Tefé	8,3%

Fonte: Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Esses dados são referentes ao ano base 2019, onde verificamos que o *Campus* Avançado Manacapuru tem a maior taxa de evasão entre todos os *campi* do IFAM, com percentual de 38,3%.

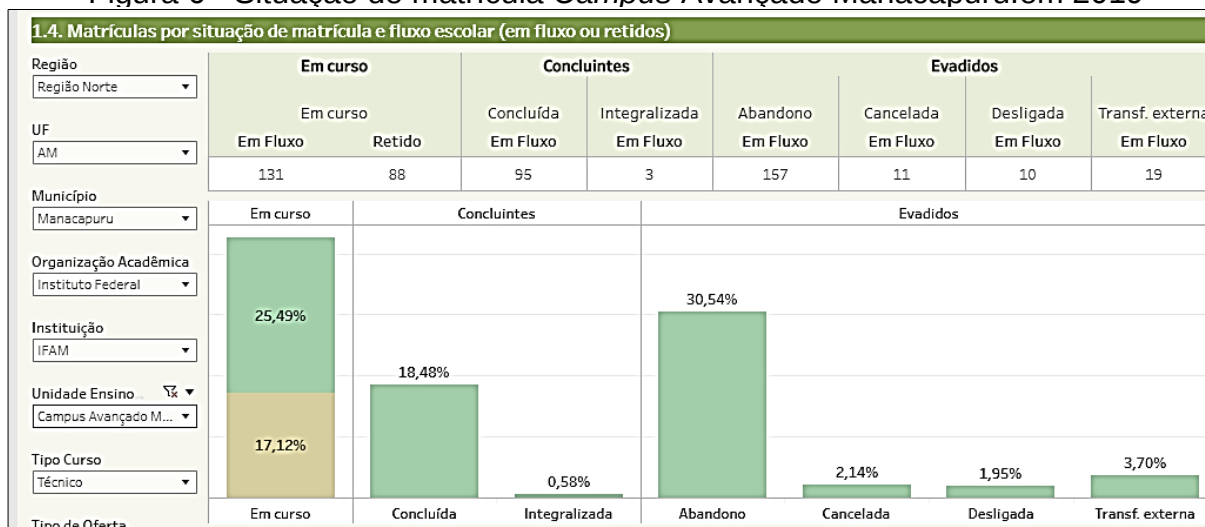
Na PNP também é possível observar os percentuais das modalidades nos cursos técnicos: Integrado, PROEJA e Subsequente. O *Campus* Avançado Manacapuru novamente apresenta um percentual preocupante na modalidade subsequente com taxa de evasão de evasão de 51,6%; PROEJA com 68,2% e Integrado 12%, conforme Figura 5.

Figura 5 - Taxa de evasão nas modalidades de curso do *Campus Avançado* Manacapuru.

Tipo de Oferta Subsequente Nome Curso (Tudo) Modalidade de Ensino	Instituição 5.1a Unidade de Ensino 5.1a IFAM Campus Avançado Manac...	Total geral 51,6%
Tipo de Oferta PROEJA - Integra... Nome Curso Técnico em Vendas Modalidade de Ensino	Instituição 5.1a Unidade de Ensino 5.1a IFAM Campus Avançado Manac...	Total geral 68,2%
Tipo de Oferta Integrado Nome Curso (Tudo) Modalidade de Ensino	Instituição 5.1a Unidade de Ensino 5.1a IFAM Campus Avançado Manac...	Total geral 12,0%

Fonte: Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

A figura mostra um percentual significativo de evasão no *Campus Avançado* Manacapuru em relação as outras modalidades de ensino técnico, chamando atenção para a necessidade de busca de ações para tratar da situação, com investimentos em ações de permanência e êxito dos alunos que ingressam no *campus*, considerando ainda o número de alunos matriculados, conforme Figura 6.

Figura 6 - Situação de matrícula *Campus Avançado* Manacapuru em 2019

Fonte: Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>, Acesso em: 20 dez. 2020.

Na figura, vemos que em relação aos alunos evadidos, a plataforma os classifica em quatro situações: abandono, cancelado, desligado ou transferência externa. As porcentagens de cada divisão somadas trazem o valor de 38,3% de taxa de evasão do *campus* avançado Manacapuru.

A plataforma disponibiliza também dados do ano anterior, nesse caso, observamos dados do ano de 2019 – dados alimentados com informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) da (SETEC/MEC).

3.3.1.2 Levantamento de dados no SISTEC⁶

O SISTEC é um sistema de registro, divulgação de dados e de validação de diplomas de cursos de nível médio da educação profissional e tecnológica. Por meio dele, as instituições de ensino ofertantes de educação profissional e tecnológica inserem as informações sobre os cursos técnicos de nível médio e os cursos de

⁶ As informações dessa seção foram retidas do seguinte endereço: <http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>. Acesso em 20 mar. 2021.

qualificação profissional, incluindo matrícula, frequência, concluintes, entre outros dados.

O SISTEC foi instituído e implantado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2009 (Resolução CNE/CEB nº 3/2009), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

A finalidade do SISTEC é servir como mecanismo de registro e divulgação dos dados da educação profissional e tecnológica e de validação de diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio. Por esse motivo, o acesso ao SISTEC requer prévio cadastro para login e senha, que é fornecido somente a servidores que inserem os dados mencionados anteriormente. O preenchimento de dados no SISTEC é uma das condições essenciais para garantir a validade nacional dos diplomas expedidos.

Essa obrigatoriedade foi definida pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução de criação do SISTEC, bem como da Resolução CEB/CNE nº 06/2012, que estabelecia as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. As informações são obrigatórias para todas as unidades de ensino credenciadas para oferta de cursos de Educação Profissional Tecnológica (EPT), independentemente de sua dependência administrativa (pública ou privada), sistema de ensino (federal, estaduais e municipais) e nível de autonomia.

Na tentativa de conseguir acesso ao SISTEC, entramos em contato com a reitoria do IFAM. Fomos atendidas por um servidor que nos perguntou primeiramente para qual finalidade seria o acesso ao sistema. Informamos acerca de nossa pesquisa e a finalidade de extrair dados oficiais. Ele nos disse que as atividades no SISTEC são operacionais como inserção de alunos, geração de código de autenticação entre outras atividades. Por fim, perguntou-nos se estaríamos assumindo algum setor no qual seria necessário fazer algumas dessas atividades mencionadas e se não fosse essa situação não seria necessário ter acesso, pois os dados do SISTEC são divulgados anualmente na Plataforma Nilo Peçanha para conhecimento da sociedade.

Dessa forma não conseguimos acessar diretamente os dados e informações do SISTEC como planejado, mesmo sendo para a pesquisa e como servidora do IFAM. Não obstante, acreditamos que, no cotidiano profissional, informações relevantes dos alunos como frequência e alunos concluintes, colocadas em tempo real, seriam importantes para o conhecimento da equipe do *campus* que atua junto aos alunos.

Essas informações poderiam facilitar o mapeamento dos alunos que apresentam sinais de evasão, como alunos faltosos e com baixas notas, permitindo uma ação mais rápida da equipe em busca de meios para a permanência dos alunos, em questão.

3.3.1.3 Levantamento de dados nos Relatórios da Equipe técnico-pedagógica

Devido ao contexto de Pandemia da covid-19, solicitamos os dados da equipe técnico-pedagógica via e-mail e/ou aplicativo de mensagem instantânea – WhatsApp. Um dos membros da equipe, o pedagogo, compartilhou arquivos que estavam salvos de forma on-line.

Entre os diversos arquivos disponibilizados por um dos membros da equipe técnico-pedagógica constam relatórios, gráficos, rendimentos dos alunos, planejamento pedagógico dentre outros materiais do período de 2015 a 2019. Desse material selecionamos para análise as listas de alunos ativos e concluintes bem como os relatórios semestrais pedagógicos que mostram o quantitativo de alunos, turma e justificativa dos alunos para cancelamento/trancamento de curso.

Verificamos o cuidado da equipe com esses dados, informando que para o cancelamento de matrícula são protocolados requerimentos assinados pelo aluno, solicitando cancelamento ou trancamento de matrícula. O aluno trancado poderá solicitar reingresso se houver turma e vaga disponível, sendo o cancelamento a perda da vaga, conforme Regulamento da Organização Didática do Instituto.

Nos relatórios constam ainda informações de alunos que deixam de frequentar cujos nomes foram enviados pelos coordenadores de curso, relatados nominalmente os discentes que não estavam frequentando as aulas. Todas essas informações são repassadas ao Departamento de Ensino assim como a relação de alunos que não solicitaram cancelamento de matrícula e desistiram, formalizados por meio dos pareceres pedagógicos, registrados pelo servidor.

Interessante pontuarmos também a organização feita pela equipe técnico-pedagógica com o conhecimento e informação dos alunos que não estão frequentando as aulas. Porém, é importante destacar que não vislumbramos ações dentre os relatórios que possam trabalhar sobre as justificativas colocadas pelos alunos para sua infrequência, desistência ou trancamento, justificativas geralmente de cunho pessoal.

Em alguns relatórios, do ano de 2015, observamos que foram feitos contatos telefônicos com alguns alunos e a solução seria a visita domiciliar, mas o *campus* não dispunha à época de Assistente Social e nem de veículo institucional para que a assistente social da Reitoria pudesse realizar a visita.

Importante frisar que o assistente social pode realizar visita domiciliar, mas não com a finalidade de questionar o motivo de desistência do aluno e sim para verificar aspectos sociais que podem ter interferido no processo ensino-aprendizagem.

Assim, verificamos um grande potencial nos materiais da equipe técnico-pedagógica, servindo como consulta para esta pesquisa onde retrata em detalhes o percurso pedagógico de alguns alunos do *campus*, alunos em potencial de evasão, desistentes e alunos concluintes além das primeiras atividades pedagógicas realizadas no *campus* avançado Manacapuru.

No material consultado, as justificativas para evasão dos alunos se dão em torno do contexto que os alunos vivem onde muitos são pais e mães de família, trabalhadores no comércio, autônomos que trabalham durante o dia e pretendem se profissionalizar em curto período de tempo.

Observamos que essa jornada de trabalho, família e estudos tem uma atenção especial da equipe técnico-pedagógica nos relatórios, justificando a desistência de alunos devido à falta de motivação, não adaptação ao curso, horário de trabalho que coincide com início da aula, viagens a Manaus devido a saúde de familiares (filhos e cônjuge), cursar faculdade, alunos adventistas que não comparecem nas sextas-feiras, entre outros fatores internos e externos que causam risco a permanência desses alunos inclusive vulnerabilidade socioeconômica.

3.3.2 Momento II – Entrevista com os alunos evadidos

Nessa etapa foi planejado o contato com os alunos evadidos para a realização da entrevista, conforme fragmento abaixo, no quadro 8, retirado das ações de planejamento, em 3.2.3.

Quadro 8 - Cronograma para entrevista com os alunos evadidos.

MOMENTO	TAREFAS	PERÍODO
II	a) Busca do contato dos alunos evadidos	Dez 2020.
	b) Contato com os alunos evadidos	Dez. 2020.
	c) Entrevista com os alunos evadidos	Jan. 2021.

Fonte: Elaboração própria (2020).

No *Campus Avançado Manacapuru*, ano base 2019, 126 alunos aparecem como evadidos entre abandono (106), cancelamentos (11) e desligamentos, como vimos nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2020),

Dessa forma, foi feito uma tentativa de encontrar o maior número possível de alunos dentro desse contexto. Primeiramente, foi feito uma busca pelo contato telefônico dos alunos já evadidos nos registros dos alunos, pois o contato via mensagens instantâneas mostra-se uma comunicação mais ágil atualmente. Foram verificados que muitos alunos já não utilizam o número informado na matrícula o que inviabilizou o contato inicial.

Na lista inicial de contatos, foram identificados 50 alunos que poderiam participar da pesquisa. No entanto, foi verificado que 30 desses alunos eram do mesmo curso - técnico em informática subsequente. Neste momento optamos por ter no mínimo três alunos de cada curso na modalidade subsequente para analisar a evasão nos três cursos oferecidos pelo *campus*: técnico em administração, técnico em secretariado e técnico em informática. Ao todo participaram da pesquisa 15 alunos evadidos, na faixa etária entre 21 e 45 anos.

Nessa primeira busca foi constatado que a maioria dos alunos evadidos é proveniente do curso técnico em informática, que também contém o menor número de concluintes, pois a taxa de evasão correspondeu a quase 66%.

Foram contatados os 15 alunos que aceitaram participar das entrevistas, feita de forma virtual pelo *Google Meet*, tendo em vista as medidas de segurança indicadas pelo Ministério da Saúde para o combate à pandemia da Covid-19. Agendamos os alunos em dias diferentes e estipulamos horários específicos para cada aluno em uma hora pelo *Google Meet*, sendo a entrevista feita de forma individual, pois entendemos que o aluno evadido se sentiria mais à vontade para as respostas, suas opiniões e colocações.

A entrevista foi organizada em duas partes: primeiro a apresentação, em Power Point da pesquisa e a importância da participação do aluno evadido; a segunda parte foi utilizado o roteiro já apresentado no Apêndice A para conduzir a entrevista.

A primeira parte do roteiro de entrevista para os alunos contém questões para constituir um perfil socioeconômico dos participantes como idade, situação empregatícia, renda e sua motivação para matrícula no curso subsequente. A segunda parte do roteiro para entrevista traz informações mais específicas, como: as motivações que o levaram a desistir do curso, suas percepções do que ocorreu e o que poderia ter ocorrido se não tivesse desistido bem como os fatores que o fariam retornar ao curso e concluí-lo.

No dia agendado para a entrevista, que ocorreu de forma remota, por meio do *Google Meet*, individualmente, iniciamos com o agradecimento pela disponibilidade do tempo para a entrevista e, logo, solicitamos a autorização para a gravação, que nos foi concedida. Iniciamos com a apresentação, em slides, da proposta de pesquisa (seu tema e objetivos) e, na sequência, fizemos as perguntas, seguindo o que consta o Apêndice A.

3.3.3 Momento III – Entrevista com servidores do *campus*

Nessa terceira etapa do estudo de caso foi realizada a entrevista com os professores dos cursos subsequentes, entrevista com a equipe técnico-pedagógica e, por fim, entrevista com o diretor do *campus*, conforme fragmento abaixo, no quadro 9, retirado das ações de planejamento, em 3.2.3.

Quadro 9 – Cronograma para entrevista com os servidores do *campus*.

Momento	Tarefas	Período
III	a) Entrevista com professores dos cursos subsequentes	Fev. 2021
	b) Entrevista com a equipe técnico-pedagógica	Fev. 2021
	c) Entrevista diretor do <i>campus</i>	Mar. 2021

Elaboração Própria (2021).

As entrevistas com os servidores foram planejadas para ocorrer após o início das atividades letivas de 2021. No entanto, devido ao aumento do número de casos de Covid-19, no fim de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, principalmente na cidade de Manaus, tivemos que adaptar as entrevistas e organizá-las para serem feitas de forma virtual via *Google Meet*.

3.3.3.1 Entrevistas com os professores

Os convites foram executados por meio de aplicativo de mensagens instantânea individual via (WhatsApp), para cinco professores do *Campus Avançado Manacapuru* para participar de uma entrevista via *Google Meet*, acerca da evasão no *campus* e suas percepções quanto à permanência e êxito.

Os professores convidados foram escolhidos por estarem presentes desde as primeiras turmas do *Campus Avançado Manacapuru*, em 2014, e ministrarem aulas para as turmas dos cursos Subsequentes. Trata-se de um professor da disciplina de Administração, um professor da disciplina de informática, um professor da disciplina de inglês instrumental e dois professores da disciplina de português instrumental.

Importante ressaltar que já no convite para entrevista, dois professores questionaram quem estaria na reunião, pois não “se sentiriam à vontade” com a presença da equipe técnico-pedagógica para expor sua opinião. De posse dessas informações, foi mudada a forma de levar o convite para as discussões entre os participantes.

Diferente da entrevista com os alunos, que foi individual, fizemos um encontro virtual coletivo com os cinco professores, com duração de uma hora, por sugestão dos próprios professores para uma conversa mais “dinâmica”.

No dia agendado para a entrevista, que ocorreu de forma remota, por meio do *Google Meet*, iniciamos com o agradecimento pela disponibilidade do tempo para a entrevista e, logo, solicitamos a autorização para a gravação, que nos foi concedida. Iniciamos com a apresentação, em slides, da proposta de pesquisa e, na sequência, fizemos as perguntas, seguindo o que consta o Apêndice B.

3.3.3.2 Entrevistas com a Equipe Técnico-Pedagógica

A entrevista com os cinco servidores da equipe técnico-pedagógica (bibliotecário, nutricionista, técnico de laboratório, técnico em assuntos educacionais e psicólogo), ocorreu via *Google Meet*.

De forma semelhante a estrutura das entrevistas feitas com os alunos, a entrevista com os servidores também foi dividida entre perfil dos respondentes e percepções dos respondentes.

A primeira parte do perfil apresenta questões para conhecer um pouco sobre a formação acadêmica e experiência profissional na EPT. A segunda parte do roteiro foram inseridas questões acerca do trabalho com os alunos do subsequente e suas opiniões sobre o que pode ser melhorado no *campus* avançado Manacapuru para reduzir o índice de evasão nos cursos.

No dia agendado para a entrevista, que ocorreu de forma remota, por meio do *Google Meet*, tendo a duração de uma hora, iniciamos com o agradecimento pela disponibilidade do tempo para a entrevista e, logo, solicitamos a autorização para a gravação, que nos foi concedida. Iniciamos com a apresentação da proposta de pesquisa, oralmente, e na sequência, fizemos as perguntas, seguindo o que consta o Apêndice C.

3.3.3.3 Entrevista com o Diretor do *Campus*

O convite ao gestor do *campus* para participar da pesquisa foi feito por meio de aplicativo de mensagens instantânea individual (WhatsApp), no qual solicitamos sua visão acerca da evasão no *campus* a partir de seu olhar como gestor e também sobre a perspectiva de permanência e êxito dos alunos.

De forma semelhante à estrutura da entrevista feita com os alunos evadidos e com os servidores da equipe técnico-pedagógica e professores, a entrevista com o gestor também foi dividida em dois aspectos, perfil do respondente e percepção do respondente, porém com a inclusão de questões acerca de políticas e programas institucionais e melhorias que, enquanto gestor, poderia incentivar à permanência e êxito dos alunos e redução da evasão escolar.

No dia agendado para a entrevista, que ocorreu de forma remota, por meio do *Google Meet*, tendo a duração de duas horas, iniciamos com o agradecimento pela disponibilidade do tempo para a entrevista e, logo, solicitamos a autorização para a gravação, que nos foi concedida. Iniciamos com a apresentação da proposta de pesquisa, oralmente, e na sequência, fizemos as perguntas, seguindo o que consta o Apêndice D.

4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

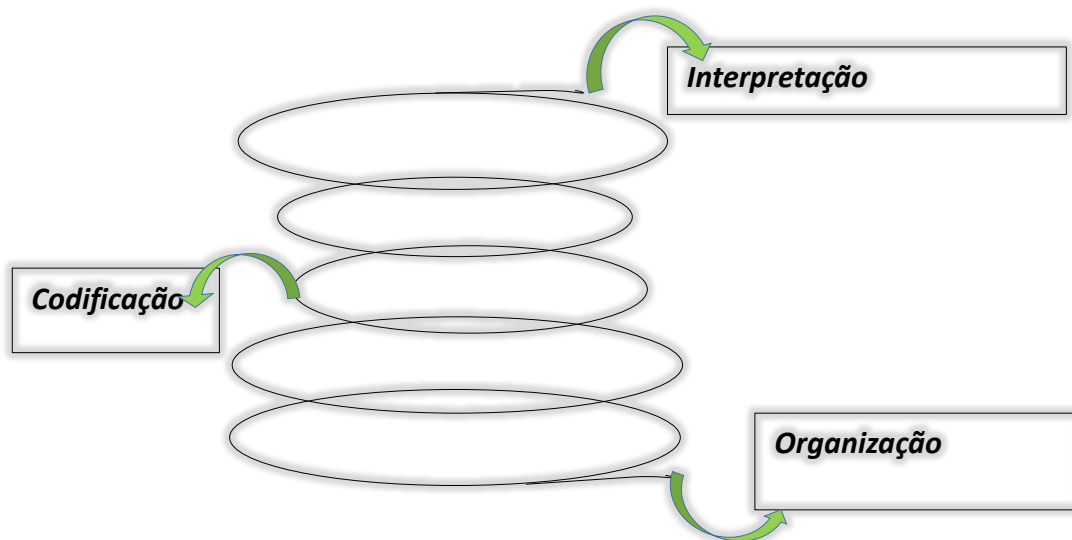
Essa seção traz a análise dos dados, ou seja, sua interpretação e representação, para mostrar os resultados obtidos na pesquisa, que teve como objetivo investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus Avançado Manacapuru*, visando à elaboração de um produto educacional que colabore para a permanência e êxito dos alunos.

Os dados coletados foram analisados, utilizando o ciclo da Espiral da Análise de Dados (EAD), tendo como referências Creswell (2014). De acordo com o autor, o processo de análise envolve:

[...] a organização dos dados, a realização de uma leitura preliminar da base de dados, a codificação e organização dos temas, a representação dos dados e a formulação de uma interpretação deles. Esses passos estão interconectados e forma uma espiral de atividades, todas elas relacionadas à análise e representação de dados.

Esses três passos mencionados pelo autor, podem ser observados na Figura 7, abaixo.

Figura 7 - Ciclo da Espiral da Análise de Dados.



Fonte: Adaptado de Creswell (2014).

Para a organização dos dados, de acordo com cada passo, exibimos abaixo, nos pontos 1, 2 e 3, sinteticamente, o que foi necessário observamos; em seguida apresentamos como procedemos em nossa análise.

1. A organização dos dados - envolve separação, catalogação, preparação dos dados para uma leitura profunda e criteriosa.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, separamos as informações acerca da evasão especificamente dos alunos dos cursos subsequentes. Relatórios da equipe técnico-pedagógica do *Campus* avançado Manacapuru principalmente aqueles que envolviam dados de evasão dos alunos foram separados e preparados para posterior análise a ser feita no momento 1 da execução do estudo de caso. Após organização desses dados, arquivamos em pastas digitais separadas por conteúdo, para entrevistas, para transcrição das entrevistas feitas por meio do *Google Meet*, relatórios dos alunos, material selecionado, imagens, entre outras pastas.

Nesse aspecto, Creswell (2014), destaca a importância de compreender e ter a noção total dos dados e fazer uma leitura prévia destes antes de separar as suas partes. Esse material também serviu como base para a aproximação inicial com os alunos evadidos por meio de mensagens instantâneas via celular, o que facilitou o contato devido a situação de Pandemia da Covid-19 no Estado do Amazonas, que restringiu a circulação de pessoas.

Essa primeira fase também envolveu a organização das planilhas que foram utilizadas, nas entrevistas com os participantes, pensadas inicialmente, para serem realizadas presencialmente no *campus*. Porém, devido a situação da Pandemia de Covid-19, que restringiu a circulação de pessoas no estado do Amazonas, tivemos que pensar em outras formas de continuar a organização dos dados para essa dissertação de forma a seguir as recomendações do Ministério da Saúde.

Além desses dados, extraímos também da Plataforma Nilo Peçanha informações e dados quantitativos tendo em vista o comparativo de evasão entre os *campi* do IFAM e informações de sua taxa de evasão. Até a realização da pesquisa na Plataforma, os dados de evasão dos *campi* do IFAM em relação ao *campus* avançado Manacapuru eram até então desconhecidos por essa pesquisadora, retratando ainda mais a evasão já descrita nos relatórios do *campus*.

2. A codificação dos dados – abarca a descrição, a classificação dos dados e sua organização e categorias.

As respostas das entrevistas foram transcritas e organizadas em planilhas na pasta “Base de dados_mestrado_evasão”. As planilhas foram divididas em respostas dos alunos, respostas equipe técnico-pedagógica, respostas professores e respostas gestor. Cada planilha apresenta as perguntas e as respostas dadas pelos

participantes, as quais posteriormente utilizamos para a construção dos gráficos e tabelas.

Como forma de preservar a identidade dos participantes, organizamos os participantes por meio de códigos para identificação na transcrição das entrevistas e posterior inserção de sua resposta nas análises. O código “ALE” significa aluno evadido, seguido do número 1, 2, 3, 4 e sucessivamente até o 15 – número total de participantes; para os servidores da equipe técnico-pedagógica foi utilizado o código “SERVEP”, seguido dos números 1 a 5; para os professores do subsequente foi utilizado o código ‘PROFS’, também seguido da organização numérica de 1 a 5.

A construção das planilhas com os dados mostrou-se muito importante, pois facilitou a localização das respostas apresentadas para responder ao objetivo de nossa pesquisa, qual seja, investigar quais fatores têm levado à evasão escolar alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru. Os fatores que têm levado a evasão são apresentados pelos alunos evadidos com foco em cinco principais aspectos: problemas pessoais, faculdade, trabalho, desestímulo com o curso, distância do *campus*.

Os fatores que contribuem para o aluno se manter no curso também são apresentados pelos alunos, permitindo-nos também a organização dos dados e destaque para quatro principais aspectos: a importância do acolhimento aos alunos, a dificuldade com o transporte escolar, a necessidade da Assistência Estudantil principalmente aos alunos do subsequente e a formação elevadas dos professores.

3. A interpretação e representação dos dados – requer a discussão dos dados, a partir das categorias estabelecidas, considerando a articulação dos fundamentos teóricos da pesquisa.

Analisando os dados coletados nas entrevistas com os alunos evadidos, chegamos a dados que mostram, por um lado, quais os principais fatores que asseguram a permanência dos estudantes e, por outro, os fatores por eles mais associados à evasão. Os fatores que contribuem para o aluno se manter no curso são apresentados com foco em quatro principais categorias.

A primeira compreende a importância do acolhimento e acompanhamento quando citado a relação com professores e colegas de classe, junto com um contato mais próximo dos alunos por meio do tratamento e preocupação com o discente por parte de toda comunidade escolar.

O segundo aspecto diz respeito ao transporte escolar muito importante devido à distância do *campus* à parte central da cidade de Manacapuru. O cidadão manacapuruense tem essa dificuldade de limitação na cidade pois não há oferta de transporte coletivo e alguns jovens que acabaram de completar o ensino médio e os seus 18 anos não possuem habilitação ou nem mesmo transporte próprio para seu deslocamento. Esse público, que geralmente procura os cursos subsequentes, dependem do transporte escolar que também apresenta falhas no atendimento aos alunos, principalmente aos do subsequente que se concentram no turno noturno.

O terceiro aspecto engloba a Assistência Estudantil, composta por auxílios financeiros e oportunidades para projetos e bolsas para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social. Foi observada uma maior necessidade deste auxílio aos alunos nos cursos subsequentes movido pelo fato de serem esses alunos os provedores de suas famílias, precisando trabalhar – aqueles que tem um trabalho - e manter-se no curso ao mesmo tempo

O quarto aspecto enaltece os professores que possuem formação elevada e incentiva a aprendizagem do aluno no curso, parte também do que os motivou a matricular-se no processo seletivo do IFAM, na busca por qualificação profissional de qualidade e em instituição de relevância nacional. Há uma prevalência deste aspecto nos depoimentos dados pelos estudantes do curso subsequente em ter um certificado e qualificação em uma instituição federal de ensino.

Outro aspecto que também foi acrescentado pelos alunos como auxílio à sua permanência na instituição, diz respeito aos projetos que ofertam reforço escolar, merenda, entrega de material escolar e atendimento ao aluno. A partir das respostas dos alunos, o Quadro 10 traz as categorias citadas e os fatores relacionados à evasão e à permanência segundo os próprios alunos.

Quadro 10 - Categorias após a organização dos dados.

Fatores que fomentam a evasão	Fatores que fomentam a permanência e êxito
Problemas Pessoais	Acolhimento
Faculdade	Transporte escolar
Trabalho	Assistência estudantil
Desestímulo com o Curso	Qualificação Professores
Distância do <i>Campus</i>	

Elaboração própria, 2021.

Em vista do exposto, para apresentar este capítulo, organizamos duas seções: 1) expomos a análise (interpretação e representação dos dados), de acordo com dados coletados nos três momentos desenvolvidos na pesquisa; 2) fizemos uma síntese das análises, apresentando as duas categorias, conforme Quadro 10 acima, que são os fatores mais associados à evasão e os fatores mais associados à permanência e êxito.

4.1 INTERPRETAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nessa seção apresentamos a análise (interpretação e representação dos dados), dos três momentos desenvolvidos na pesquisa, que foram: Análise do momento I – Análise documental; Análise do Momento II - Entrevista com alunos evadidos; Análise do Momento III - Entrevista com servidores do *campus*.

4.1.1 Análise do momento I – Análise documental

No primeiro momento deste estudo de caso, cujo planejamento abrange a análise dos dados do IFAM, do SISTEC e dos relatórios produzidos pela equipe técnico-pedagógica, foi possível conhecer um pouco da realidade institucional tanto na visão interna como servidora como externa nos sistemas da rede federal com informações oficiais.

Por ser servidora e trabalhar diretamente com as políticas para permanência e êxito estudantil, vimos que somente isso não garante o acesso aos dados de evasão do *campus* e do IFAM junto ao SISTEC. Esse sistema tem restrição de acesso e a maioria dos servidores que podem utilizá-lo são os que atuam junto ao registro acadêmico dos *campi* que alimentam o sistema com informações de matrícula dos alunos. Para atuação sobre os fatores de evasão com foco na permanência dos alunos faz-se necessário o conhecimento das informações de evasão institucional bem como a evolução ou involução das turmas em relação a presença dos alunos.

Conhecer a frequência dos alunos é de relevante importância para concessão de benefícios existentes na política de Assistência Estudantil, inclusive a frequência é fator que pode até excluir um benefício concedido. Por isso a necessidade de acesso pelo servidor que trabalha junto a Assistência Estudantil para acompanhamento dos

alunos que já recebem o benefício, os que podem vir a receber e, por que não, o acompanhamento mais próximo de alunos infrequentes e propensos a evadir. No entanto, a relevância em relação a frequência dos alunos ainda não é vista com a devida importância.

Diante dessas dificuldades não conseguimos acesso ao SISTEC mesmo informando que estaríamos em busca de dados para pesquisa no mestrado institucional. Acionamos por e-mail e mensagens de texto instantânea a coordenação do SISTEC junto a reitoria do IFAM, mas a resposta que obtivemos é que os mesmos dados que estão no SISTEC também estão na Plataforma Nilo Peçanha. A ideia seria justamente o comparativo de informações entre os sistemas para confiabilidade dos dados. Enquanto Assistente Social, ter acesso a essas informações é primordial para conhecermos as informações da Instituição para pensarmos em ações frente a permanência estudantil no *campus*.

A busca por informações dos números da evasão no *campus*, levaram-nos até os relatórios da equipe técnico-pedagógica. Solicitamos inicialmente ao pedagogo do *campus* informações acerca da evasão e informações repassadas acerca do tema à gestão e à equipe de professores quando ocorrem os encontros pedagógicos e conselhos de classe.

As informações tiveram de ser filtradas, pois nosso objetivo eram as turmas dos cursos subsequentes. Entre os documentos disponibilizados para pesquisa estavam relatórios semestrais e anuais, relação de alunos por curso e turma, frequência utilizada na merenda escolar, entre outros arquivos em mídia.

Verificamos que muitas informações estavam junto ao pedagogo e são repassadas de forma consolidada à equipe; porém alguns detalhes importantes como as motivações de desistência, evasão e retenção por vezes não são informados nas reuniões pedagógicas.

Interessante que essas informações também fossem levadas nas reuniões pedagógicas e/ou de conselho de classe como forma de socializar os motivos de evasão, desistência ou abandono dos alunos para que não somente a equipe técnico-pedagógica pudesse pensar em estratégias de retorno desses alunos, mas que toda a equipe pudesse articular ações em conjunto.

Os relatórios da equipe técnico-pedagógica também nos orientaram para a construção do roteiro de perguntas que nortearam as entrevistas com os participantes. Inicialmente pensamos em construir perguntas fechadas, porém como as entrevistas

também foram planejadas para serem feitas por meio de roda de conversa, optamos por ser importante deixar as perguntas abertas tendo em vista também deixar o entrevistado a vontade em suas colocações e opiniões.

Assim, os resultados da análise documental guardam relação com o que vimos em nossa revisão de literatura. Verificamos que grande parte dos autores em suas pesquisas e análises apresentam como fatores de evasão a relação entre trabalho e estudo, além de desmotivação ou problemas familiares dos alunos, justificativas também observadas nos documentos analisados, especificamente os relatórios da equipe técnico pedagógica.

Assim, os resultados da análise documental guardam relação com o que vimos em nossa revisão de literatura. Verificamos que autores como Dore e Luscher (2011), Jardim (2016) e Johan (2012)) em suas pesquisas apresentaram como fatores de evasão a relação entre trabalho e estudo, desmotivação com o curso ou problemas familiares dos alunos, justificativas também observadas nos documentos analisados, especificamente os relatórios da equipe técnico pedagógica. Uma evidência de que organização de vida dos alunos fora da escola reflete no seu desempenho escolar e a combinação de vários fatores pode resultar na evasão escolar.

No entanto, importante pontuarmos que embora alguns desses fatores citados na revisão de literatura e na análise documental coincidam, o principal fator apresentado para a evasão no *campus* Avançado Manacapuru foi o abandono do curso para cursar uma graduação, fator presente na fala de todos os participantes da pesquisa.

Percebemos que a busca por um nível superior se faz muito presente nos alunos dos cursos subsequentes que residem na cidade de Manacapuru, distante da capital Manaus por aproximadamente 100 quilômetros, onde diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas atraem os estudantes de outras cidades.

4.1.2 Análise do Momento II - Entrevista com alunos evadidos

A análise do Momento II ocorreu a partir de duas categorias: 1) perfil dos estudantes evadidos; 2) percepções dos alunos evadidos. Trazemos ainda um terceiro ponto que trata de breve apreciação das duas categorias analisadas.

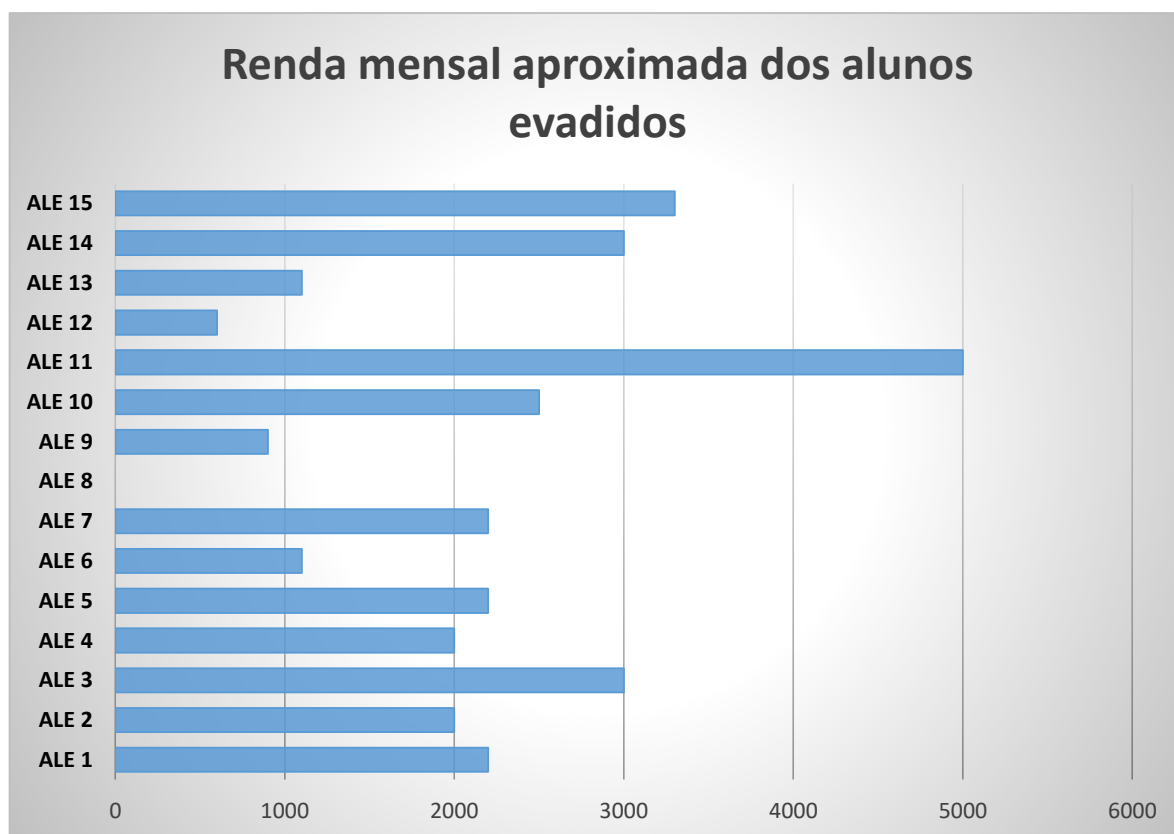
4.1.2.1 Perfil dos estudantes evadidos

O perfil dos estudantes evadidos que foram entrevistados, de acordo com os critérios definidos pela presente pesquisa, é composto pela faixa etária, renda familiar mensal, pela situação de ocupação profissional e pelo principal motivo para matrícula no curso.

Em relação à faixa etária dos alunos evadidos entrevistados, verificamos uma faixa etária entre 21 e 45 anos. Vale salientar que, a maioria dos participantes da pesquisa está na faixa etária entre 23 e 24 anos - 8 dos 15 alunos entrevistados.

A respeito da renda familiar dos alunos evadidos, os valores mensais informados estão entre um salário-mínimo vigente - atualmente de R\$1.100,00 - e R\$ 5.000,00. Dentre os valores de renda familiar informados, constam 9 alunos evadidos que estão empregados e possuem renda, 4 alunos evadidos estão desempregados e não possuem renda, 1 aluno informou trabalhar com “bicos” (pequenos serviços esporádicos) e 1 aluno evadido informou ter seu próprio negócio. O gráfico 2 ilustra o quadro de renda familiar dos alunos evadidos entrevistados.

Gráfico 2 - Renda média mensal dos alunos evadidos.



Fonte: Elaboração própria (2021), a partir dos dados informados pelos participantes.

Acerca dessa situação empregatícia, 60% dos entrevistados estão trabalhando atualmente e informaram que já trabalhavam à época do curso. Sobre a atuação profissional na área do curso, apenas 2 alunos trabalham na área correspondente ao curso que estavam fazendo no IFAM. Os outros alunos estão distribuídos em trabalhos no serviço público ou no comércio da cidade de Manacapuru.

Essa análise de dados empregatícios justifica-se principalmente pela ideia inicial que o aluno abandona seu curso devido não conseguir conciliar com trabalho. A maioria das pesquisas acerca da evasão, a exemplo de Silva Filho (2018), demonstra índice alto de alunos trabalhadores no subsequente, o que não foi diferente também em nossa pesquisa, já que 60% dos alunos afirmaram que trabalham e trabalhavam antes de evadir de seus cursos.

Jardim (2016) coloca que a depender do contexto, trabalhar e estudar pode não ser uma barreira para conclusão dos estudos, tendo em vista as condições de cada indivíduo. Alguns alunos, em nossa pesquisa, não trabalhavam e isso foi a condição principal para sua evasão do curso: precisavam trabalhar ou fazer bicos justamente no horário das aulas ou ao longo do dia o que os deixava exaustos, dificultando assim sua permanência na Instituição.

Em relação ao principal motivo para matrícula no curso, 70% dos alunos entrevistados responderam primeiramente estar em busca de qualificação profissional aliada, por vezes, a aptidão por uma área específica que gosta ou que já trabalhava antes, como afirmou ALE 11 e ALE 13:

[...] buscava qualificação profissional e um novo conhecimento porque gosto de informática (ALE 11).

[...] queria ter um curso técnico na área que trabalho (ALE 13).

Para alguns alunos conhecer como funciona um curso técnico trouxe descobertas em relação ao seu futuro profissional, de seguir ou não na área em que estava se qualificando. Alguns alunos mencionaram a vontade futura de passar em um vestibular ou fazer uma faculdade após o curso no IFAM.

[...] eu queria algo a mais para minha vida aí me matriculei. O IFAM abriu muitas portas para mim que eu consegui passar no vestibular. Se não fosse o curso não teria conseguido (ALE 2).

[...] eu queria conhecer um pouco o curso e depois tentar faculdade (ALE 8).

A vontade de cursar uma graduação e ter um nível profissional mais alto foi justamente um dos fatores que levou alguns alunos evadidos a deixar o curso subsequente. Não conseguir conciliar os horários ou opção por mudança de área profissional também foram fatores que apareceram. Esses fatores serão vistos com mais detalhes na próxima seção acerca das percepções dos alunos.

Essa primeira parte da entrevista com os alunos evadidos serve como parâmetro para conhecer a sua atual situação e perceber os impactos que a passagem do aluno evadido pela instituição trouxe - ou não - para sua vida.

Na segunda parte da entrevista com os alunos evadidos, optamos por trazer a análise das informações mais específicas acerca da evasão relativas às motivações e sugestões que os fariam retornar ao curso e concluí-lo.

4.1.2.2 Percepções dos alunos evadidos

As percepções dos estudantes evadidos que foram entrevistados, conforme os critérios definidos pela presente pesquisa, consistiram na busca pelos fatores que os levaram a desistir do curso, suas percepções do que ocorreu e o que faria esse aluno retornar ao curso que estava cursando.

O fato de os alunos evadidos serem trabalhadores impacta também na escolha pelo curso subsequente no período noturno. Porém, no *Campus Avançado Manacapuru*, os alunos não tinham escolha no turno dos cursos, pois todos os cursos subsequentes são ofertados no turno noturno.

Quando perguntado se gostaria de retornar para concluir o curso e as possibilidades para que isso ocorresse, um dos alunos entrevistados relatou seu trabalho no turno noturno e que isso foi fator principal para sua evasão do curso:

[...] Bom eu trabalho como vigilante a noite e trabalho um por 2, então ia ter que faltar 2 dias na semana sendo o curso a noite, então tenho essa dificuldade. Se o curso fosse pela manhã eu até tentaria porque tenho que descansar (ALE 5).

Como vimos, o *Campus Avançado Manacapuru* oferece cursos na modalidade subsequente somente no turno noturno, o que para esse aluno dificultou sua permanência devido a necessidade de trabalhar. Outros alunos também comentaram acerca do horário dos cursos:

[...] Como eu trabalho atualmente a noite o curso poderia ser pela manhã ou à tarde, só que já fica o ensino médio lá o dia todo aí não sei se daria porque acho que não tem sala. (ALE 4)

[...]. Eu até queria continuar, mas o curso no IFAM só era a noite. Se tivesse turma a tarde ou até de manhã eu conseguiria fazer (ALE 2).

O *Campus* avançado Manacapuru, fazendo parte da terceira fase da expansão da RFEPECT, possui estrutura pequena com apenas 4 salas de aula, 2 laboratórios de informática, laboratório da rede E-Tec, 1 biblioteca e salas administrativas para equipe técnico-pedagógica, administração e planejamento, professores, direção geral e coordenações de cursos. Essa estrutura recebe os alunos dos cursos integrados, que ficam pela manhã e à tarde, ocupando a estrutura do *campus* durante o dia conforme comentário do aluno “ALE 4”, acima.

A logística para organização de um aluno do subsequente é mais difícil, visto que muitos conciliam formação, demandas de trabalho e família, além do que alguns moram mais afastado do *campus*, o que dificulta, como mencionado por ALE 13, que relatou dificuldades relacionadas a distância do *campus* e de sua residência “estava muito cansativo e para mim o *campus* é muito longe da cidade”.

O deslocamento até o *campus* também foi muito citado pelos alunos quando perguntados das sugestões ou possibilidades para que ocorresse sua volta ao curso:

[...]diminuir a carga horária do curso e do estágio pois o *campus* fica longe e o deslocamento é complicado. Ofertar o curso durante o dia também porque a noite não posso devido a faculdade (ALE 2).

O *Campus* avançado Manacapuru fica distante aproximadamente 8 quilômetros do centro da cidade de Manacapuru, na rodovia Manuel Urbano. Um dos alunos citou que a principal motivação da desistência foi a distância até o *campus*.

No entanto o transporte gratuito até o *campus* também foi citado por dois alunos como sendo a principal contribuição para continuar no curso: “A contribuição para continuar no curso foi o transporte gratuito com certeza devido à distância do *campus*” (ALE 9).

Importante destacar que a cidade de Manacapuru não possui transporte coletivo e o deslocamento dos munícipes ocorre por meios próprios, principalmente por motocicletas que são o principal meio de transporte na cidade. Assim, os alunos

que não possuíam transporte próprio dependiam totalmente do transporte ofertado ao *campus*, tendo em vista não ter outra opção para deslocamento.

Em relação aos motivos da evasão, os dados apontam diferentes motivações, onde, a maioria, 27% dos alunos entrevistados, informou ter evadido do curso para cursar faculdade na cidade de Manaus. Os quase 100 quilômetros que separam a cidade de Manacapuru de Manaus fazem com que os alunos tentem o sonho da graduação em instituições públicas ou privadas de ensino superior. Nas privadas com bolsas conquistadas pelo SISU – Sistema de Seleção Unificada ou o PROUNI – Programa Universidade para todos.

Já com 20% das respostas, os problemas pessoais informados pelos alunos também foram preponderantes para a desistência. Dentre os problemas mencionados constam acidente de trabalho, brigas em família e problemas psicológicos.

Com igual percentual, 20% dos alunos informaram ter desistido do curso devido ao trabalho, inclusive 2 participantes relataram que precisavam trabalhar, porém só conseguiram trabalho no turno noturno, o que prejudicou a continuação no curso. Um participante ainda relatou que:

[...] se o curso começasse as 19 horas acho que conseguiria chegar no horário. Ou então se fosse mais aqui na cidade, porque sendo distante o *campus* fica difícil chegar lá rápido (ALE 14).

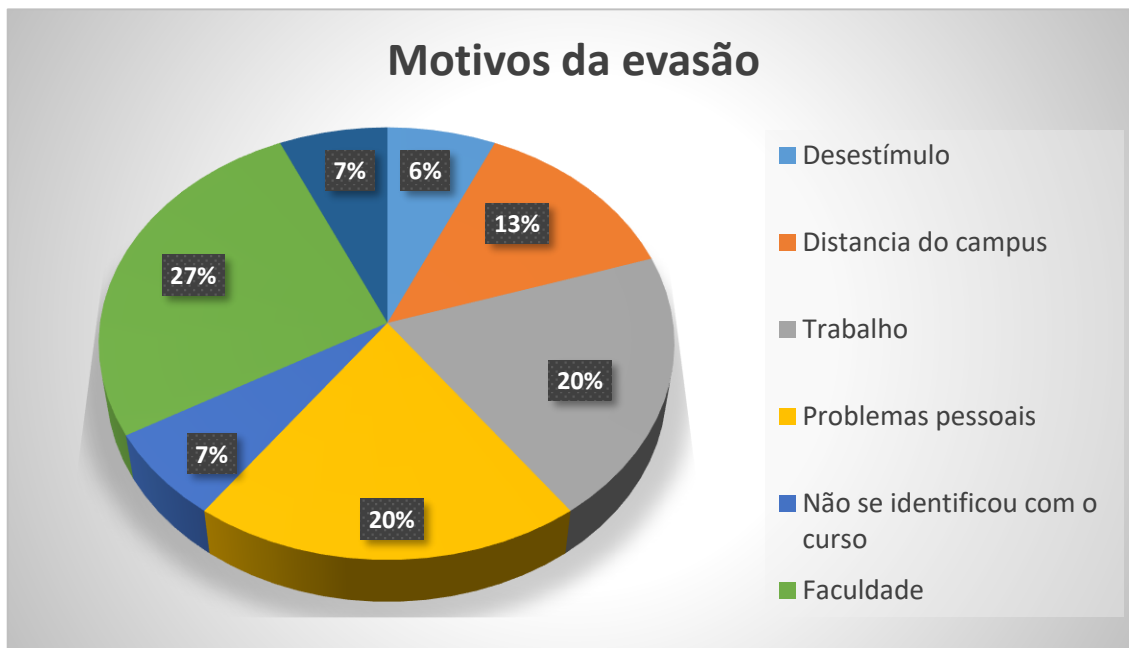
A fala de ALE 14 também apresenta outro fator, citado por 13% dos alunos acerca da distância do *campus* em relação ao centro da cidade de Manacapuru, dificuldade dos alunos que não possuíam transporte para ir ao *campus* fora do horário de aulas para fazer trabalhos, ir à biblioteca ou mesmo cumprir o estágio do curso.

Outros fatores citados foram a dificuldade de aprendizagem, a não identificação com o curso e o desestímulo em continuar o curso, ocorrida por falta de aulas práticas, laboratórios de experimento, partes de uma melhor estrutura que o *campus* poderia oferecer aos alunos. Diante disso um aluno sugeriu que fosse formada uma turma somente com os alunos evadidos desistentes e que gostariam de concluir seus cursos:

[...] acho que poderia fazer uma seleção só com os alunos que não concluíram o curso, montar uma turma com eles para terminarem seus cursos (ALE 7).

Como síntese das informações coletadas, elaboramos o Gráfico 3, que apresenta os motivos de evasão dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 - Respostas dos alunos quanto aos motivos da evasão.



Elaboração Própria (2021).

Importante mencionar que os alunos evadidos acharam importante a temática da pesquisa, pois viram como uma forma de serem ouvidos e também uma forma de melhoria do trabalho da equipe do *campus*.

Um dos participantes citou a importância de ser ouvido, pois gostaria de esclarecer seu posicionamento e o porquê de ter deixado o curso, colocando ainda a importância do feedback tanto dos discentes como dos docentes para a melhoria da educação no *campus* e a qualidade do ensino à população manacapuruense.

Podemos inferir dessa análise que, mesmo em tempo em que tudo corrobora para o protagonismo do aluno, em face de políticas mais sistêmicas que venham a cobrir os aspectos que deixam brechas para a evasão, a problemática social, fator primordial dentro da questão da evasão, precisa ser melhor trabalhada junto aos órgãos responsáveis por esta área, de forma mais consistente.

4.1.2.3 Apreciação das duas categorias analisadas

Na análise, percebemos que na cidade de Manacapuru, componente da região metropolitana de Manaus, o desempenho dentro de seu próprio território, é muito

desigual. Isto foi perceptível logo após contatar os alunos. Nessa cidade, praticamente todos os jovens trabalham com seus pais, que possuem negócio próprio, vendendo algum produto alimentício ou no serviço braçal. E o cansaço se faz presente na hora da aula.

O outro lado dessa realidade, e que o IFAM pode oferecer grande contribuição também para a diminuição da evasão escolar, está na implementação de um processo de gestão capaz de melhorar o desenvolvimento humano na cidade. Faz-se necessário transformar a escola em algo mais amplo, que possa promover o desenvolvimento do aluno enquanto ser humano.

Esse retorno dos alunos não foi identificado durante as entrevistas, em meio as perguntas e questionamentos. Os alunos elencavam a necessidade de trabalhar e a não possibilidade de conciliar o horário do curso com o trabalho. Alguns ainda gostaria de retornar aos seus cursos, porém em outro horário que não “atrapalhasse” o trabalho.

O estudo de Figueiredo e Salles (2017), realizado em um curso técnico do CEFET/RJ, unidade Petrópolis, apontou causas de evasão da modalidade subsequente relacionadas às seguintes categorias: lacunas na escolha do curso; fatores escolares; dificuldades pessoais; influência de amigos; oportunidades e desinteresse institucional e/ou governamental.

Já Campos e Santana (2013) em seu estudo sobre os Fatores e Motivos da Evasão Escolar no Curso Técnico Subsequente de Manutenção e Suporte em Informática do IFS – *Campus* Itabaiana, também anteriormente citado no capítulo 1 de nossa pesquisa, destaca seis razões principais para a evasão na EPTNM na modalidade subsequente: falta de interesse / motivação e falta de renda familiar; ignorância do curso e / ou imaturidade na escolha da profissão; decepção com o curso; falta de incentivo no mercado de trabalho, que rebaixa certas carreiras ou deixa de absorver profissionais de determinadas áreas; baixo desempenho acadêmico no primeiro ano do curso devido a precários treinamentos na escola primária.

Essas duas análises também feitas em cursos subsequentes, em comparação com os fatores de evasão apresentados pelos alunos do *campus* avançado Manacapuru, trazem informações semelhantes como mostra o Quadro 11:

Quadro 11 - Comparativo dos Fatores de Evasão no Subsequente.

Fatores de evasão IFS – <i>Campus</i> Itabaiana (2013)	Fatores evasão CEFET/RJ (2017)	Fatores evasão <i>Campus</i> avançado Manacapuru (2021)
Imaturidade na escolha da profissão.	Influência de amigos	Desestímulo
Falta de interesse.	Desinteresse institucional e/ou governamental	Distância do <i>campus</i>
Falta de incentivo no mercado de trabalho que não absorve profissionais.	Oportunidades	Trabalho
Falta de renda familiar.	Dificuldades Pessoais	Problemas pessoais
Decepção com o curso.	Lacunas na escolha do curso	Não se identificou com o curso
Baixo desempenho acadêmico devido escola primária precária.	Fatores escolares	Faculdade

Elaboração própria (2021).

As principais causas para evasão no *Campus* avançado Manacapuru envolvem principalmente o anseio por cursar um ensino superior; a sensação de desestímulo com o curso, por diferentes aspectos, distância do *campus*; dificuldades pessoais; falta de identificação com a área; falta de flexibilidade de horário no trabalho; dificuldades financeiras.

Nesse sentido, problemas pessoais foi o fator que apareceu em todas as pesquisas analisadas, problemas estes por vezes associados também a saúde e a falta de trabalho ou pela presença do trabalho. Para o aluno, o trabalho se imporia como uma necessidade (para contribuir com a renda familiar) e a interrupção da trajetória educacional seria por conta da impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, o que em parte são fatores em comum entre os *campi* ilustrados no Quadro 11.

No *Campus* avançado Manacapuru, a maioria dos alunos evadidos deixou o curso para entrar em uma graduação o que demonstra a motivação para o estudo, mas não apenas com o curso técnico subsequente, mas algo que a seu ver possa talvez lhe trazer uma maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Alguns alunos relataram que já fizeram outros cursos técnicos gratuitos como vendas, secretaria escolar e turismo, mas que não trouxeram ainda a inserção no mercado de trabalho que esses alunos almejavam.

É essencial verificar os aspectos contidos em cada etapa, como divulgação do curso, processo de ingresso, acolhimento, interação, socialização, acompanhamento, frequência, aprendizagem, evolução e contextualização profissional para programar

ações ou (re) qualificar as ações e resultados já existentes, evitando assim que mais alunos abandonem este percurso.

4.1.3 Análise do Momento III - Entrevista com servidores do *campus*

O terceiro momento apresenta a análise dos dados provenientes da entrevista com os servidores do *campus*, que foram: professores que ministram aulas nos cursos subsequentes; membros da equipe técnico-pedagógica; diretor do *campus*.

4.1.3.1 Análise da entrevista com os professores

Aos professores foi perguntado, inicialmente, se já participaram de algum Programa de Capacitação sobre a EPTNM subsequente. Todos os professores foram unânimes nas respostas, que desde que entraram no IFAM, ainda não haviam participado de capacitação sobre o curso subsequente.

O professor PROFS 4 informou ainda que não participou de nenhuma capacitação acerca do público da EPTNM – integrado, subsequente – e hoje participa das capacitações para o EJA, pois sabe que são turmas mais complexas para se trabalhar.

Agora que começou no IFAM, na pandemia, o 1 curso de integração do IFAM, que traz a organização interna, política. Eu entrei em 2015 e até agora não tinha feito. Então graças a pandemia essas oportunidades estão aparecendo. Então é essencial a formação de professores, nós estamos muito atrasados em relação a isso. Estamos tendo muitas formações do proeja agora pois nós sabemos que é bem crítico, mas precisamos também para o integrado e o subsequente e que essa formação fosse integrada a nossa carga horária (PROFS 4).

Já o PROFS 5 informou que sempre está fazendo cursos, pois é de fundamental importância para repassar os conteúdos aos alunos com mais segurança. Ele informou ainda que “[...] faz cursos por conta própria para meu desenvolvimento enquanto profissional pois os cursos que gostaria de fazer ainda não vi serem ofertados dentro do instituto. ”

A importância da capacitação para qualidade do ensino foi o segundo questionamento que fizemos. Novamente todos os professores também concordaram que é importante ter capacitações para o trabalho junto aos alunos:

É de fundamental importância para desenvolver as atividades com aos alunos (PROFS 1).

A gente coloca sempre a importância de fazer capacitações, mas é importante que isso seja inserido dentro da carga horária do professor (PROFS 2).

É importante ter, porém vi bem poucas aqui no *campus*, só nos encontros pedagógicos mesmo (PROFS 3).

O professor tem um certo receio de capacitação, quando ouve a palavra já fica pensando em um momento por vezes tedioso. Porém a capacitação deve ser algo rotineiro ao professor e deve ser também ministrada de forma mais dinâmica possível para que esse estigma de que as capacitações são tediosas seja colocado de lado (PROFS 4).

Eu sempre estou fazendo cursos pois é de fundamental importância para repassar conteúdos aos alunos com mais segurança (PROFS 5).

Também questionamos os professores acerca de qual seria a razão ou as razões para o alto índice de evasão nos cursos subsequentes em Manacapuru. Conforme já mencionado nas respostas dos alunos evadidos, dois professores mencionaram que a evasão ocorre quando o aluno deixa o curso técnico para fazer um curso superior ou para trabalhar:

No subsequente acontece muito de o aluno se matricular no curso e no meio do ano ele passa no vestibular e deixa o curso. Isso acontece muito no subsequente. Eles vão procurar o ensino superior e evadem (PROFS 5).

Teve muita evasão na última turma de administração, pois alguns passaram em concurso ou conseguiram emprego. A gente vê alguns alunos na formatura dizendo que já conseguiram emprego, em secretaria escolar, na prefeitura, até os alunos de informática já conseguem emprego logo no fim do curso. Esse curso por exemplo de jogos digitais os alunos estão cheios de expectativa e veem a possibilidade de grande mercado de trabalho (PROFS 3).

Um dado importante colocado pelos professores foi a questão de os cursos subsequentes serem somente no horário noturno, o que inviabilizaria a alguns alunos a continuidade nos estudos, mas não somente devido a necessidade de trabalhar, também pela questão de gênero onde as alunas, que são mães e esposas, por vezes são inibidas por seus parceiros de continuar no curso, conforme relato dos professores:

Acho que o horário influencia muito principalmente pelas mulheres. Problemas pessoais já vi alunas grávidas que abandonam o curso, a questão de aluna não tem com quem deixar o filho, chega atrasado porque não estava no trabalho e alguns professores são mais intransigentes aí eles tendem a se desmotivar com essas questões. Poderia ser pensando um curso mais

voltado ao público feminino. A gente percebe essa questão de gênero em relação as nossas alunas do subsequente (PROFS 4).

Em relação ao horário de aulas geralmente o subsequente é ofertado a noite e isso inviabiliza muitas vezes aquela mãe por exemplo de estudar no mesmo horário que o filho está na escola, o que ajuda quando ela não tem com quem deixar o filho para estudar. Geralmente a noite a mãe não tem com quem deixar o filho, marido não quer ficar. Muitas alunas sofrem com isso porque o marido não quer deixar estudar e quando deixam exigem que a mulher cuide do filho, muitas vezes a responsabilidade fica maior para ela. Então quando as turmas são fechadas apenas no turno da noite isso inviabiliza essa aluna permanecer na escola, elas poderiam aproveitar o turno da tarde e pedir a algum familiar ficar com os filhos no turno de aula (PROFS 1).

A situação do transporte escolar e a distância do *campus* até o centro da cidade, já colocado pelos alunos tanto como um dos motivos para evasão – para alguns alunos - como também para permanência na instituição, também foi citado pelo professor PROFS 2 como uma das motivações para evasão dos alunos.

Acho que essa questão da distância de casa e escola é acho que isso influencia, quando estávamos na cidade o aluno ia em casa rapidinho e voltava, hoje como não tem mais essa proximidade não há mais essa possibilidade e antes tinha muito. Em relação a dificuldade financeira acho que não, eles ganham bolsa e é um incentivo para eles, são poucos os que param os estudos para trabalhar pelo menos é o que vejo no *campus*.

Em relação a maior dificuldade dos alunos no processo ensino aprendizagem, os professores citaram as dificuldades de aprendizagem decorrentes do não entendimento do que o professor fala, a metodologia de alguns colegas professores em assuntos mais complexos, e, dependendo do curso, é “exigido” conhecimentos prévios do ensino médio, curso que por vezes fora deficiente nas escolas da cidade segundo o relato dos professores abaixo:

Eles vêm de um ensino médio deficiente, as escolas de Manacapuru têm um ensino fraco, sei por que estudei aqui. Então eles sentem essa dificuldade em interpretar um texto, fazer cálculos, nas coisas básicas alguns alunos têm muita dificuldade (PROFS 3).

Acredito que dependendo do curso, ele já exige do aluno conhecimentos prévios e muitas vezes o aluno não teve formação de base suficiente para avançar nos estudos técnicos. Por exemplo o curso de informativa exige uns conhecimentos de matemática até de física também e alguns não tiveram essa formação boa e aí é mais um fator para eles evadirem porque não conseguem avançar no curso (PROFS 4).

Olha tem alunos que reclamam que não entendem a dicção do professor, que fala rápido demais, nivela todos os alunos no mesmo nível e principalmente em cursos complexos que o professor vai avançando e avançando nos

conteúdos e os alunos se virem para acompanhar, nesse momento alguns alunos pulam fora, porque se verem incapaz de acompanhar os conteúdos e eles desistem mesmo (PROFS 1).

Apesar das dificuldades de entendimento relatadas pelos professores e pelos próprios alunos, os docentes declararam que os alunos não perguntam quando colocada a abertura para dúvidas e no horário de atendimentos dos alunos, eles não procuram os docentes, algo raro de ocorrer como informado pelo professor PROFS 2:

Alguns tem dificuldade de aprendizagem, eu vejo que no curso de informática isso é muito forte. [...] os alunos não conseguem entender devido aos assuntos serem complexos e também as vezes a metodologia dos professores não ajudam. No horário de atendimento dos alunos é muito raro um aluno nos procurar. No RIT de alguns anos atrás somente 2 anos me procuraram. Eles não aparecem principalmente os alunos da noite que não tem horário disponível fora do horário de aula, muitos não podem ir à tarde.

Para a maioria dos professores, a “bolsa”⁷ que os alunos recebem é fundamental para que permaneçam nos cursos, conforme podemos perceber em suas falas.

Para eles continuarem eu colocaria em primeiro lugar a bolsa e em segundo lugar o transporte. Como o *campus* é isolado da cidade eles tendem a achar que é muito longe. (PROFS 1).

Olha tem muitos alunos que recebem a bolsa aí já é um atrativo, tem alunos também que vão só por conta do lanche, é assim uma realidade que nós vemos no *campus*. (PROFS 2).

A Bolsa ajuda muito, em segundo lugar a alimentação. (PROFS 3).

A bolsa dos alunos é muito importante e faz com que eles continuem no curso e pensem um pouco antes de desistir. (PROFS 5).

O participante PROFS 4 expressou ainda que, além da bolsa, a perspectiva quanto ao curso em uma instituição federal de ensino e a possibilidade de ascensão social por meio da qualificação profissional, também atraem os alunos e os mantém na instituição.

⁷ Essa bolsa, trata-se do benefício socioassistencial, concedido através da política de assistência estudantil do IFAM, voltada aos alunos em vulnerabilidade social. Os benefícios abrangem auxílio transporte, material didático, alimentação e creche, sendo pagos em dinheiro aos alunos beneficiários.

Identificando alguns fatores que levam à evasão, os alunos e suas dificuldades a partir da visão dos docentes, perguntamos acerca das melhorias que podem ser feitas para diminuir o índice de evasão nos cursos subsequente. Diferentes colocações foram feitas principalmente na escolha inicial dos cursos a serem ofertados no *Campus* em Manacapuru, no PPC dos cursos e capacitação dos professores:

Acho que seria uma melhor divulgação do curso já no processo seletivo. (PROFS 5).

Acho que a primeira questão começa com a escolha do curso, que tenha o perfil da cidade. Não tem mercado para os alunos de informática em Manacapuru, administração e secretariado tem. Manacapuru hoje está precisando muito de técnico em redes e não programador como o curso é hoje. Tem perfis que não dão certo com o subsequente, não adianta forçar. Capacitação dos professores em segundo lugar. Em terceiro é a questão do PPC do curso. Depois maior empenho dos professores de promover uma política pedagógica para redução da evasão. (PROFS 1).

Acho que poderia ter um programa de capacitação para o subsequente, por *Moodle* por exemplo, que alcançaria os professores do interior. Eu acho que isso deveria fazer parte do IFAM essa capacitação na carga horária dos professores. Só agora com a pandemia que as capacitações on-line foram colocadas na carga horária do professor. Eu já trabalhei em escolas que a gente tinha dentro da nossa carga horária de professor separar um quantitativo de horas na semana para capacitação. (PROFS 3).

Um importante dado citado por PROFS 2, refere-se a atual estrutura oferecida pelo *campus* aos alunos no turno noturno, principalmente em relação a serviços e pessoal. Segundo o participante, o atendimento ofertado no turno diurno não está ocorrendo da mesma forma no turno noturno, o que não valoriza os alunos do noturno e acaba por fazê-los também evadir.

Acho superimportante valorizar os alunos do subsequente e os alunos da noite como um todo porque o que acontece, a noite atualmente está sem atendimento, sem atendimento na biblioteca, sem setor administrativo, então eles se sentem discriminados, a gente precisa oferecer o mesmo serviço e infraestrutura que é oferecida durante o dia para o pessoal da noite e não é o que está acontecendo. Acho que isso é muito importante também para valorização dos alunos e inibir a evasão deles (PROFS 2).

A entrevista feita com os professores mostrou pontos de vista análogos aos já citados pelos alunos evadidos, principalmente em relação ao transporte escolar, a dificuldade de aprendizagem e a saída do curso para frequentar um curso superior.

Grande parte dos professores exercem a sua profissão, por opção, dedicação ou por algo que o motivou a entrar no seguimento da educação. A princípio ao ingressarem o IFAM, os professores dos cursos subsequentes encontram toda uma metodologia a ser seguida, a qual abraçam e desenvolvem. E como foi descrito durante as entrevistas, tudo é bem aceito e desenvolvido no início, porém ainda é indicada a falta de capacitações aos professores acerca do mundo da Educação Profissional e Tecnológica, tema pouco conhecido dos profissionais até sua chegada ao IFAM.

Isso é evidenciado quando os professores relatam que os alunos recebem “bolsa” quando na verdade o benefício concedido aos alunos faz parte da política de Assistência Estudantil. Essa informação é bastante clara ao gestor do *campus* que sabe a importância de todos os recursos da assistência estudantil aos alunos que incluem o auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, material didático dentre outros benefícios que em conjunto se transformam na “bolsa” mencionada pelos professores. Os servidores da equipe técnico pedagógica em relação a Assistência Estudantil, demonstram maior conhecimento da política e sua abrangência; porém alguns servidores confundiram cursos subsequentes com todos os cursos do turno noturno incluindo assim as turmas do proeja em suas opiniões quanto as perguntas que nortearam a entrevista.

Entre os fatores para o alto índice de evasão no *campus*, as respostas dos professores foram as que apresentaram fatores mais próximos aos fatores que foram colocados pelos alunos. Os professores inclusive relatam um novo fato acerca da questão de gênero relativo as alunas. Muitos professores relataram a dificuldades das alunas de manter-se no curso, ora por serem mães e não terem o apoio dos seus companheiros nos cuidados aos filhos para que pudessem estudar no turno noturno, ora por serem elas as provedoras do lar e trabalhar. Relatos ainda de evasão por conta de gravidez de alunas e não aceitação por parte de seus companheiros para que as mulheres estudem, também foram relatadas tanto por professores como servidores.

Ainda relacionado a questão de gênero presente nas entrelinhas dos fatores de evasão, também foi constatado que quando as turmas são fechadas apenas no turno da noite inviabiliza também que a aluna permaneça na escola pois elas poderiam aproveitar o turno diurno e pedir a algum familiar ou outra pessoa para cuidar dos

filhos no turno de aula. Geralmente isso não ocorre, pois, à noite, existe a dificuldade de encontrar alguém que fique com os filhos no horário das aulas.

4.1.3.2 Análise da entrevista com a equipe técnico-pedagógica

Em relação ao perfil dos participantes da equipe técnico-pedagógica, todos têm graduação em nível superior e atuam em suas respectivas áreas de formação no *campus*. Todos os servidores estão na EPTNM há mais de cinco anos.

Na análise da entrevista com os participantes da equipe técnico-pedagógica foi observado que alguns servidores tiveram dificuldades para estabelecer contato com os alunos. Essa dificuldade ocorreu, principalmente, porque a maioria dos servidores trabalha no turno diurno e as turmas do subsequente estudam no turno noturno.

Já para outros servidores não houve tantos problemas em trabalhar junto aos alunos do subsequente, pois mantinham contato em momentos de estágio dos alunos ou em atividades na oficina.

[...] olha para mim o vínculo emocional, conversas e diálogos eram mais limitados porque nosso horário de trabalho era diurno e incluía mais os alunos do integrado do que o do subsequente que estudavam a noite. O contato com os alunos do subsequente se dava mais quando tinha algum evento ou precisava de alguma supervisão ou curso a noite. Eu tive essa dificuldade de relação, um diálogo, um vínculo com eles por conta disso. (SERVEP 5)

Eu nunca tive problema de trabalhar com subsequente no caso a interação com os alunos subsequente se dá muito no estágio que é feito no setor, principalmente os alunos do curso de informática que é ofertado pelo *campus*. (SERVEP 3)

Sim. Uma vez trabalhei com uma oficina de leitura e percebi que alguns alunos não têm o hábito da leitura e é difícil manter a atenção deles por muito tempo. (SERVEP 4)

O perfil dos alunos do subsequente, para os servidores, seria de alunos mais velhos por serem maiores de idade. Assim, também surgem as responsabilidades colocadas aos alunos e em suas atividades:

[...] os alunos do subsequente são alunos mais velhos, adultos e jovens maiores de idade. Eles são de certa forma mais responsáveis, tem mais responsabilidades e as dificuldades que mais a gente encontra no subsequente estão mais relacionadas as questões sociais, muitos têm que trabalhar, eles não têm só o estudo, tem que manter a casa, se manter para sobreviver então acho que as vezes essa é a questão mais difícil para lidar com eles. (SERVEP 2)

Justamente essa questão da responsabilidade e trabalho dos alunos do subsequente como aponta o participante, como sendo umas das razões para o alto índice de evasão no *Campus* avançado Manacapuru, foi observado por Souza (2013). Em seu estudo, ele menciona a necessidade de considerar que estudantes adultos têm suas responsabilidades externas à Instituição.

As análises nos indicam que problemas sempre ocorrerão e os estudantes devem estar conscientes das responsabilidades também enquanto estudantes, sendo também instigados dentro da própria instituição em que estuda, pelos professores, em particular, na organização dos estudos e seu comprometimento pedagógico.

O participante SERVEP 3 menciona fator também citado pelos professores acerca da evasão dos alunos para cursar uma faculdade e a dificuldade dos alunos ao não conhecer o curso antes da matrícula, informações que talvez poderiam ser repassadas no processo de divulgação do processo seletivo.

Considero justamente essa questão, eles estudam e trabalham então eles passam o dia trabalhando, a noite no estudo e ainda eles têm uma terceira jornada que é em casa. Isso torna o dia-dia cansativo, as vezes a mãe chega em casa e ainda tem que fazer o jantar e ainda assim fazer as atividades da escola, então isso fica um pouco sobrecarregado. Então na hora de ponderar o que você vai dar prioridade geralmente o estudo não fica em primeiro lugar e infelizmente isso é uma das questões que contribui para evasão. (SERVEP 2)

A maioria desses alunos do subsequente já trabalham em outros cantos. Tem também a questão de a comunidade achar que o curso técnico é um complemento ao ensino médio. Eles veem que não é um curso superior aí eles acabam por desistir porque alguns alunos acham que não estão aprendendo e aí também não vai servir de nada o curso para eles. Bom eu tô falando para você o que é passado para mim em conversas de lá no campo estágio ou fora do estágio com os estagiários. Também tem a dificuldade de os alunos não conhecer curso. Quando chega lá acha que é uma coisa e é outra, isso poderia tentar ser esclarecido logo no processo de divulgação de processo seletivo. Em relação ao aprendizado outra questão aqui também é a estrutura do *campus* que ainda não está adequada para algumas disciplinas essa dificuldade. O curso é técnico, ou seja, não é só entendimento, ele tem que aprender na prática. (SERVEP 3).

Outros fatores também foram colocados pelos servidores, inclusive motivos semelhantes aos já citados pelos alunos, como a falta de afinidade com o curso, falta da relação teoria-prática, problemas pessoais dos alunos e a distância do *campus* ao centro da cidade.

Entendo que, o problema da evasão nos cursos subsequente é muito complexo, portando, são vários os fatores podem estar contribuindo para o elevado índice de evasão, como por exemplo: dificuldades em conciliar emprego e estudo, dificuldades de acompanhar os conteúdos (falta de base

de alguns alunos), falta de afinidade com o curso escolhido, dificuldades em relação à metodologia das aulas (falta da relação teoria-prática), dentre outros (SERVEP 1).

O que eu pude perceber no *campus* era que os alunos não se sentiam capazes, eles tinham muitos medos. Iniciavam o curso com muita empolgação e na primeira dificuldade eles desistiam. Eles não perseveravam por infinitos motivos, a gente sabe que eram problemas reais como falta de dinheiro, para colocar combustível, falta de transporte, chuva, não ter com quem deixar o filho ou o neto, muitas questões eram trazidas até nós. Eu observava muito que a evasão estava ligada a problemas pessoais dos alunos. Outra coisa que eu ouvia muito dos alunos é a distância do *campus* que ficava a uns 6 ou 8 km afastado do centro da cidade e isso era uma coisa que dificultava a ida deles para a escola algumas vezes (SERVEP 5).

Alguns fatores apresentados pelos participantes acima, como motivo de evasão, como falta de afinidade com o curso, foram mencionados por Souza (2013), por exemplo, o fato de ter constatado em seu estudo que a maioria dos alunos do Curso Subsequente de Redes de Computadores escolheu o curso, aleatoriamente, sem conhecimento prévio sobre sua natureza, o que pode ter levado a falta de afinidade com o curso escolhido e as dificuldades para entendimento das matérias, desencadeando na evasão escolar.

Outro fator identificado na análise, mencionado pelos professores e também pelos servidores da equipe técnico-pedagógica, foi que os alunos apresentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem em matérias básicas, em decorrência talvez de ensino anterior restrito ou a falta dele.

[...] eu percebia quando a gente ia ministrar algum curso, ou no setor pedagógico quando eles procuravam a gente - pois eu ficava no setor pedagógico - que eles não tinham base anterior não tinham visto aquilo, não sabiam fazer uma pesquisa, uma referência bibliográfica, como fazer um trabalho. Eles tinham muitas dificuldades com coisas básicas e com matérias que deveriam ser vistas no ensino médio e que por vezes os professores não tinham muita paciência para passar novamente esse conteúdo ao aluno (SERVEP 5).

Acredito principalmente com relação à leitura e compreensão de textos e outros têm dificuldades com relação à matemática. Muitos afirmam não ter tido uma boa base nos ensinos anteriores (SERVEP 4).

Perguntamos acerca das melhorias que podem ser feitas para diminuir o índice de evasão nos cursos subsequente. A maioria dos respondentes colocou a ampliação do programa de assistência estudantil, aliada a uma prática pedagógica mais atrativa.

O participante SERVEP 2, mencionou a questão do tempo do curso, dado mencionado também por alguns alunos evadidos como um óbice para conclusão do curso.

Ampliação da política da Assistência estudantil, revisão das práticas pedagógicas, as quais devem estar alinhadas numa perspectiva teórico-prática. Acompanhamento social, psicológico e pedagógico dos alunos propensos a evadirem. (SERVEP 1).

Melhorar justamente esse programa de assistência ao estudante. Eu acredito também na questão do tempo do curso pois o aluno tem que passar 2 anos para se formar e algumas outras escolas não precisaria esse tempo todo e a gente percebe que esses são alguns dos questionamentos dos nossos alunos. Você já passa 3 anos no ensino médio, conclui e aí vai fazer o ensino técnico e para concluir são mais 2 anos. Então nem todos conseguem chegar até o final. Então se tivesse uma forma de "enxugar" um pouco esses anos de estudo talvez fosse mais fácil para eles que não teriam que ficar mais dois longos anos para conseguir se formar. (SERVEP 2).

Mas eu vejo assim que qualquer auxílio, qualquer ajuda, já ajuda a manter o aluno já é um pouquinho que nós estamos fazendo. Então deve melhorar justamente esse programa feito na instituição. Não estou lembrando assim de outro programa institucional que ajude os alunos. (SERVEP 3).

A respeito do transporte escolar mencionado como uma das dificuldades dos alunos e também citado como um dos fatores para sua permanência, os participantes SERVEP 5 e SERVEP 4 exteriorizaram seu ponto de vista acerca das questões que mereciam um pouco mais de atenção do *campus*:

Eu acredito que o transporte é uma questão que merece atenção, o *campus* realmente é afastado do centro da cidade e em alguns momentos o transporte foi defeituoso. A segunda questão é o apoio ao aluno nos momentos do professor fora de sala de aula dá atenção ao aluno, no atendimento ao aluno. Acho que poderia ter também apoio dos alunos do integrado, um projeto de extensão algo em que os alunos poderiam ajudar uns aos outros, como um clube de estudo algo assim para que eles se sintam mais apoiados nessa parte do aprendizado pois as vezes eles têm muita dificuldade, mas não tem acesso ao professor ou a outro colega porque eles só têm aquele tempo no horário da aula para pesquisar, para estudar e eles não tem tanto tempo para ir em outro horário na escola. Seria algo para melhorar também (SERVEP 5).

Acredito primeiramente que é necessário buscar compreender a realidade que os alunos estão enfrentando e selecionar quais as suas dificuldades a fim de solucionar os problemas. Acho importante também fazer acompanhamento no processo de desistência do aluno a fim de tentar solucionar o problema e fazer com que aquele aluno mude de ideia (SERV 4).

A entrevista com a equipe técnico-pedagógica mostrou uma clara preocupação de todos com a questão da evasão dos alunos do subsequente, bem como a dificuldade para encarar esse problema.

As análises mostraram que as múltiplas situações que formam um contexto específico, o caso do *campus* avançado Manacapuru, mas não tão diferente de outros

contextos aqui analisados, como Figueiredo e Salles (2017) e Campos e Santana (2013), no sentido de que a evasão e a permanência se dão por várias situações, a maioria já intrínsecas aos alunos e que refletem em sua vida escolar.

Em vista dessas múltiplas situações, concordamos com Lüscher e Dore (2011) e Jardim (2016) que a prevenção é abordagem mais adequada, a partir da identificação precoce do problema e o acompanhamento individual dos alunos.

4.1.3.3 Análise da entrevista com o gestor do *campus*

O gestor do *Campus* avançado Manacapuru está há nove anos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mas sua chegada no *campus* avançado Manacapuru, deu-se em 2017, onde desde então atua como professor. Em 2018, foi nomeado para a gestão do *campus*, mas possui experiências de gestão em outros dois *campi* no interior do Estado do Amazonas.

Na análise da entrevista, em relação às dificuldades junto a servidores e professores do subsequente, o diretor disse que isso é normal de acontecer, mas sempre procurou resolver da melhor forma as dificuldades. Uma das vantagens citadas para que isso ocorra é a estrutura pequena do *campus* que facilita a comunicação entre os servidores e a gestão, agilizando assim a comunicação.

Na análise dos dados da entrevista com o gestor do *campus*, ficou evidente de que uma das causas de evasão e o abandono do curso subsequente para a entrada no ensino superior. Ele afirma:

No *Campus* Avançado de Manacapuru, o maior problema que enfrentamos é a concorrência das instituições de Ensino Superior particulares que oferecem bolsas e muitos alunos deixam os cursos subseqüentes para cursar o superior. Também a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, que geralmente realizam suas chamadas no mês de março e abril. Essas situações expostas causam grandes evasões de alunos das turmas subseqüentes. Vale ressaltar que alguns alunos de cursos superiores nas instituições particulares, permanecem nos cursos subseqüentes, porque os cursos ofertados por algumas faculdades particulares são cursos na modalidade de ensino a distância e os alunos continuam estudando no *campus* para aprimorar o conhecimento.

Essa informação é muito relevante, pois condiz com as informações repassadas pelos alunos, representada no gráfico 3, em 3.3.2.2, onde 27% dos alunos informaram que evadiram dos cursos no subsequente para cursar faculdade na cidade de Manacapuru ou na capital Manaus. Alguns alunos informaram ainda que tentaram

conciliar os dois cursos – como forma de aprimoramento intelectual – porém alguns não tiveram sucesso.

Diferente dos nossos resultados, o ingresso em outros cursos, conforme pesquisa de Jardim (2016) no IFTO – *Campus* Palmas, não foi um fator relevante para a evasão dos alunos. Assim, vemos a especificidade de cada região e no *Campus* Avançado Manacapuru, o fator de ingresso em outro curso, apareceu como o principal fator de evasão.

Para o gestor do *campus* a política da assistência estudantil é classificada como fator fundamental para a permanência dos alunos nos cursos subsequentes, pois “[...] é na política estudantil que entram merenda escolar, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, que são fundamentais para os alunos permanecerem nos cursos [...]”.

Nesse aspecto, Castro (2017), em sua pesquisa acerca do alto índice de evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica do IFRN/*Campus* Mossoró, destacou que as dificuldades financeiras e, conseqüentemente, a falta de recursos para o transporte escolar, como importante fator de evasão. Neste sentido, a assistência estudantil torna-se fundamental para acesso dos alunos aos benefícios, dentre eles o auxílio transporte aos alunos.

A acolhida do *campus* aos alunos também foi colocada pelo gestor como fundamental para a permanência, como também oferecer aos alunos espaços de interação. Nesse sentido, ele informou que está trabalhando oferecer tais espaços para que os alunos possam se sentir acolhidos por todos no *campus*.

Em relação a maior dificuldade dos alunos no processo ensino-aprendizagem, o entrevistado, que além de gestor também atua como professor no *Campus* avançado Manacapuru, relata que o encontro de alunos mais jovens com alunos que estão há mais tempo sem estudar gera um sentimento de inferioridade em não conseguir acompanhar as aulas.

As maiores dificuldades dos alunos do subsequente é que muitos alunos estão há muito tempo sem estudar e sentem as dificuldades de retornar a uma sala de aula, principalmente quando encontram nas salas alunos novos, que são recém finalistas do ensino médio, que estão mais atualizados nas atividades escolares e já ouvi muitos falarem que iriam desistir, porque não tinha como acompanhar o andamento das aulas.

A estrutura pequena do *campus* foi fator citado por pelo menos 1 de cada grupo de entrevistados – alunos, servidores, professores – que por vezes limitava o aprendizado, não oferecendo as aulas práticas almejadas pelos alunos e professores.

A ampliação da estrutura do *campus* foi colocada pelo gestor como forma também de diminuir os índices de evasão dos cursos subsequente.

[...] estamos trabalhando em melhorias das estruturas do *campus*, com adesão de laboratórios multifuncionais, laboratórios específicos de cursos técnicos. Existe também o incentivo a qualificação dos servidores técnicos e professores, para que os alunos se sentam prestigiados de estudar em uma instituição que os professores estão cada vez mais capacitados e atualizados. Também estamos incentivando a valorização dos cursos e alunos, com a participação em atividades de pesquisas, extensão e eventos, com apresentação de trabalhos de pesquisa e publicações de artigos.

Importante ressaltar que a gestão tem ciência da importância das demandas apresentadas nessa pesquisa e também as considera relevantes para definição de novas dinâmicas de trabalho para o enfrentamento da evasão escolar no *campus*.

É notória a preocupação do gestor do *campus* quanto ao desenvolvimento de ações para a permanência e êxito dos alunos, de modo que cada aluno que chegue ao *campus* compreenda o quanto à instituição pode oferecer para sua formação, não apenas profissional, mas cidadã.

4.2 SÍNTESE DAS ANÁLISES

As análises dos dados coletados nas entrevistas realizadas com alunos evadidos, professores, servidores da equipe técnico-pedagógica e o gestor do *campus*, trouxe-nos dados que mostram, por um lado, quais os principais fatores que asseguram a permanência dos estudantes e, por outro, os fatores por eles mais associados à evasão.

Um resultado significativo da análise dos dados coletados no estudo de caso foi o refinamento das categorias relacionadas com as características apresentadas nas entrevistas. Ficou evidente fatores em comum e fatores divergentes quanto a evasão no *campus* e principalmente a falta de conhecimento de professores e servidores quanto as ações de assistência estudantil no *campus*.

4.2.1 Fatores mais associados à evasão

Com a intenção de se compreender as causas que levaram às altas taxas de evasão nos cursos subsequentes no *Campus* avançado Manacapuru, fomos buscar respostas junto aos alunos dos cursos subsequentes, professores que lecionam nessas turmas, servidores e o gestor do *campus* que poderiam nos fornecer pistas de como esta comunidade escolar percebe o fenômeno da evasão.

Debruçar-se no universo de cada sujeito participante, possibilitou-nos uma compreensão mais clara e abrangente dos motivos que favoreceram a evasão no *Campus* Avançado Manacapuru, dos alunos da modalidade subsequente.

Assim, identificamos que evasão dos alunos no *campus* ocorreram devido oito fatores identificados nos dados analisados, a saber: 1) saída dos alunos para cursar nível superior; 2) problemas pessoais/familiares; 3) dificuldade para conciliar estudo e trabalho; 4) distância do *campus*; 5) desestímulo com o curso escolhido; 6) horário dos cursos subsequentes (oferecido apenas no turno da noite); 7) falta de afinidade com o curso escolhido; e 8) metodologia do professor.

Antes de especificar cada um dos fatores, iremos apresentar brevemente uma análise de aspectos relativos ao perfil dos alunos dos cursos subsequentes e em seguida, mostraremos a visão sobre o fenômeno da evasão no *campus*. A primeira constatação das análises feitas é a de que a média de idade dos alunos evadidos gira em torno de 30 anos sendo predominante alunos evadidos na faixa de 23 e 24 anos; a maioria dos alunos afirmou ser solteiro e sem filhos – 60% dos entrevistados. Cerca de 53% dos alunos afirmaram que estão trabalhando formalmente enquanto 27% informaram que estão desempregados. Em relação a renda 93% dos alunos entrevistados informaram que a renda mensal aproximada em sua residência fica em torno de 1 a 3 salários-mínimos sendo o aluno provedor da família ou não.

Assim, considerando o aspecto econômico desses alunos, observamos que conciliar estudo e trabalho, apesar de ser sido um fator de evasão, não foi fator principal, corroborando com os resultados do estudo de Araújo e Santos (2012) quando mencionam que tal aspecto não tem sido o principal fator de evasão na educação profissional, identificando, em sua pesquisa, uma escola “não atrativa” ao aluno como fator predominante de evasão; em nosso estudo, o fator principal foi a saída para cursar a faculdade.

No *Campus* avançado Manacapuru foi unânime a colocação em todos os grupos de entrevistados acerca da evasão dos alunos em decorrência de sua inserção no nível superior, ficando em 1 lugar como a principal causa de evasão dos alunos do *campus* avançado Manacapuru. A distância aproximada de Manacapuru a Manaus e o percurso feito por meio terrestre fomentam o deslocamento diário de alunos para cursar um nível superior nas faculdades e universidades públicas ou privadas, ensino que, neste caso, parece atrair mais os alunos do que o nível técnico.

Os problemas pessoais e/ou familiares aparecem em segundo lugar como um dos fatores de evasão no *campus*. Alunos, professores e servidores citaram esse dado e apenas o gestor do *campus* não mencionou essa situação como um dos fatores de evasão. Possivelmente isso é de conhecimento da gestão do *campus*, mas na entrevista não foi colocado por ele como um fator importante para evasão dos alunos.

A distância do *campus* até a área central da cidade também foi colocada como um dos fatores que fomentam a evasão. Como já informado anteriormente, a atual sede do *campus* fica há quase 10 quilômetros do centro da cidade de Manacapuru - na Rodovia Manuel Urbano, estrada estadual que liga Manacapuru direto a cidade de Manaus – o que dificulta a chegada dos alunos ao *campus* quando perdem o ônibus escolar e não tem transporte próprio pois na cidade de Manacapuru não há serviço de transporte público.

Constatamos também que o principal motivo que levou os alunos evadidos entrevistados a efetuar matrícula no curso subsequente foi a expectativa de qualificação profissional seguida do interesse em aperfeiçoar-se num curso na área com a qual tinham afinidade ou na qual já trabalhavam – informática por exemplo. Para alguns alunos isso trouxe desestímulo pois imaginavam o curso de uma forma e se deparam com algo longe do imaginado.

Outro fator apresentado como determinante para evasão de alguns alunos foi o horário dos cursos subsequentes no *campus* que se concentram no horário noturno. Para alguns alunos, que mencionaram não poder estudar a noite devido ao trabalho ou por não ter com quem deixar os filhos no horário das aulas a noite, a possibilidade de ser oferecido o curso subsequente no horário diurno ajudaria para que não tivesse evadido e ter tão somente alterado o horário do curso para manhã ou à tarde.

Os servidores citaram ainda a falta de afinidade com o curso escolhido, relatando que muitos alunos fazem o processo de seleção, matriculam-se, mas desconhecem o curso e constataam que não é aquilo que queriam fazer. Muitos

professores comentaram acerca do curso técnico em informática onde a nomenclatura reporta a profissão técnico em informática, porém a grade curricular inclui linguagens de programação, conteúdos que exigem um pouco mais de domínio da área de Tecnologia da Informação aos alunos. O curso de técnico em administração e técnico em secretariado trazem ainda conteúdo de língua inglesa e noções de matemática financeira o que em parte também são dificuldades citadas pelos alunos.

Por fim, a metodologia do professor foi apresentada como um fator de evasão, pois as dificuldades encontradas em algumas disciplinas, quando os alunos não compreendem a explicação do professor. Esse fator estar intrinsicamente relacionado ao desestímulo com o curso, pois o aluno entende ter dificuldades de aprendizagem, que tende a levar à reprovação e evade do curso

Em síntese, está ilustrado no Quadro 12, o consolidado dos fatores de evasão citados pelos participantes da pesquisa:

Quadro 12 - Consolidado fatores de evasão informados pelos participantes da pesquisa.

Fatores de Evasão – <i>Campus</i> avançado Manacapuru				
	Alunos	Professores	Equipe técnico-pedagógica	Gestor
1	Faculdade	Faculdade	Faculdade	Faculdade
2	Problemas Pessoais/Familiares	Problemas Pessoais/Familiares	Problemas Pessoais/Familiares	-
3	Conciliar com Trabalho	Conciliar com Trabalho	Conciliar com Trabalho	-
4	Distância do <i>campus</i>	Distância do <i>campus</i>	Distância do <i>campus</i>	-
5	Desestímulo com o Curso	Desestímulo com o Curso	Desestímulo com o Curso	-
6	Único Turno do Curso	Único Turno do Curso	Único Turno do Curso	-
7	-	-	Falta de Afinidade com o Curso Escolhido	-
8	-	-	Metodologia do Professor	-
9	-	-	-	Outras Instituições de Ensino

Elaboração própria (2021).

Assim, vemos as principais situações que estão relacionadas à evasão escolar nos cursos subsequentes do *Campus* avançado Manacapuru. Como vimos no aporte teórico utilizado, especialmente nos estudos de Dore e Lüscher (2011), a ocorrência de evasão é consequência de um conjunto de fatores que está associado tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive, um conjunto de fatores inter-relacionados tanto internos como externos a Instituição.

4.2.2 Fatores mais associados à Permanência e Êxito

Em relação aos fatores que favorecem a permanência dos alunos nos cursos subsequentes, percebemos que as percepções do gestor, professores e servidores se aproximam das falas dos discentes por apresentarem percepções semelhantes.

Para identificarmos esses fatores, perguntamos aos alunos acerca das contribuições dentro do *campus* para que continuassem no curso. O Benefício socioassistencial foi o fator mais citado pelos alunos com 30% das respostas, aparecendo nas respostas dos alunos como “bolsa”.

A importância da assistência estudantil para a promoção e permanência de estudantes vem sendo muito debatida, ao longo dos anos. Muitos estudantes conseguem ingressar em uma instituição da rede federal de educação, porém não conseguem se manter financeiramente. Os custos financeiros acabam prejudicando o rendimento dos estudantes. “À assistência estudantil é ainda conferida importância por sua capacidade de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência de segmentos da população que não têm inserção no espaço educacional, devido a sua desigual posição de classe” (SOUZA, 2013, p. 133).

Em segundo lugar com 20% das respostas aparece o transporte escolar como o fator que mais contribuiu para que os alunos permanecessem estudando no *campus*. O transporte ofertado no *campus* é proveniente de acordo de cooperação junto a prefeitura de Manacapuru que recebe verba anual do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar e disponibiliza ônibus aos alunos que estudam em escolas no centro da cidade e moram na zona rural. Esse mesmo transporte era utilizado pelos alunos, pois as rotas aconteciam pela manhã, no fim da tarde e ao fim das aulas no turno noturno.

Interessante pontuarmos a resposta dada por alguns alunos e que ocupou o terceiro lugar nas respostas: com 15% das respostas, o quesito “nada” foi colocado

pelos alunos para indicar que já tinham tomado sua decisão e que nada naquele momento os fizeram mudar de ideia.

Para continuar no curso nada, eu estava desmotivada e com notas baixas devido ao meu problema pessoal (ALE 1).

As disciplinas foram muito importantes para conhecer um pouco do secretariado, os professores são muito bons, mas naquele momento nada me convenceu a continuar (ALE 8).

As colegas me incentivaram a continuar, mas não deu mais, nada me fez retornar (ALE 13).

Essa resposta vem associada a outros fatores de evasão já mencionados - como problemas pessoais/familiares e desestímulo - e parece que nenhuma ação feita pelo *campus* conseguiu impedir que o aluno evadisse. O destaque a essa resposta é que ela não se constitui como um fator de permanência no *campus*, mas devido sua ocorrência na resposta de 3 alunos, vimos que nem todas as causas de evasão puderam ou podem ser combatidas, tendo em vista situações mais complexas, fatores externos e inter-relacionados à comunidade em que o aluno vive. (DORE; LÜSCHER, 2011).

O corpo docente qualificado do *campus*, o acolhimento recebido e o apoio social e psicológico também apareceram com 10% das respostas dadas pelos alunos como fatores que influenciaram a permanência na instituição. Com 5% das respostas, os alunos também colocaram a importância de ter um certificado profissional de uma instituição reconhecida nacional como um fator que os fizeram permanecer estudando. O gráfico 4 a seguir traz as motivações para permanência relatados pelos alunos entrevistados.

Gráfico 4 - Respostas dos alunos quanto a permanência no *Campus*

Fonte: Elaboração própria (2021).

Esses foram os fatores relacionados pelos alunos que os fizeram permanecer em seus cursos até que optassem por evadir-se. Os fatores citados pelos professores e servidores em muito se assemelham aos fatores de permanência citados pelos alunos.

Em relação as respostas dos professores, destacamos a alimentação no *campus*, fator de permanência citado pelos professores e servidores, mas não citado pelos alunos. A alimentação aos alunos do subsequente consistia em um lanche ofertado no horário de entrada dos alunos, com cardápio organizado pela nutricionista do *campus*. Muitos professores citaram esse fator como de suma importância para que os alunos se sentissem motivados a estudar e “biologicamente” mais fortalecidos pois, é sabido que alguns alunos têm dificuldades financeiras e por vezes aquele lanche “era a única refeição do dia” conforme relatado pelos professores.

Não obstante, apesar das semelhanças nas percepções dos participantes, vemos que professores e servidores, trabalhadores dentro da Rede EPT, não conhecem a abrangência da Assistência Estudantil dentro do *campus* bem como o trabalho feito para que os alunos sejam assistidos pela Política de Assistência

Estudantil no IFAM. Conforme a PNAES, as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas, em diversas áreas, dentre as quais destacamos: alimentação; transporte; atenção à saúde; apoio pedagógico (BRASIL, 2010).

Nessas condições que o aluno, ao atender os critérios para ser beneficiado, é atendido pela Política por meio de serviços efetivados no *campus* ou por meio da transferência de valores monetários, o que fora citado pelos participantes como “bolsa”. Somente o gestor demonstrou conhecimento da abrangência da Assistência Estudantil e sua importância para que chegue aos alunos o transporte escolar, a alimentação, material escolar além de outros insumos garantidos pela PNAES.

Assim, a Assistência estudantil engloba ações em várias áreas voltadas a permanência do estudante, incluindo a alimentação e o transporte citados pelos alunos, professores e servidores, considerando ainda a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010).

No Quadro 13, foram alocadas as respostas quanto aos fatores motivadores para permanência no *campus* informados pelos participantes da pesquisa:

Quadro 13 - Consolidado fatores de permanência informados pelos participantes da pesquisa.

Fatores de permanência – <i>Campus</i> avançado Manacapuru				
	Alunos	Professores	Servidores	Gestor
1	Benefício Socioassistencial	Bolsa	Bolsa	Assistência Estudantil
2	Transporte Gratuito	Transporte	Transporte Escolar	-
3	-	Alimentação	Alimentação	-
4	Certificado	Perspectiva de Ascensão Profissional	-	-
5	Corpo Docente Qualificado	-	-	-
6	Acolhimento	-	-	Acolhida aos Alunos
7	Nada	-	-	-
8	Apoio Social e Psicológico	Apoio Social e Psicológico	Apoio Social e Psicológico	-

Elaboração própria (2021).

Em vista desses fatores, um produto educacional que possa colaborar com a permanência e êxito dos alunos, deve contemplar os seguintes aspectos:

- 1) Ênfase na política de Assistência Estudantil;
- 2) Acompanhamento social e pedagógico dos alunos propensos a evadir.

Enquanto trabalhadora da área da educação e pesquisadora, vimos a possibilidade da sistematização do nosso processo de trabalho em um procedimento operacional que auxilie neste percurso de (não) êxito dos alunos, compreendido a partir dos fatores enunciados pelos principais agentes deste processo: os próprios alunos.

Assim, considerando os resultados da pesquisa, elaboramos, na intenção de oferecer uma contribuição ao trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos na EPTNM, na modalidade subsequente, um produto educacional intitulado “Protocolo Operacional para Permanência e Êxito (POPE)”, conforme explicitamos no capítulo a seguir.

Vale destacar que algumas causas de evasão apontadas, como dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; falta de flexibilidade de horário no trabalho, são fatores que extrapolam o campo pedagógico. Portanto, o produto educacional, visando colaborar para a permanência e êxito de alunos na EPTNM, focam no campo pedagógico.

5 O PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

Neste capítulo é apresentado o percurso metodológico utilizado para a avaliação do produto educacional, intitulado Protocolo Operacional para Permanência e Êxito (POPE), cujo objetivo é contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente.

O capítulo está organizado em 3 seções, a saber: origem do POPE, percurso metodológico para avaliação do produto educacional e resultados da avaliação.

5.1 SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

O Protocolo Operacional para Permanência e Êxito (POPE) se origina dos dados coletados com os participantes da pesquisa sobre os fatores de evasão, permanência e êxito.

Vale destacar que algumas causas de evasão apontadas, como dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por problemas de saúde e novo emprego; falta de flexibilidade de horário no trabalho, são fatores que extrapolam o campo pedagógico. Portanto, as ações propostas neste POPE, visando a colaboração para a permanência e êxito de alunos da EPTNM, focam no campo pedagógico.

Assim o POPE tem por objetivo contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente, tendo em vista que dentre as diversas atuações dos Assistentes Sociais no âmbito dos institutos federais, está o trabalho frente à evasão escolar, na busca constante por ações de permanência e êxito dos alunos, em ações que envolvam os servidores, os próprios alunos e a comunidade escolar.

Entendemos que o desenvolvimento de um Protocolo Operacional pode se traduzir em uma importante resposta institucional às ações de permanência e êxito e, conseqüentemente, à diminuição da situação de evasão no *Campus* avançado Manacapuru, podendo ser um caminho de ações para outros *campi*, a partir de suas realidades e necessidades.

Assim, as ações sugeridas no protocolo estão voltadas aos Assistentes Sociais, pois são estes profissionais, em particular, que percebem e analisam a correlação entre todos os fatores e fenômenos que incidem na infrequência até a evasão.

5.1.1 Estrutura e organização do POPE

Estruturalmente, o POPE é composto por três partes, assim organizadas:

Parte I - “Origem do POPE”, trata da origem dos dados consolidados dos fatores de evasão informados pelos participantes da pesquisa, levando em consideração o que consta no Plano Estratégico de Ações para o Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes do IFAM, que apresenta uma série de medidas para o fomento da assistência estudantil e as ações de permanência e êxito, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ver Figura 8.

Figura 8 - Visão da parte I do POPE.



Fonte: POPE, 2021.

Além disso, a parte I trata ainda dos conceitos que sustentam o POPE como o conceito de protocolo e o contexto de criação do produto, que é o *Campus Avançado Manacapuru*.

Parte II - “Ações do POPE”, é a principal e apresenta as ações que visam a contribuir para a permanência e êxito na EPTNM, na modalidade subsequente, conforme mostra a Figura 9.

Figura 9 - Visão da parte II do POPE.



Fonte: POPE, 2021.

São apresentas 06 (seis) ações, estruturadas em cinco pontos: 1) objetivo, 2) justificativa 3) procedimentos, 4) sugestão de cronograma de execução, e 5) equipe executora. No Quadro 14 estão apresentados o objetivo e breve justificativa de cada ação.

Quadro 14 - Objetivo e breve justificativa das ações do POPE.

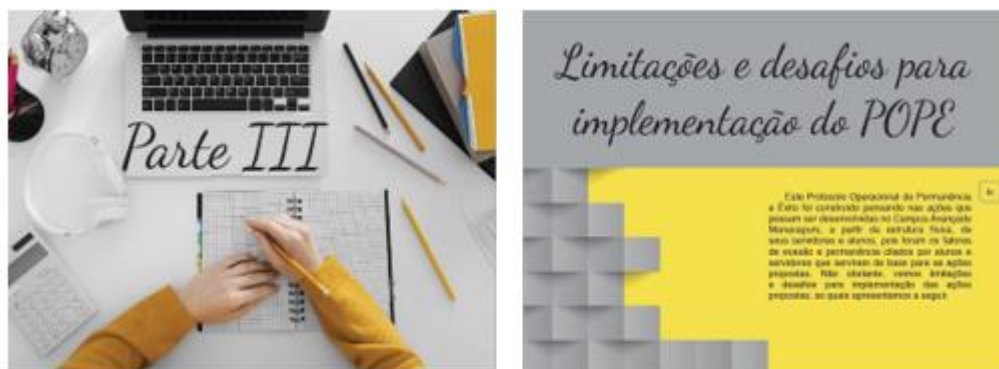
Nº.	NOME DA AÇÃO	OBJETIVO	BREVE JUSTIFICATIVA
1	Dialogando sobre a permanência e êxito na Semana Pedagógica	Incentivar a discussão acerca da permanência e êxito estudantil aos professores e servidores do <i>campus</i> na Semana Pedagógica.	Necessidade de discussão da prática educativa, mostrando que é fundamental envolver os professores, por excelência, e demais servidores na discussões a respeito da permanência e êxito dos alunos.
2	Ciranda de acolhimento	Acolher os alunos em suas demandas e dúvidas de uma forma mais dinâmica, colocando a importância dos cuidados consigo mesmo.	Necessidade de aproximação para que os alunos possam se conhecer e expor suas demandas e dúvidas de uma forma mais aberta que favoreça olhar para si mesmo.
3	Plantão social	Atender os alunos do turno noturno pelo Assistente Social para orientações e intervenções diversas em decorrência de suas demandas sociais.	Necessidade de que os alunos do turno noturno tenham um espaço em que saiba que poderão ser atendidos para tratar de suas demandas sociais.
4	Busca ativa de alunos infrequentes.	Incentivar o monitoramento, o mapeamento e a busca ativa de alunos infrequentes.	Necessidade de identificação prematura dos alunos com infrequência pelos coordenadores de curso ao pedagogo e ao Assistente Social.
5	Cultura de participação junto aos representantes de turma.	Promover reuniões e formação com alunos representantes de turma com foco no diálogo, sendo um canal de comunicação direta com os alunos	Necessidade de contato mais próximo com os representantes de turma, favorecendo a liderança destes e formando para um olhar atento para os colegas de sala de aula, no sentido de também atentarem para situações de “risco de evasão”.
6	Campanha de mobilização da comunidade escolar: evasão escolar e permanência como caminho para o êxito.	Sensibilizar a comunidade escolar sobre os problemas da evasão escolar e sobre a importância da permanência como caminho para o êxito.	Necessidade de mobilização da comunidade escolar para chamar a atenção para o problema da evasão e sobre a importância da permanência como caminho para o êxito.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Importante ressaltar que a estrutura apresentada não representa um roteiro fechado e nem a necessidade de ser seguida na ordem em que aparece, pois, a depender do momento, as ações podem ser feitas de forma simultânea, a partir da necessidade da equipe multiprofissional e da gestão do *campus*, possibilitando uma análise das escolhas mais apropriadas.

Parte III - “Limitações e desafios para a implementação do POPE”, apresenta algumas limitações para execução do POPE, como a inserção das atividades sugeridas no calendário acadêmico bem como as restrições devido a situação de pandemia da Covid-19, como ilustra a Figura 10.

Figura 10 - Visão da parte III do POPE.



Fonte: POPE, 2021.

Como desafio, temos a adesão da gestão para execução das atividades no *campus* e o envolvimento dos servidores e alunos. Desse modo, a participação e mobilização do *campus* é o desafio principal para dar início e continuidade às ações de permanência e êxito na instituição.

Na sequência, trataremos do percurso metodológico para a avaliação do produto educacional da pesquisa.

5.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção é apresentado o percurso metodológico empregado para avaliação do produto educacional, que foi avaliado em duas instâncias: a) pelos membros do grupo de pesquisa Geprofet (caracterizado na introdução – nota de rodapé nº. 2); b) por uma comissão ad hoc formada por Assistentes Sociais, atuantes nos *campi* do IFAM.

5.2.1 Planejamento e execução da avaliação do POPE

Nas duas seções a seguir apresentamos como ocorreu a avaliação do POPE, primeiro com os membros do grupo de pesquisa Geprofet e na sequência com os Assistentes Sociais dos campi do interior do IFAM.

5.2.1.1 Avaliação pelo Grupo de Pesquisa

Uma semana antes da reunião do grupo de pesquisa foi enviado para o e-mail dos participantes o POPE e o formulário de avaliação (Apêndice E)⁸.

Na reunião com os membros do grupo de pesquisa Geprofet, do qual participa a pesquisadora, via *Google Meet*, fizemos uma apresentação com o uso de slides da primeira versão do POPE para avaliação. Após a apresentação, os membros fizeram a avaliação do produto e enviaram por e-mail as fichas de avaliação, com suas considerações.

No Quadro 15, foram consolidadas algumas informações dos membros do grupo de pesquisa que contribuíram com a avaliação do produto educacional, todos da área da educação:

Quadro 15 - Membros do grupo de pesquisa Geprofet/escolaridade.

Prof. Doutores	Doutorandos	Mestres	Mestrandos
02	01	02	07

Fonte: Elaboração própria (2021).

Destacamos que no grupo de pesquisa há atualmente 25 membros, mas no dia da avaliação apenas 12 membros estavam presentes e participaram da avaliação.

A principal sugestão colocada pelo grupo foi a necessidade de explicar as atividades e os procedimentos das ações em detalhes, inserindo, por exemplo,

⁸ No formulário para avaliação pelo grupo de pesquisa ainda não constavam as questões 02, 03 e 04. Estas foram inseridas por sugestões do grupo.

sugestões de formulários e documentos que pudessem orientar os leitores do produto educacional e principalmente os profissionais que viessem a aplicá-lo.

A partir das sugestões do grupo de pesquisa, detalhamos o procedimento de cada ação proposta no POPE, inserindo sugestões de bibliografias, documentos, vídeos, filme além de sugestões de atividades com os alunos.

Além dessas informações, também foi sugerido que o produto pudesse ser mais dinâmico, com o acesso aos documentos por meio de *QR Code* e arquivos na internet, o que também foi inserido no produto.

Assim, as sugestões colocadas pelo grupo de pesquisa foram essenciais para tornar o produto educacional mais “rico” em suas ações, facilitando a leitura e o entendimento dos profissionais que o utilizarão, em especial àqueles que atuam diretamente em ações para permanência e êxito dos alunos.

Com essas sugestões organizamos a segunda versão do produto para avaliação entre pares - os Assistentes Sociais atuantes no IFAM - conforme apresentado a seguir.

5.2.1.2 Avaliação pelos Assistentes Sociais

Consideramos a avaliação dos Assistentes Sociais do IFAM como a principal, pois o produto educacional está direcionado aos profissionais do serviço social que atuam junto a alunos da EPTNM.

Atualmente o IFAM possui 20 Assistentes Sociais para os 17 *campi* e Reitoria os quais estão organizados da seguinte forma, conforme Quadro 16.

Quadro 16 - Assistentes Sociais IFAM 2021.

Nº	<i>Campus</i>	Quantitativo de Assistentes Sociais
01	IFAM - <i>Campus</i> Avançado Iranduba	Não há
02	IFAM - <i>Campus</i> Coari	1
03	IFAM - <i>Campus</i> Eirunepé	1
04	IFAM - <i>Campus</i> Humaitá	1
05	IFAM - <i>Campus</i> Itacoatiara	1
06	IFAM - <i>Campus</i> Lábrea	Licença Médica
07	IFAM - <i>Campus</i> Manaus Centro	4
08	IFAM - <i>Campus</i> Manaus Distrito Industrial	2
09	IFAM - <i>Campus</i> Manaus Zona Leste	2
10	IFAM - <i>Campus</i> Maués	1
11	IFAM - <i>Campus</i> Parintins	1
12	IFAM - <i>Campus</i> Presidente Figueiredo	1
13	IFAM - <i>Campus</i> São Gabriel Da Cachoeira	Não há
14	IFAM - <i>Campus</i> Tabatinga	Não há

15	IFAM - <i>Campus</i> Tefé	1
16	IFAM - <i>Campus</i> Avançado Manacapuru	Não há
17	IFAM - <i>Campus</i> Avançado Boca do Acre	Não há
18	Reitoria-PROEN	3
19	Reitoria-DGP	1
TOTAL		20

Fonte: Departamento de Assistência estudantil – Proen/DGA (2021).

Como mostra a Tabela 16 os Assistentes Sociais atuam nos *campi* da capital, em Manaus; 04 (quatro) atuam na reitoria; 08 (oito) Assistentes Sociais atuam nos municípios do interior do Amazonas⁹.

Como o produto foi concebido para ser executado em um *campus* do interior do Amazonas, optamos por convidar, como avaliadores, os Assistentes Sociais atuantes em *campi* do interior.

Entramos em contato com oito Assistentes Sociais atuantes nos *campi* do interior do Estado do Amazonas, convidando-os para participar da avaliação do produto educacional POPE. Encaminhamos via e-mail o produto educacional e o formulário para a sua avaliação (Apêndice E), que ficaram disponíveis aos avaliadores para contribuições durante sete dias.

No prazo estabelecido, os avaliadores encaminharam suas sugestões/avaliação que foram analisadas e discutidas em reunião virtual realizada, via *Google Meet*.

Dos oito avaliadores convidados cinco avaliadores aceitaram participar e nos retornaram o formulário de avaliação preenchido, dois avaliadores não puderam participar porque estavam de licença (um estava em Licença Médica e outro em Licença Capacitação) e um avaliador, aceitou participar, mas não retornou o formulário de avaliação.

⁹ Quando iniciamos a pesquisa, como dissemos na introdução, atuávamos como Assistente Social no *Campus* Avançado Manacapuru. No entanto, em abril de 2021, em meio a segunda onda da Pandemia de Covid-19, fomos convidadas a atuar no Departamento de Assistência Estudantil na reitoria, junto a mais duas Assistentes Sociais que já trabalhavam no departamento, a fim de aumentar o atendimento aos *campi* do interior do Estado sem o profissional Assistente Social. Assim, o *Campus* Avançado Manacapuru fica sem o Assistente Social no seu quadro de servidores.

a) Formulário de avaliação

O formulário de avaliação (Apêndice E) está dividido em três partes: Identificação do avaliador, avaliação do POPE, de modo geral, e avaliação especificamente quanto a cada uma das ações do POPE.

Primeira parte: para a identificação do avaliador - composta por 3 questões, cujos resultados apresentamos no Quadro 17.

Quadro 17 - Assistentes Sociais avaliadores do POPE.

Avaliador	Formação	Tempo de formação	Tempo de atuação no IFAM
AS1	Graduação em Serviço Social, mestre em ensino de ciências e humanidades.	15 anos	8 anos
AS2	Graduação em Serviço Social.	10 anos	7 anos e 3 meses
AS3	Graduação em Serviço Social. Mestrando em educação profissional e tecnológica.	10 anos	6 anos
AS4	Graduação em Serviço Social, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.	8 anos	6 anos
AS5	Graduação em Serviço Social.	12 anos	6 anos

Fonte: Elaborado a partir das respostas ao Formulário de Avaliação do Produto.

Como informado no quadro, todos os Assistentes Sociais são estáveis e estão há mais de 5 anos no IFAM. Dois possuem mestrado, um está cursando mestrado e dois têm intenção ainda de participar de seleções para mestrado em 2022.

Segunda parte: para avaliação geral do POPE – composta por 9 questões, avaliadas pelos conceitos “sim ou não” para cada questão e apresentar sugestões, conforme Quadro 18.

Quadro 18 - Questões para responder sim ou não e acrescentar sugestão.

1) Apresenta linguagem clara, objetiva e adequada?
2) Contém orientações que permitem sua aplicabilidade?
3) As orientações apresentadas são claras?
4) O produto traz inovações para tratar o tema da permanência e êxito?

5) Pode ajudar a diminuir os índices de evasão?
6) Pode contribuir com a permanência e o êxito dos alunos?
7) As ações e atividades propostas são possíveis de serem realizadas em seu local de trabalho?
8) O POPE pode auxiliar o seu trabalho como Assistente Social nas questões de permanência e o êxito?
9) Incluiria outras ações no POPE para contribuir com a permanência e o êxito dos alunos?

Fonte: Elaborado a partir do Formulário de Avaliação do Produto.

Todos os 9 itens avaliados receberam conceito sim pelos avaliadores, indicando linguagem clara do produto, inovação e contribuição nas atividades de permanência e êxito no *campus*.

Os outros itens não tiveram observações, mas em relação ao item 7 - se as ações e atividades propostas são possíveis de serem realizadas em seu local de trabalho -, 04 avaliadores colocaram que há a dificuldade nos horários para realizar atividades fora das aulas principalmente com os professores:

Em parte, a maior dificuldade é conseguir um horário vago, os professores dificilmente abrem mão do seu horário. Na verdade, vejo que muitos não se preocupam com permanência e êxito dos estudantes (AS1).

Acredito que seja sim, possíveis de serem realizadas, embora saibamos que possa ter algumas dificuldades, principalmente de participação tanto de alguns discentes como de servidores (AS2).

Vai depender da Gestão (AS3).

Sim e para surtir maior efeito é necessário a mobilização de todo o corpo escolar (AS4).

Em relação aos outros itens na segunda parte, os avaliadores não apresentaram observações. Alguns avaliadores colocaram que algumas etapas já são feitas pelo Serviço Social e pela assistência estudantil, porém a inovação está em estabelecer um fluxo em etapas para que as ações fiquem mais organizadas, além de mobilizar a equipe multiprofissional e demais apoios ao ensino.

Terceira parte: para avaliação específica das ações do POPE – cada uma das seis ações recebeu dos avaliadores comentários e/ou sugestões, que estão consolidadas no Quadro 19.

Quadro 19 - Avaliação para cada ação do POPE.

Ações	Comentários e/ou Sugestões				
	AS1	AS2	AS3	AS4	AS 5
Ação 1 – Dialogando sobre a permanência e êxito na Semana Pedagógica	Vejo que é muito importante, é necessário sensibilizar todos os servidores sobre a importância da permanência e êxito escolar.	Achei muito apropriado ter esse momento nesta semana. Principalmente quando envolve alguma dinâmica. Para deixar claro a responsabilidade de cada um no envolvimento das ações de permanência e êxito. Pois alguns servidores acham que só cabe a equipe técnica do <i>campus</i> .	Excelente	Apresentar o POPE à DG e ao departamento de ensino para respaldo junto ao demais profissionais.	O diálogo institucional, com todos os autores envolvidos nesse processo, permite um espaço de construção coletiva, no intuito de gerar nos integrantes que está ação é de todos.
Ação 2 - Ciranda de acolhimento	É uma ação muito importante, pois muitos alunos chegam tímidos e logo no início formam seus grupos e quase sempre alunos com pouca interação está propício a evasão escolar.	Interessante ter esse momento com cada turma. Levantar algumas demandas dos discentes que possam já apresentar no início das aulas. Importante que desde cedo identifiquemos os alunos mais vulneráveis para a evasão.	Excelente		Os procedimentos dessa ação, como inserção da atividade de acolhimento no calendário acadêmico, permitem uma aproximação mais assertiva para o desenvolvimento das demais ações.
Ação 3 - Plantão social	Essa ação é importante, como sabemos, os cursos noturnos são os menos assistidos pela equipe	Muito importante a presença tanto dos diversos setores do <i>campus</i> , como da equipe técnica, para atender as turmas do subsequente. De fato, há relatos	Excelente	Já realizada, mas pode ser aprimorado.	Essa ação é necessária, pois, os alunos dos cursos subsequentes, também têm direito de serem assistidos e

	multiprofissional.	que eles se sentem abandonados, desprestigiados, por terem que ir de manhã para resolver alguma situação.			atendidos, não só pelo Assistente Social, mas por toda equipe multiprofissional.
Ação 4 – Busca ativa de alunos infrequentes	Essa ação é de suma importância para o IFAM, através dela é possível identificar as mais variadas formas de expressões da questão social que interferem na permanência e êxito dos estudantes.	Muito importante. Principalmente quando ocorre rapidamente. Quando age quando o discente tem poucas faltas.	Excelente	Já realizada, mas pode ser aprimorada.	Possibilitará o monitoramento para mensurar o desempenho do estudante, quanto para aplicar a intervenção específica de resgate aos alunos que estiverem em risco de evasão.
Ação 5 - Cultura de participação junto aos representantes de turma	A proximidade junto aos representantes de sala possibilita uma visão do que perpassa em sala de aula, anseios, angústias, conflitos e outros.	Essa ação vejo que seja importante, para despertar no aluno o sentimento de pertencimento, de expressar suas insatisfações, reclamações, entre. Exigir melhorias. Para isso é necessário, se expressar, reivindicar.	Excelente	Isso aqui é uma ótima estratégia que irei adotar com toda certeza porque facilita a comunicação entre o AS e os discentes, otimizando a intervenção profissional.	Trazer representantes, promovendo assim a cidadania. Sugiro também a participação do grêmio estudantil.
Ação 6 - Campanha de mobilização da comunidade escolar: prevenção da evasão escolar e permanência como caminho	É uma ação que irá trabalhar a comunidade estudantil a importância da permanência e êxito, os discentes poderão refletir seus propósitos e objetivo quanto	----	Excelente Sugestão: propor para ser implantado no IFAM. 2. Tema: “Quem falta, faz falta; quem permanece e caminha	Muito boa ideia, mas deve ser abraçada pela gestão e por todos os profissionais ligados ao ensino.	É necessária e fundamental, pois, promove a sensibilização da comunidade escolar para esta problemática.

para o êxito	perspectiva de futuro.		para o êxito!!		
-----------------	---------------------------	--	-------------------	--	--

Fonte: Elaborado a partir das respostas dos avaliadores do Produto.

Todos os avaliadores acharam importantes as ações propostas desde a sensibilização de toda a equipe do *campus*, o acolhimento, as ações de busca ativa e a semana de mobilização.

Em relação as ações de busca ativa, o avaliador AS5 colocou que nesse processo sentiu a falta do setor pedagógico pois seria importante a demanda não ir direto ao Serviço Social, mas que passasse pelo setor pedagógico ou equivalente do *campus* para que esse setor emitisse parecer pedagógico já que os benefícios aos alunos são condicionados também ao coeficiente de rendimento. Com essa sugestão, inserimos a equipe técnico-pedagógica no início da ação de busca ativa pois a mesma equipe já estava na ação, mas em atividades posteriores.

O avaliador AS3 informa que não existe um fluxo de monitoramento onde mostrasse as funções de cada profissional nas equipes de permanência e êxito. Para o avaliador, com a existência desse fluxo, muitas ações seriam mais bem organizadas, pois não existe um documento com atribuição de competências e por vezes até as comissões de permanência e êxito do *campus* não são colocadas em prática. Deste modo, apesar das considerações serem válidas e baseados na realidade dos avaliadores e de todas as equipes multiprofissionais atualmente, optamos pela manutenção da estrutura da ação e não sugerimos um fluxo de monitoramento, por não ser o objetivo do POPE. No entanto, cada *campus* poderá incluí-lo em suas ações, se considerar apropriado,

No final da terceira parte do formulário de avaliação, solicitamos aos avaliadores para que informassem se recomendavam que o POPE fosse aprovado ou reprovado, fazendo uma síntese de suas impressões e outras sugestões de melhoria.

Todos os avaliadores aprovaram o POPE e na síntese de suas impressões apontaram a importância do produto para as ações de permanência e êxito na Instituição, como pode ser observado nos trechos abaixo:

O POPE é uma excelente iniciativa e só podia ser pensado mesmo por uma Assistente Social, profissional dotado de sensibilidade e senso crítico. Toca numa importante ferida que é a operacionalização de ações para permanência e êxito que o IFAM ainda carece, pois, as políticas institucionais muitas vezes são pensadas de cima para baixo, uma vez que os técnicos especialistas na área não são ouvidos e algumas iniciativas são insuficientes

por falta de fluxos e protocolos claros, onde todos os profissionais tenham papéis claros e regulamentados (AS4).

O POPE apresenta-se como uma resposta institucional de grande relevância às ações de permanência e êxito, cujo, uso desse produto além de contribuir com a diminuição dos índices de evasão escolar, promoverá emancipação social. Parabéns a desenvolvedora do POPE (AS5).

Esse seu Produto Educacional dever ser um Norte para o IFAM. Proposta: apresentar para PROEN/IFAM. Parabéns pelo excelente trabalho. P.S. Desde já, solicito uma cópia (permissão também para implantarmos no nosso *campus* (AS3).

Aprovadíssimo o POPE, precisamos sempre refletir e propor em conjunto ações de permanência e êxito para os estudantes (AS1).

Considero importante este trabalho, pois permite uma esquematização de ações de atendimento, acompanhamento, de interação com os alunos, de aproximação com eles, antes da evasão, antes do abandono. Pois temos a tendência de atuar só depois que o aluno falta inúmeras vezes, comprometendo até seu ano letivo (AS2).

A avaliação pelos Assistentes Sociais trouxe contribuições relevantes para a melhoria do POPE e também apresentou informações das necessidades profissionais dentro da Instituição, importantes colocações para que os processos de trabalho possam ser melhorados a fim de colaborar para a permanência e êxito dos alunos da EPTNM.

Na sequência, apresentamos a reunião para avaliação do produto educacional, pelo *Google Meet*, com os cinco Assistentes Sociais que responderam o formulário de avaliação.

b) Reunião pelo *Google Meet*

No dia e horário acordados, realizamos uma reunião virtual com os Assistentes Sociais convidados como avaliadores. Como mencionamos, dos oito Assistentes Sociais convidados, cinco compareceram à reunião e tinham preenchido previamente a avaliação do POPE.

Como já havíamos enviado previamente o produto aos Assistentes Sociais avaliadores, fizemos uma breve apresentação acerca da construção do produto, a partir do estudo de caso realizado no *Campus* avançado Manacapuru. Na sequência, estabelecemos um diálogo com os participantes, considerando as questões postas no Apêndice E.

O primeiro a falar foi o participante AS5, que comentou:

Sinto falta por exemplo de um protocolo desde o início até o final, um protocolo padrão para todos nós executarmos a política de assistência no IFAM, afinal é uma instituição de ensino.

Perguntamos aos avaliadores se o produto poderia colaborar para a permanência e êxito dos alunos. Todos responderam a importância do produto para execução das atividades:

Com certeza, tive muitas ideias a partir do que foi colocado no POPE (AS3). Aqui também a evasão é maior no subsequente, é mais nítido a desistência. No integrado a maioria é o curso de agropecuária do 1 ano, muitas desistências e transferências. Por isso as ações são muito relevantes para trabalharmos com os alunos (AS2).

O produto é excelente, como disse sinto falta um “roteiro” de ações mesmo para utilizarmos como parâmetro. Sugestão é que poderia colocar em formato de indicador, em percentual no lugar das tabelas, no qual você veja a porcentagem (AS5).

Sem dúvidas, pode ser até institucionalizado como um protocolo da assistência estudantil, operacionalizando o Plano de permanência e êxito que já existe no IFAM (AS4).

Contribui muito com a sistematização do nosso trabalho e visualização por todos pois das várias dificuldades que temos uma delas é que não está claro tudo que fazemos no *campus* e alguns até acham que não fazemos nada (AS1).

AS3 comentou sobre as dificuldades que está tendo com o sistema SIGAA e todos os presentes foram unânimes ao comentar as dificuldades dos profissionais e dos alunos com o sistema SIGAA.

Na sequência, os participantes mencionaram:

[...] nesse contexto tão desafiador de pandemia que estamos vivendo o sistema é muito completo e ele tem trazido mais problemas do que soluções principalmente com os alunos que não tem acesso à internet ou tem acesso reduzido. Nós temos aqui no *campus* grande parte dos alunos, mais de 180, que são de zona rural e eles tem muita dificuldade de acesso ao sistema. Teria que ser pensado num sistema que não necessitasse de internet, que fosse um sistema em intranet, mas que não precisasse estar online para acessá-lo. Isso é algo que precisa ser estudado, mas vejo que é um grande problema pois é exigido da reitoria que a gente use o (SIGAA), mas é muito complexo aos alunos e nos dá muito trabalho. Nós aqui por exemplo no *campus* temos dado apoio até de atendimento para os alunos se cadastrarem e a nossa função não é fazer cadastro dos alunos, mas é receber as inscrições, fazer as análises e entregar o resultado ao *campus*, então a gente acaba fazendo o trabalho nosso e dos alunos vendo com nosso olhar humanizado tendo em vista a complexidade do sistema também. Então é bem desafiador (AS5).

Já quero que seja publicado seu trabalho porque com certeza vou utilizar ele e ver com a gestão a possibilidade de execução no nosso *campus*. Uma

contribuição que gostaria de dar é referente a questão do fluxo de monitoramento que é algo que temos na questão da evasão que trabalhamos e já temos conversado no *campus* de como trabalhamos isso. Porque nós enquanto assistente sociais fazemos as análises sociais, encaminhamos para a folha de pagamento mais ou menos esse fluxo que fazemos. Mas eu sinto falta, particularmente, no *campus* onde eu estou e no outro *campus* que trabalhei de uma atuação diretamente pedagógica, eu sinto falta de parecer do pedagogo. Por exemplo se é monitoramento entendo que antes de ir a folha de pagamento do mês deveria - justamente para combate a evasão - deveria passar pelo setor pedagógico e esse setor pedagógico fazer um levantamento junto aos coordenadores de cursos, como um fluxo, verificando os alunos que estão aptos a receber o auxílio naquele mês tendo em vista que há a situação do coeficiente de rendimento escolar do aluno para continuar com o benefício e não apenas a análise do Assistente Social. Caso esse rendimento seja baixo haveria um parecer pedagógico justificando (AS1).

Completando o que a colega colocou, na verdade o que está ocorrendo é que desde quando eu entrei no IFAM, eu envio todo ano ao DEPE para formar a comissão de monitoramento que está prevista na resolução 13 e essa comissão que vai acompanhar tudo isso. E ela nunca foi formada aqui no *campus*, até hoje. Esse ano como estou fazendo mestrado, não estou mais à frente da Coordenação de Assistência ao Estudante, mas sempre fiz o modelo de documento do Plano de permanência do *campus* de Tefé, o DEPE pega, arquiva lá e acabou. Eu sou sozinho lá para todas as tarefas da assistência estudantil e assim fica difícil (AS3).

A grande questão é quando se fala o termo assistência estudantil eu vejo que no geral as pessoas atribuem somente e exclusivamente ao Assistente Social executar todas as ações e não é né gente, é toda uma equipe para execução da assistência estudantil no IFAM e no *campus* (AS4).

Eles não conseguem ver que o trabalho da assistência estudantil envolve todos os setores ainda mais quando envolve a permanência e êxito, eles acham que apenas o CAE que tem que se virar. O professor as vezes dando aula se der algum problema ele envia ao CAE para resolver por lá e não é isso, deve ser um trabalho em conjunto. E as vezes só há na equipe um Assistente Social (AS2).

Todo ano eu faço uma minuta e encaminho para lá, inclusive indiquei quem faz parte da comissão segundo a resolução 13 (AS3).

Salvo engano em 2018 tivemos a comissão de permanência e êxito e depois não teve mais até hoje. Mesmo que converse e fale que precise até hoje não foi feita a portaria de comissão. Mesma situação do Francisco, já passamos à direção e ao DEPE (AS2).

Como se trata de um produto que visa a permanência e êxito e o combate a evasão escolar, acho importante se pudesse colocar um fluxo de monitoramento dentro do produto porque a partir desse monitoramento a equipe multiprofissional e os setores iriam propor ações de resgate para esse alunos que estão apresentando infrequência escolar, baixo rendimento escolar para que esse aluno não perca o benefício da assistência estudantil, que ele tenha um incentivo por parte das ações para ele sair dessa situação de risco de evasão e para que ele venha novamente a se desenvolver educacionalmente (AS5).

Logo em seguida a essas falas, explicamos que na ação 4 do POPE aparecem procedimentos para uma organização onde os alunos que estão infrequentes

cheguemos ao serviço social. Citamos ainda as dificuldades que tivemos quando chegamos ao *campus*, por isso apresentamos tal ação (Ação 4). Em seguida, AS5, diz:

A meu ver esse encaminhamento viria de um setor específico que fosse o setor pedagógico que no monitoramento passaria pelo setor pedagógico. Que o pedagogo ou o técnico de assuntos educacionais eles recebessem essa demanda de alunos infrequentes e a partir dele fizessem os encaminhamentos inclusive ao Assistente Social, mas a informação e não quer dizer que os profissionais vão correr atrás desse aluno pois isso envolve todo o corpo do *campus* inclusive psicólogo, coordenador de curso porque são vários fatores que podem influenciar no risco de evasão desse aluno.

Frente a essa demanda e a sugestão colocada pelos avaliadores, entendemos a necessidade de inserir a Coordenação de Assistência ao Educando do *campus* na busca ativa dos alunos infrequentes, dentro da ação 4, bem como iniciar os procedimentos da ação pelo setor pedagógico do *campus* ou equivalente.

Essas reflexões nos indicaram que até o momento não existe um fluxo dentro do IFAM para articulação dessas ações e as equipes trabalham de formas distintas. Não desconhecemos que existe a autonomia dos *campi* na execução de seus trabalhos, porém a falta de fluxo e as tarefas definidas às equipes ajudariam na organização das ações e sistematizaria as atividades para alterações futuras caso necessário. Isso foi observado, com ênfase, nas falas abaixo.

Um das coisas que vejo dos outros profissionais é que não está claro o que deve ser feito, a equipe mínima é essa, mas não diz qual o papel de cada um na política de assistência. Está no edital que o monitoramento é do setor pedagógico, por isso que frisei e sugeri isso, mas acredito que para um fluxo de trabalho mais organizado (AS1).

Não há atribuições a nível sistêmico no IFAM de cada profissional. No IF do acre por exemplo isso existe e aqui não há (AS3).

Percebemos, então, que não está claro como seria o monitoramento das ações de permanência e êxito nos *campi* o que acaba por ser uma lacuna dentro da Instituição. Além disso, não há clareza nas atribuições profissionais dentro da Instituição o que leva muitos profissionais a serem demandas a outras atividades que fogem à sua competência, trazendo embates e frustração profissional. Nesse ponto, AS4 menciona:

Já temos todo nosso trabalho de análises sociais, acompanhamento e por isso vejo a necessidade desse fluxo porque cada ator sabe seu papel nesse fluxo. Não colocar como obrigatório, mas sugestões para que venhamos a combater a evasão escolar porque senão vai ficar naquilo que a gente sempre ouve que o AS que deve ser executar a totalidade da assistência estudantil e sabemos que não é.

Após essas colocações, explicamos ainda a dinâmica do POPE como uma forma de sistematização das atividades do Assistente Social e a equipe multiprofissional. Indagamos acerca dos modelos de formulários propostos para download e sua funcionalidade além da estética do produto onde os avaliadores não fizeram objeções e afirmam ter gostado da dinâmica proposta. Sobre isso, trazemos a fala de AS2:

Está bem dinâmico e explicativo, se colocar muita informação fica assim poluído, pode confundir muita informação.

A única colocação feita na parte gráfica foi sugerida pelo avaliador AS5, acerca da troca de tabelas por gráficos para facilitar a leitura e visualização dos dados por meio de porcentagem. Em relação a essa sugestão, devido a quantidade de informações na tabela que em forma de gráfico acarretaria mais páginas ao produto, optamos por inserir os percentuais na tabela já existente, atendendo à solicitação para melhor entendimento dos dados.

Questionamos ainda aos avaliadores se achavam que alguma atividade faltou ser incluída dentro de sua área de atuação, atividades possíveis de serem realizadas dentro das possibilidades Institucionais. AS2, disse:

No meu entendimento quando de fato começarmos a formar a comissão de permanência e êxito no *campus* e dividir o que deve ser feito, colocar em pratica as ações, fazer o levantamento desse olhar, o que está influenciando as desistências e reprovações dos alunos, aí vamos observar seguindo essas orientações o que está dando certo nas ações e acredito que teremos respostas a longo prazo, nem tudo vai dar para responder logo principalmente em relação a frequência dos alunos. Nós temos vários alunos que em um ano ele reprova e no outro ele retorna. Mas acredito que quando colocarmos em prática teremos a sensibilidade de ver o que está dando certo e ir adequando a nossa realidade.

Em nossa realidade nos *campi* do interior do Estado do Amazonas temos *campus* que ainda não possuem prédio próprio, enquanto uns já tem sede própria outros estão em construção sem previsão de entrega e os alunos estão espalhados

em outras escolas. Assim, o grande desafio que foi colocado por todos seria a mobilização da equipe e do próprio *campus* para a realização das ações propostas. Os recursos necessários também foram colocados na reunião, resumindo-se em:

1) Recursos organizacionais: espaço físico para realização de reuniões presenciais e para aplicação dos formulários e instrumento de dados; além de telefone para contato com os estudantes infrequentes;

2) Recursos políticos: mobilização do *campus* e da comunidade escolar e articulação com outras instituições e escolas;

3) Recursos financeiros: aquisição de materiais de divulgação e materiais de expediente para as rodas de conversa;

Acerca da Ação 5 – Cultura de Participação, os avaliadores mencionam as dificuldades dos alunos no relacionamento no *campus* com alguns professores, percebendo que existem até casos de represália ocorrida no próprio *campus*. Vejamos suas falas:

Percebemos que até os representantes dos alunos que ficam receosos de fazer alguma manifestação com medo de alguma represália, de uma perseguição por parte de professor, a gente já percebe isso. (AS5)

Acho que uma das propostas, inclusive que enviei para o *campus*, parte justamente de trabalharmos diretamente com os representantes de turma. (AS3)

Seria interessante constituir alunos monitores dentro do POPE para as ações de permanência e êxito por meio dos projetos integrais. (AS4)

Encerramos a reunião que durou uma hora e trinta minutos, em que outros assuntos, além do POPE foram discutidos, mas que a discussão do produto suscitou porque não há como dissociar a prática profissional das ações de permanência e êxito e principalmente a execução do programa de assistência estudantil do IFAM.

Os avaliadores acharam interessante esse momento de discussão entre os Assistente Sociais dos campi e sugeriram a continuidade do grupo como forma de esclarecer ações e socializar atividades, além da possibilidade de troca de experiências.

Pelas discussões ficaram evidentes as dificuldades nos *campi* do interior do Estado do Amazonas, em suas singularidades, primeiramente porque só há um Assistente Social por *campus*, inviabilizando a troca de ideias para as ações profissionais. Assim, entendemos que a escolha por colocar como avaliadores do

POPE os Assistentes Sociais do interior do Estado foi acertada: é mais uma forma de trazer à tona as dificuldades desses profissionais em seus locais de atuação e como forma de socialização de suas demandas e anseios em dias cada vez mais difíceis.

Diante disso, é fundamental que as instituições de ensino revisem constantemente suas estratégias em prol da permanência e do êxito dos seus alunos. No âmbito do *Campus* avançado Manacapuru, local de pesquisa e de atuação profissional da pesquisadora, vemos a necessidade da elaboração e execução de ações eficazes de permanência e êxito, além do aperfeiçoamento das já existentes, no sentido da redução dos percentuais elevados de evasão, estabelecendo, consequentemente, qualidade na aprendizagem.

Na sequência, apresentamos uma síntese dos resultados das avaliações (formulário de avaliação e reunião no *Google Meet*) feitas pelos Assistentes Sociais e, ao final, destacaremos as sugestões apresentadas que foram incluídas na versão final do POPE.

5.3 RESULTADO DA AVALIAÇÃO

O resultado da avaliação apresentou contribuições que foram incluídas na versão final do POPE (Apêndice F).

A principal ideia para a construção do POPE era sistematizar atividades para permanência e êxito que já eram realizadas pelo *campus*, em sintonia com os dados/informações coletadas na pesquisa. Assim, planejamos, inicialmente, um Protocolo Operacional com procedimentos mais gerais, sem detalhar as ações e os instrumentos que justificaram sua inclusão no POPE.

Porém esse foi o primeiro ponto a ser questionado na avaliação pelo grupo de pesquisa: não se tinha com clareza como seriam feitas as ações, quais materiais seriam utilizados e onde acharia esses materiais caso quisesse ter mais informações para desenvolver as ações. Assim, a primeira mudança realizada a partir das contribuições por meio do instrumento avaliativo foi a inserção do detalhamento de cada procedimento das ações, incluindo ainda sugestões de leituras, vídeos ou artigos.

Outra importante contribuição feita foi a sugestão de formulários “padrão” para que as ações pudessem ser desenvolvidas de imediato sem a necessidade de ainda construir modelos de trabalho. Todos esses formulários inicialmente eram apêndices

do POPE e por meio do armazenamento em nuvem já popularizado, esses mesmos formulários podem ficar disponíveis por meio de links de acesso disponíveis no POPE, inclusive sendo editáveis para que possam ser modificados pelo responsável da ação.

O uso de figuras, cores e mais imagens também foi descartado devido a informação, por meio do formulário de avaliação, que se fosse colocado mais “efeitos” o produto visualmente ficaria muito “poluído” com muitas informações e isso poderia prejudicar o entendimento e a clareza do produto. Dessa forma, o fundo branco prevaleceu na parte 2 do POPE onde apresentam-se os links para os materiais de consulta bem como aparecem as imagens dos materiais para acesso. No Quadro 20 foram resumidas algumas modificações feitas no POPE após as avaliações realizadas.

Quadro 20 - POPE como era antes da avaliação/como ficou após a avaliação.

Como era	Como ficou	Observações
Produto sem detalhamento dos procedimentos	Detalhamento de cada procedimento dentro das ações.	Cada procedimento dentro das ações passou a ser detalhado inclusive com sugestão de materiais, leituras, vídeos e filme.
Parte pedagógica no início da ação de busca ativa.	Inserção do pedagogo ou equipe equivalente no início da ação.	A equipe técnico-pedagógica fazia parte dos procedimentos, porém em momento posterior.
Faltava apresentar no produto mais partes dinâmicas de interação com o usuário.	Inserção de QR Codes e links direto de acesso a materiais e vídeos dentro do produto.	Os formulários desenvolvidos especificamente para o produto seriam apêndices, porém após sugestão todos os materiais e formulários estão disponíveis em acesso a nuvem.

Fonte: Elaboração própria (2021), a partir da avaliação dos Assistentes Sociais.

A importância da avaliação tanto do grupo de pesquisa (com um olhar inicial para o produto) quanto pelos Assistentes Sociais (como contribuição principal para a versão final por aqueles que lidam com a questão da evasão, permanência e êxito na Instituição), direcionou a um produto educacional mais efetivo e eficaz para atender seu objetivo em contribuir para a permanência e o êxito dos alunos.

Além de auxiliar na construção do produto educacional, a avaliação ajudará os profissionais que utilizarão o produto a organizar sua metodologia de trabalho frente

as ações de permanência e êxito do *campus* tendo em vista as inúmeras atividades que os profissionais ainda devem desenvolver concomitantemente.

Dessa forma, a importância da avaliação está em otimizar ações que já são realizadas e que podem ser realizadas em busca de melhorar os resultados e rever os procedimentos utilizados. Abre-se assim, um caminho para a sistematização do trabalho do Serviço Social no IFAM e, possivelmente, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para ações de permanência e êxito dos alunos da EPTNM.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa objetivamos investigar os fatores que têm levado à evasão escolar dos alunos na modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru e, a partir daí, elaborar um produto educacional a fim de colaborar para a permanência e êxito dos alunos.

Discutimos os conceitos de evasão, permanência e êxito na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM em sua relação com os cursos da modalidade subsequente, assumindo a evasão como a ação de saída definitiva do aluno do curso, sem a sua conclusão, conforme apresentando pela Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (COMISSÃO 1996).

Para identificação dos fatores que têm levado à evasão escolar de alunos da modalidade subsequente do *Campus* Avançado Manacapuru, construímos um percurso, por meio do estudo de caso como método investigativo e utilizamos a espiral de análise, com base em Cresswell (2014), como perspectiva de análise de dados,

A pesquisa mostrou que os principais fatores para evasão no *Campus* Avançado Manacapuru envolveram o anseio por cursar um ensino superior; dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; insegurança e dificuldades pessoais; falta de identificação com a área; falta de flexibilidade de horário no trabalho; dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, o sonho de cursar um nível superior apareceu como o principal fator para evasão dos alunos, embora se pudesse conjecturar que seria a dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo. A maioria dos alunos evadidos deixou o nível técnico para cursar uma graduação, o que mostra que esses alunos continuaram estudando, mas em outra instituição. Essa situação pode vir a responder a situação de desânimo com o curso citado por alguns alunos, pois não criavam expectativas de conseguir um emprego rápido na cidade apenas com o curso técnico. Todavia, a necessidade de trabalhar para o sustento da família ou seu próprio sustento motivou também outros alunos a evadir por não conseguir conciliar o trabalho com os estudos.

Em suma, identificamos que evasão dos alunos no *campus* ocorreu devido a oito fatores, que são: 1) saída dos alunos para cursar nível superior; 2) problemas pessoais/familiares; 3) dificuldade para conciliar estudo e trabalho; 4) distância do *campus*; 5) desestímulo com o curso escolhido; 6) horário dos cursos subsequentes

(oferecido apenas no turno da noite); 7) falta de afinidade com o curso escolhido; e 8) metodologia do professor.

A revisão de literatura nos mostrou “casos” semelhantes ao nosso, mas cada local com suas especificidades. A maioria dos trabalhos pesquisados trazem como principal motivo de evasão dos alunos a necessidade de trabalhar e por isso não conseguem avançar em seus cursos. Vemos que nossa pesquisa ajuda a ampliar as discussões sobre evasão, permanência e êxito, pois no *Campus* avançado Manacapuru o principal motivo de evasão foi a busca por cursar uma faculdade, o que já difere de outros trabalhos. Esse dado traz à tona a necessidade dos alunos que vai além de um curso técnico: a garantia, talvez, de uma profissão consolidada e a entrada no mercado de trabalho já em um curso superior.

Nesse contexto, vemos que também a necessidade de verificar os aspectos desde a divulgação dos cursos, o processo de seleção para ingresso, o acolhimento dos alunos e o acompanhamento da aprendizagem e da frequência para a programação das ações e atividades que diminuam as práticas de evasão dos alunos.

Esses resultados deram sustentação para a construção do produto educacional da pesquisa, o “Protocolo Operacional para Permanência e Êxito – POPE”, com o objetivo de contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente, tendo em vista que dentre as diversas atuações dos Assistentes Sociais no âmbito dos institutos federais, está o trabalho frente à evasão escolar, envolvendo ações com servidores, os próprios alunos e a comunidade escolar.

Entendemos que o POPE, avaliado por doze membros de um grupo de pesquisa e por uma comissão *ad hoc*, composta por cinco assistentes sociais dos *campi* do interior do IFAM, pode trazer contribuições para as ações de permanência e êxito, com evidenciado pelos membros que fizeram sua análise, mas deduzimos que ele também apresenta limitações para sua implementação, a exemplo da inclusão de suas ações no calendário acadêmico.

Não podemos deixar de mencionar todo o contexto de pandemia da covid-19 que afetou diretamente as intenções e proposições desta pesquisa. A dificuldade para coleta de dados da pesquisa, assim como a suspensão das atividades presenciais, desafiou-nos a rever outras formas de realizar a pesquisa, utilizando de recursos até então deixados de lado como reuniões virtuais e instantâneas. Encontrar o contato atualizado dos alunos evadidos, a disponibilidade dos participantes da pesquisa para

a entrevista via *Google Meet*, além da dificuldade com internet que alguns participantes tiveram no momento de nossa coleta de dados.

O contexto de pandemia da covid-19 também, por vezes, tirou-nos o foco da pesquisa, tendo em vista a situação difícil que o Estado do Amazonas vivenciou no início de 2020, com milhares de casos da doença.

Inicialmente, foi pensado realizar entrevistas presenciais e rodas de conversa no *Campus* avançado Manacapuru com os alunos e servidores, para colhermos os dados da pesquisa. Porém, algumas questões que presencialmente seriam melhor articuladas não puderam ser realizadas remotamente. Poderia ter feito diferente na pesquisa colocando algumas perguntas de forma mais direta para que fossem geradas estatísticas ou ainda a aplicação de Google Forms a todos os alunos que pudessem respondê-lo sobre a evasão como um todo no *campus*. A delimitação da pesquisa foi também inicialmente pensada para apontar dados desde o início das atividades no *campus*, mas pelo curto tempo para a pesquisa e ainda devido à dificuldade de acesso aos dados por conta da pandemia de covid-19, restringimos a pesquisa aos dados de 2019.

Foi verificado, nas discussões ao longo deste trabalho, o quão restrito está nosso acesso às informações das plataformas com os dados oficiais da rede, como à Plataforma Nilo Peçanha e ao SISTEC. O acesso é limitado a alguns servidores cadastrados que geralmente atuam nos registros acadêmicos e atualizam as bases de dados das plataformas. Por isso quando tentamos acesso ao SISTEC, tivemos dificuldades e apesar das solicitações, fomos informados que os dados do SISTEC são os mesmos presentes na Plataforma Nilo Peçanha. Já esta plataforma é de fácil acesso e vários filtros de dados foram utilizados para coleta de informações para nossa pesquisa. São questões importantes que vemos como algo ainda a ser pesquisado pois isso dificultou a coleta de dados e acreditamos que os profissionais que atuam diretamente com dados de evasão devem ter acesso sempre a essas informações.

Os diálogos ocorridos tanto pelos participantes da pesquisa como pelos Assistentes Sociais já ajudaram a construir, coletivamente, caminhos para a prática profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias vividas, circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional e que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes. Enquanto Assistente Social, a pesquisa trouxe contribuições como a criação de um

grupo de assistentes sociais dos *campi* de municípios do interior do Estado do Amazonas, discussões acerca de nossa prática profissional e possibilidades de atuação nos conselhos de classe e grêmios estudantis.

Sabemos que este não é um trabalho acabado, mas representa caminhos que podem ampliar as discussões sobre o objeto investigado e colaborar em ações efetivas nas instituições de ensino.

Muitas discussões além do propósito deste trabalho foram feitas, por exemplo, as dificuldades comuns aos *campi*, como as possibilidades de atuação nos conselhos de classe e grêmios estudantis, gerando abertura para outras demandas principalmente entre os profissionais Assistentes Sociais; a necessidade de manter um grupo de discussão com esses profissionais dos campi do interior. Em suma, cada um em sua realidade trouxe suas particularidades, mas também trouxe problemas comuns a todos em seus locais de atuação, o que enriqueceu mais ainda o caminho até aqui percorrido.

Assim, considerando o quanto a realização deste trabalho contribuiu para a nossa formação, esperamos que ele colabore com todos aqueles que tenham percebido, ou precisem perceber, a necessidade de desenvolver as ações de permanência e êxito, em particular na EPTNM.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. de; BARBOSA, C. L. A. Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: a prática docente e o abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da escola agrotécnica federal de Barbacena – MG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CEFET, 2010.
- ALMEIDA, F. C. **Aprendizagem baseada em empreendedorismo**: uma proposta para melhoria do ensino profissional técnico de nível médio no IFPA. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, Manaus, 2019.
- ALVES, I. M. da S. Desafios e possibilidades de atuação do assistente social: a área da educação como espaço sócio-ocupacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, Brasília, 2010. **Anais...** Brasília, 2010.
- ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, p. 115-125, 2018.
- ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, agosto, 2017.
- ANDRADE, F. R. B.; CRUZ, J. B. Juventudes e Educação Profissional: um estudo de caso junto aos jovens que cursam o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico no IFCE – *Campus Fortaleza*. **Revista Educação e Emancipação**, v. 9, n. 3, p. 39-61, 2017.
- ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. dos. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/ externos às instituições que causam a evasão escolar**. In: The 4th International Congress on University- Industry Cooperation, Taubaté, São Paulo, Taubaté, p. 1-17, 2012. Disponível em <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf>. Acesso: em 30 mar. 2020.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica** (2019). Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf> Acesso em: 30 mar. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. **Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192> Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC/SETEC, CNE/CEB, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.. Brasília: MEC/CNE, 2021.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União (TCU)**, no Acórdão nº 506/2013. 13. Mar. 2013.

CAMPOS, R. K. N.; SANTANA, G. C. Fatores e motivos da evasão escolar no curso técnico subsequente de manutenção e suporte em informática do IFS - *Campus Itabaiana*. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 11, Curitiba. 2013. **Anais ...** Curitiba, PUCPR, set., 2013.

CARDOSO, B. de B. V.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Evasão escolar e mercado de trabalho: o papel da escola técnica no desenvolvimento regional. In: Encontro latino americano de iniciação científica e encontro latino americano de pós-graduação, 10, 2011, São José dos Campos-SP. **Anais ...** São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba – Unip, 2011.

CASTRO, A. M. **Um Estudo sobre evasão no Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Mecânica no IFRN- Campus Mossoró**. 138 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2017.

COMISSÃO. Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

CRAVO, A. S. M. Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DOURADO, A. M. **Educação profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia**: análise dos fatores intraescolares da evasão como base para criação do observatório pedagógico institucional no *Campus* de Irecê/Bahia. 121f. Dissertação (Mestrado Gestão e Tecnologias aplicadas a Educação). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Salvador, 2016.

FAVORETTO, J. F. **A Evasão Escolar na Educação Profissional**: Uma análise junto à comunidade escolar da Etec de Nova Odessa. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Salesiano. São Paulo. 2016.

FIGUEIREDO, N. D.; SALLES, D. M. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro. v. 25, n. 95, p. 356-392, abr. 2017.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Coleção educação contemporânea; 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, S.A. **Permanência e Evasão na Educação a Distância**: uma análise dos cursos subsequentes do IFSULDEMINAS *Campus* Muzambinho. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: São Paulo, 2016.

GUGELMIN, L. **Evasão escolar na educação profissional**: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios - 2016**. Disponível em: <ibge.gov.br.> Acesso em: 20 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Manacapuru. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br.> Acesso em: 20 mar. 2020.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Plano de ação estratégico de acesso, permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/noticias/plano-de-acao-estrategico-de-acesso-permanencia-e-exito-dos-discentes-do-ifam/planodeaoestrategicodeacessopermanenciaexitoifam-2016.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2020.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Técnico de nível médio em administração na forma subsequente** (2015). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/manacapuru/arquivos/curso_adm_subsequente_manacapuru_-_revisado_juliano.pdf> Acesso em: 10 maio 2020.

IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Cartilha dos Serviços de Saúde e Cidadania para alunos e servidores do IFAM/CMC**. (2020). Disponível em: <www2.ifam.edu.br> [Cartilha-CMS]-ifam-cmc-v-07.> Acesso em: 03 out. 2020.

JARDIM, A. L. P. **Políticas educacionais de formação profissional**: fatores que contribuíram para a evasão ou para a permanência de estudantes do curso técnico subsequente em logística oferecido pelo IFTO/Rede e-Tec Brasil. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016.

JEDLITSCHKA, A.; PFAHL, D. Reporting Guidelines for Controlled Experiments in Software Engineering. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON EMPIRICAL

SOFTWARE ENGINEERING, 2005. Noosa Heads, **Anais...** Qld., p. 95-104, 2005, doi: 10.1109/ISESE.2005.1541818.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense**: um estudo de caso no *Campus* Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, v. 8, supl. 1, p. 147-176, dez. 2011.

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG (2002 a 2006)**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 3., 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Cefet-MG, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEC – Ministério Educação. **Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2019.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no *Campus* Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2015.

MELLO, V. F. **Estudo sobre a evasão escolar no curso técnico subsequente em Química na modalidade à distância no IFG Anápolis**. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Química) Instituto Federal de Goiás, *Campus* Anápolis, 2016.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis**. 2. ed. London: Sage Publications, 1994.

MOURA, F. A.; MANDARINO, P. H. P.; SILVA, S. C. P. da. Evasão Escolar no Ensino Superior: Análise Quantitativa no Curso de Licenciatura em Física do IFPA *Campus* Bragança. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo, v. 42, 2020.

NARCISO, L. G. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Arinos**: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola? Dissertação. Florianópolis, SC, 2015.

NASCIMENTO, D. M. **Metodologia do trabalho científico**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Fórum, 2008.

PACHECO, E. (org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Secretaria de educação

Profissional e tecnológica do ministério da educação – SETEC/MEC. Editora Moderna. Brasília, 2012.

PAIVA, F. S. Ensino técnico: uma breve história. **Revista Húmus**, v. 3, n. 8, p. 35-49, 2013.

PÊGO, A. L. O manifesto como gênero textual. In: DELL'ISOLA, Regina Lucia Péret (Org.). **Nos domínios dos gêneros textuais**, v.1. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e Educação**. Coletânea nova de Serviço Social. 2. ed. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e Educação**. Coletânea nova de Serviço Social. 2. ed. Editora LumenJuris. Rio de Janeiro, 2013.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. Alto da Semar, FNSA: 2015.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio**: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina – PR, 2010.

SANTOS, E. Manifesto: um gênero para o exercício da cidadania. In: DELL'ISOLA, Regina Lucia Péret (Org.). **Nos domínios dos gêneros textuais**, v.1. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

SILVA FILHO, R. B. **Evasão e Permanência do Aluno-Trabalhador na Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio do IFAP Santana–Amapá**. 116 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica). Universidade Federal do Pará, 2018.

SILVA, M. R.; PELISSARI, L. B.; STEIMBACH, A. A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, jun. 2013.

SILVEIRA, R.B. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SOUZA, J. A. Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional Tecnológica**. v. 1, n. 6, p. 19-29, 2013.

TAUFICK, A. L. O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**. Goiás, v. 30, n. 1, p. 18-19, ago. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

URIBE-ENCISO, O. L.; CARRILLO-GARCIA, S. Relación entre la lecto-escritura, el desempeño académico y la deserción estudiantil. **Entramado**, v. 10, n. 2, p. 272-285, 2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZINBENBERG, I.G.S. **Permanência e êxito na passagem pelo ensino médio integrado**: implicações do capital cultural e do ofício de aluno na seletividade escolar. Dissertação (Programa de pós-graduação em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com os alunos evadidos

I – PERFIL DOS RESPONDENTES

- 1 Idade, Estado Civil, Filhos, situação empregatícia.
2. Atualmente você está trabalhando? Qual a faixa de renda mensal da sua família?
3. Qual o principal motivo que o levou a se matricular no curso de Técnico Subsequente IFAM - *Campus Avançado Manacapuru*?
4. Por quanto tempo você ficou sem estudar entre a conclusão do Ensino Médio e o início do curso técnico subsequente no IFAM?

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

5. Qual o motivo que o levou a desistir do curso subsequente?
6. O que você acha que contribuiu para você ter continuado no curso?
7. Antes de abandonar o curso, você chegou a conversar com alguém?
8. Após a sua saída do curso, a instituição procurou você alguma vez para retornar ao curso?
9. Você gostaria de retornar para o curso Subsequente que não concluiu?
10. Se sim, o que sugere para que ocorra esta situação?
11. Qual o principal fator faria você retornar ao curso e concluí-lo?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os Professores

I - PERFIL DOS RESPONDENTES

Formação, pós-graduação, disciplina ministrada, tempo na EPTNM.

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

1. Você tem/ teve alguma dificuldade para trabalhar com alunos do Subsequente? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.
2. Considerando sua experiência como docente, na sua visão, qual a razão principal do elevado índice de evasão escolar nos cursos da EPTNM subsequente?
3. Qual a maior dificuldade que os alunos demonstram no transcorrer do processo ensino-aprendizagem?
4. Qual item, política ou programa institucional você acha que é de suma importância para os alunos continuarem a estudar no SUBSEQUENTE:
5. Diante dessa realidade de EVASÃO, em sua opinião, o que deve melhorar para o IFAM *Campus Avançado Manacapuru*, reduzir o índice de evasão escolar em cursos de na modalidade Subsequente?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a equipe técnico-pedagógica

I - PERFIL DOS RESPONDENTES

Formação e tempo de atuação junto a alunos da EPTNM.

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

1. Você tem/ teve alguma dificuldade para lidar com alunos do Subsequente? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.
2. Considerando sua experiência ao lidar com alunos da EPTNM, na sua visão, qual a razão principal do elevado índice de evasão escolar nos cursos da EPTNM subsequente?
3. Qual a maior dificuldade que os alunos dizem ter no transcorrer do processo ensino-aprendizagem?
4. Qual item, política ou programa institucional você acha que é de suma importância para os alunos continuarem a estudar no Subsequente?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o diretor do *campus*

I - PERFIL DO RESPONDENTE

Formação, tempo na EPTNM, tempo na gestão do *campus*.

II – PERCEPÇÕES DOS RESPONDENTES

1. Você tem/teve alguma dificuldade para trabalhar no *campus* com os alunos do subsequente? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.
2. Você tem/teve alguma dificuldade para trabalhar no *campus* com servidores, a equipe técnico-pedagógica e/ou professores junto ao subsequente? Em caso afirmativo, mencionar as dificuldades.
3. Considerando sua experiência como gestor, na sua visão, qual a razão principal do elevado índice de evasão escolar nos cursos da EPTNM subsequente?
4. Na sua opinião, qual a maior dificuldade que os alunos demonstram no transcorrer do processo ensino-aprendizagem?
5. Qual item, política ou programa institucional você acha que é de suma importância para os alunos continuarem a estudar no Subsequente?
6. Diante dessa realidade de evasão, em sua opinião, o que deve melhorar para que o *Campus Avançado Manacapuru*, reduza o índice de evasão escolar em cursos de na modalidade Subsequente?

APÊNDICE E – Formulário de Avaliação do Produto Educacional

Avaliação do POPE

Prezados colegas Assistentes Sociais,

Apresento a primeira versão do produto educacional intitulado POPE – Protocolo Operacional para Permanência e Êxito, elaborado durante pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEpt. Agora é momento de avaliá-lo. Nesse sentido, a sua participação é muito importante para a melhoria da versão final do produto educacional.

Assim, elaborei o roteiro abaixo para destacar os pontos importantes de avaliação. Sinta-se à vontade para sugestões, críticas e opiniões, pois seus conhecimentos, enquanto Assistente Social possibilitarão a revisão e enriquecimento do POPE.

Desde já agradeço a sua valiosa participação!

I IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome (se não quiser, não precisa se identificar):
- 2) Formação acadêmica:
- 3) Tempo de experiência na EPTNM:

II QUANTO AO POPE, DE MODO GERAL:

Questões	Sim	Não	Comentário e/ou sugestões (é muito importante seu comentário/sugestões)
1) Apresenta linguagem clara, objetiva e adequada?			
2) Contém orientações que permitem sua aplicabilidade?			
3) As orientações apresentadas são claras?			
4) O produto traz inovações para tratar o tema da permanência e êxito?			
5) Pode ajudar a diminuir os índices de evasão?			

6) Pode contribuir com a permanência e o êxito dos alunos?			
7) As ações e atividades propostas são possíveis de serem realizadas em seu local de trabalho?			
8) O POPE pode auxiliar o seu trabalho como Assistente Social nas questões de permanência e o êxito?			
9) Incluiria outras ações no POPE para contribuir com a permanência e o êxito dos alunos?			

III ESPECIFICAMENTE QUANTO CADA AÇÃO DO POPE:

Ações	Comentários e/ou sugestões
Ação 1 – Dialogando sobre a permanência e êxito na Semana Pedagógica	
Ação 2 - Ciranda de acolhimento	
Ação 3 - Plantão social	
Ação 4 – Busca ativa de alunos infrequentes	
Ação 5 - Cultura de participação junto aos representantes de turma	
Ação 6 - Campanha de mobilização da comunidade escolar: prevenção da evasão escolar e permanência como caminho para o êxito	

Grata por você ter chegado até aqui! Por fim, peço, que informe se recomenda que o POPE seja aprovado ou reprovado, bem como faça uma síntese de suas impressões e, ainda, se desejar, outras sugestões de melhoria (se necessário, utilize o verso da folha).

APÊNDICE F – Produto Educacional da Pesquisa

O produto educacional desta pesquisa, intitulado “Protocolo Operacional para Permanência e Êxito – POPE”, que tem como objetivo contribuir com o trabalho de Assistentes Sociais para as ações de permanência e êxito de alunos da EPTNM, na modalidade subsequente, foi avaliado por doze membros de um grupo de pesquisa e por uma comissão *ad hoc* composta por cinco assistentes sociais dos *campi* do interior do IFAM. Está disponível para acesso de duas formas:

- 1) impressa, na secretaria do ProfEPT – IFAM/*Campus* Manaus Centro;
- 2) em mídia digital, no seguinte endereço:

<http://www2.ifam.edu.br/profept/programa/dissertacoes-e-produtos-educacionais-1/2021-organizacao-e-memorias-de-espacos-pedagogicos-em-ept-1> .